



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O caminho para a sustentabilidade é irreversível, assim como o compromisso do BNDES em ser um ator-chave na integração dos aspectos sociais, ambientais e institucionais do desenvolvimento econômico brasileiro.

O biênio 2020-2021 ficará marcado como um período de resposta à pandemia de Covid-19. Como contribuição ao enfrentamento da emergência sanitária, o BNDES foi responsável por R\$ 200 bilhões em recursos destinados à sociedade, sendo R\$ 92 bilhões a milhares de pequenas e médias empresas brasileiras por meio do Fundo Garantidor – Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI-Peac).

O ano de 2021 também foi marcado pela emergência da agenda ASG (Ambiental, Social e Governança), cujo princípio está alinhado ao propósito do BNDES de transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo o desenvolvimento sustentável. Entre as ações que amadureceram nesse ano, destacamos o programa “Floresta Viva”, lançado na COP26, na Escócia. Essa é uma iniciativa de financiamento coletivo para restaurar florestas e bacias hidrográficas no Brasil, com projeção de investimentos de até R\$ 500 milhões nos próximos sete anos. Uma verdadeira oportunidade para buscar alternativas que apontem para o desenvolvimento dos parâmetros do mercado de carbono em ações de reflorestamento no país.

Acreditamos que a letra “A” de ambiental representa uma oportunidade para o Brasil. Nosso país é uma potência com condições de liderar a corrida tecnológica da economia verde, por meio da substituição dos combustíveis fósseis, da consolidação do mercado de carbono e da capacidade de inovação alinhada à biodiversidade. A Amazônia é o espaço primordial de construção da bioeconomia do século XXI, fundada nos novos paradigmas éticos, tecnológicos e climáticos, mirando o futuro e respeitando o passado.

Mesmo sem a retomada da aprovação de novos projetos no âmbito do Fundo Amazônia, a execução da carteira de projetos apoiados segue sem interrupções. Foram desembolsados R\$ 117 milhões em 2021, e mais R\$ 366 milhões estão previstos para os próximos anos para projetos já contratados, em prol de ações de combate ao desmatamento, da promoção da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Na véspera de completar seus setenta anos, o BNDES se reinventa e se aprimora, integrando o ecossistema de desenvolvimento do país, projetando-se como um indutor de novos mercados e oportunidades. O Brasil e a Amazônia podem contar com o BNDES.

Gustavo Henrique Moreira Montezano

PRESIDENTE DO BNDES

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	5
Apresentação	6
Objetivos do Fundo Amazônia	6
Evolução recente, desafios e perspectivas.....	8
GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	12
Governança do Fundo Amazônia	13
Captação de recursos.....	15
Comunicação.....	19
DESEMPENHO OPERACIONAL	21
Perfil da carteira de projetos	22
Aspectos contábeis e financeiros	25
Auditorias.....	27
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	28
Contextualização	29
Quadro Lógico do Fundo Amazônia	30
Monitoramento de indicadores regionais.....	33
Quadro de resultados dos projetos	48
Salvaguardas do Fundo Amazônia	56
Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável	58
Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável	60
Avaliação de efetividade	61
Gestão de riscos do Fundo Amazônia	63
PROJETOS CONCLUÍDOS	71
Projetos concluídos em anos anteriores	138
PROJETOS EM EXECUÇÃO	145
ANEXOS	156
ANEXO 1 – Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia	157
ANEXO 2 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018.....	174
ANEXO 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações.....	187
ANEXO 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia	191
ÍNDICE DE PROJETOS	201

SUMÁRIO EXECUTIVO

FUNDO AMAZÔNIA: apoia, com recursos não reembolsáveis, ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Até 20% dos seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

FUNDO AMAZÔNIA

13 ANOS DE ATUAÇÃO

Criado em 1º de agosto de 2008 (Decreto 6.527), o fundo começou a operar em 2009.

Em 2020, chegou ao total de:

 **102** PROJETOS APOIADOS

 R\$ **1,4** bi DESEMBOLSADO

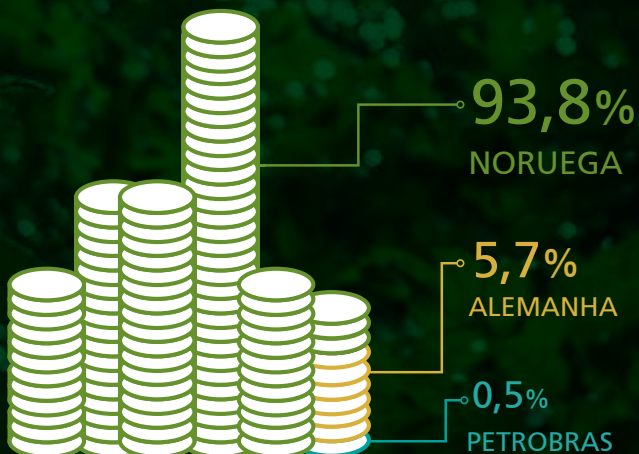
 R\$ **1,8** bi TOTAL DE APOIO

 R\$ **3,4** bi EM DOAÇÕES RECEBIDAS

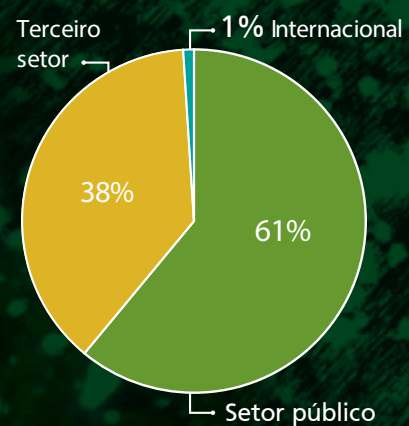
NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS POR LOCALIZAÇÃO



ORIGEM DAS DOAÇÕES



NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS (% DO VALOR)



COM AS AÇÕES APOIADAS, FORAM ALCANÇADOS OS SEGUINTE RESULTADOS:



1,1 milhão
de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR)



1.706 missões
de fiscalização ambiental efetuadas



507 organizações
comunitárias fortalecidas



207 mil
pessoas beneficiadas com atividades produtivas sustentáveis



195 unidades
de conservação apoiadas



101 terras indígenas
da Amazônia apoiadas



613 publicações
científicas ou informativas produzidas



29.637 incêndios florestais ou queimadas combatidos
pelos bombeiros militares



326 órgãos ambientais
fortalecidos (federais, estaduais e municipais)

Gestão e governança

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

A gestão do fundo é realizada pelo BNDES, responsável por contratar e monitorar os projetos apoiados, bem como por divulgar as atividades e os resultados.

A estrutura de GOVERNANÇA era composta,* até o dia 28 de junho de 2019, por dois comitês:

COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA (COFA)

Integrado por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e da sociedade civil. O COFA determinava as diretrizes e acompanhava os resultados obtidos pelo fundo.

COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA (CTFA)

Composto por especialistas independentes, o CTFA atestava as reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento.

Monitoramento e avaliação

São dez projetos concluídos em 2021, totalizando 47 finalizados desde o início da operação do Fundo Amazônia, com resultados, atividades realizadas e lições aprendidas disponibilizados no *website* e nos relatórios de atividades do fundo.

Neste ano, foram realizadas avaliações de efetividade de seis projetos concluídos: dois projetos de apoio a órgãos estaduais de meio ambiente e quatro voltados ao combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

No *website* do Fundo Amazônia, está publicada a Avaliação de Efetividade do Fundo Amazônia, realizada por especialistas independentes. Essa avaliação compreendeu o período de 2009 a 2018, correspondente aos dez primeiros anos de atuação do fundo.

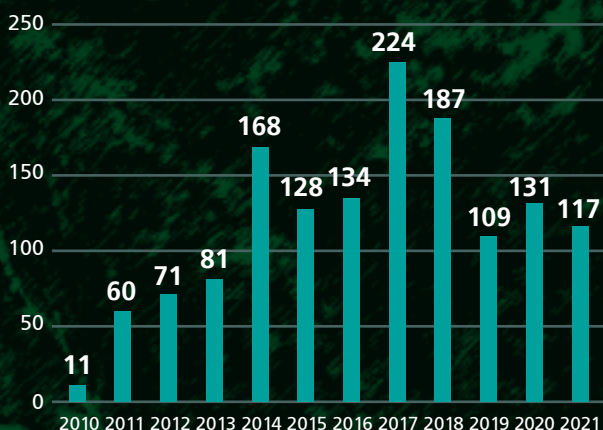
Transparência

Publicação de informações atualizadas sobre os projetos apoiados, doações recebidas, governança do fundo, bem como avaliações de efetividade do Fundo Amazônia.

www.fundoamazonia.gov.br

* Veja explicação detalhada na seção "Governança do Fundo Amazônia" do capítulo "Governança, Captação e Comunicação" deste relatório.

DESEMBOLSOS ANUAIS (EM R\$ MILHÃO)



A hand holding a cut-open, spiky, red fruit against a background of a mangrove forest illustration. The fruit is bright red with a yellowish interior and is surrounded by green leaves. The background is a detailed black and white illustration of a mangrove forest with many trees and hanging roots.

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Fundo Amazônia é um instrumento de financiamento de ações para Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+).¹ Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), e teve sua criação autorizada ao BNDES em 2008, por meio do Decreto Presidencial 6.527. Foi constituído para receber doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, de conservação e de uso sustentável da Amazônia Legal.

Em virtude da promulgação do Decreto 9.759, em 11 de abril de 2019, que estabeleceu regras para colegiados da administração pública federal, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia – o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) – foram extintos em 28 de junho de 2019.

O Fundo Amazônia já recebeu aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em doações, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7%, do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5%, da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Com relação ao apoio a projetos, o fundo termina o ano de 2021 com uma carteira de 102 projetos apoiados, dos quais, 47 estão concluídos. Os recursos financeiros alocados aos projetos apoiados somam cerca de R\$ 1,8 bilhão. Desse valor, 79,5% já foram desembolsados.

OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia apoia projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal nas seguintes áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/2008:

- I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III. manejo florestal sustentável;
- IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- V. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII. recuperação de áreas desmatadas.

¹ REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, atua no financiamento de diversos segmentos da economia brasileira, como infraestrutura, indústria, micro e pequenas empresas, entre outros, com uma atuação que incentiva a inovação, o desenvolvimento territorial e as boas práticas socioambientais. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos contribuir para a modernização do Estado brasileiro com a melhoria da qualidade e eficiência na prestação dos serviços de educação, saúde e segurança.

A missão do BNDES é viabilizar e propor soluções que transformem o setor produtivo e promovam o desenvolvimento sustentável do país. Ao longo de sua história, o Banco apresenta um legado expressivo de resultados para o desenvolvimento do Brasil.

O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional. As decisões do BNDES são fundamentadas por parâmetros técnicos e submetidas à auditoria e ao controle de órgãos externos.

Para o BNDES, responsabilidade social e ambiental é valorizar e integrar as dimensões social e ambiental em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com as partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, comunidades impactadas por sua atuação, fornecedores e outros parceiros. As diretrizes para uma atuação social e ambientalmente responsável do Banco estão dispostas na Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que tem como princípio de atuação o respeito aos direitos humanos, com equidade de gênero e valorização da diversidade. A versão mais recente da PRSA foi aprovada em 2019 por seu Conselho de Administração.²

O compromisso com a ética integra a declaração de valores do BNDES e está expresso em sua Política Corporativa de Integridade. Aprovada em 2020, ela estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

O BNDES dispõe de um amplo portfólio de instrumentos financeiros para promover o desenvolvimento sustentável, oferecendo condições mais atrativas de apoio a setores com externalidade ambiental positiva, a exemplo de energia renovável, saneamento, mobilidade urbana e restauração florestal. Em 2021, o valor do apoio do Banco destinado à economia verde foi da ordem de R\$ 7,8 bilhões, representando cerca de 12% do desembolso total.

² Mais informações podem ser encontradas no Relatório Anual do BNDES de 2021, disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22344>.

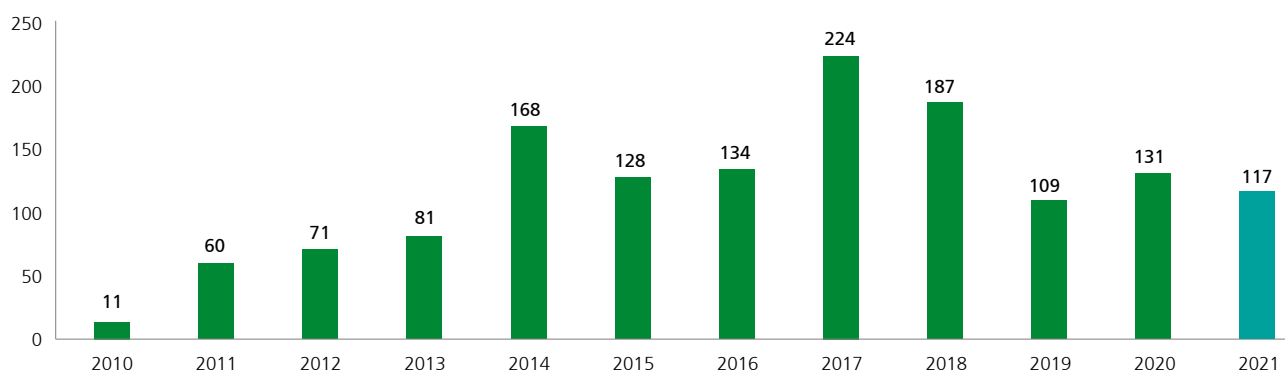
Entre outras entregas na temática ambiental para a sociedade brasileira, em 2021, durante a Convenção do Clima (COP 26/UNFCCC), realizada em Glasgow na Escócia, o BNDES lançou o programa Floresta Viva, iniciativa para restauração ecológica de biomas brasileiros, com meta de investimento de R\$ 500 milhões ao longo de sete anos, com até 50% de recursos do Fundo Socioambiental do Banco. Além disso, o BNDES lançou o Portal NDC, espaço virtual em que apresenta sua contribuição para as metas do país vinculadas ao Acordo de Paris, com o reporte das emissões evitadas em função de projetos financiados nos setores de energia renovável, florestas e mobilidade urbana.

Em 2021, pela primeira vez o BNDES fez um *rating* ambiental, social e de governança (ASG),³ obtendo a primeira colocação entre quatro bancos de desenvolvimento em mercados emergentes. No *ranking* geral da região, o Banco alcançou o quarto lugar entre 848 empresas em países emergentes. No *ranking* geral global, ocupou a 86ª posição entre 4.913 empresas.

EVOLUÇÃO RECENTE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia de Covid-19, que atingiu os locais de atuação dos projetos apoiados, além das dificuldades advindas das restrições de circulação e dos efeitos econômicos da pandemia. Apesar das dificuldades, os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia continuaram sua execução, recebendo recursos, realizando as atividades e prestando contas. Foram desembolsados R\$ 117 milhões para 17 projetos em execução. O saldo a desembolsar nos próximos anos para os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia é de R\$ 366 milhões, cerca de 20,5% do total aprovado pelo fundo.

GRÁFICO 1 | DESEMBOLSOS ANUAIS DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÃO)



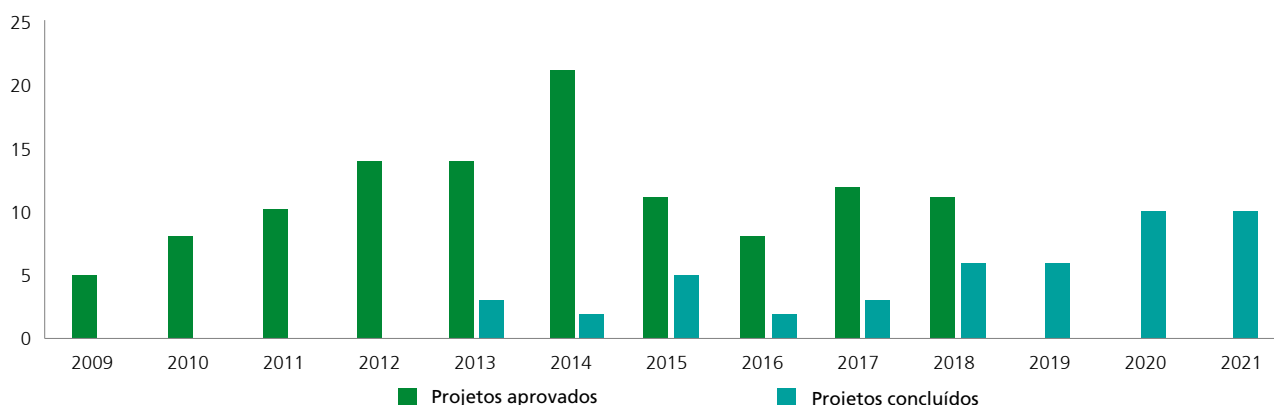
Fonte: BNDES.

³ Avaliação ASG do BNDES, realizada pela agência especializada Vigeo Eiris, disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0a296115-dd7d-454b-ba26-369893ae3f0c/202bf86f-5259-02a4-d22e-19d5e10b8d3e?origin=2>

Em 2021, foi observado incremento de 22% na taxa de desmatamento da Amazônia, medida pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em relação ao ano anterior. Esse aumento vem sendo observado desde 2015, após um período de alguns anos em queda acentuada. Cabe aos diversos atores envolvidos nesse desafio, dentro de suas áreas de atuação, revisarem suas estratégias para que seja retomada a trajetória decrescente das taxas de desmatamento. A integração e a articulação das ações de combate ao desmatamento e de promoção do desenvolvimento sustentável devem guiar os governos de diversos níveis, instituições, empresas e todos os setores da sociedade interessados, a partir da coordenação do governo nacional.

Mais dez projetos foram concluídos em 2021, totalizando 47 projetos concluídos desde o início da operação do Fundo Amazônia. No Gráfico 2, é possível observar a evolução da aprovação e da conclusão de projetos pelo fundo. A conclusão abrange a prestação final de contas de todos os recursos recebidos pela instituição executora, o envio dos relatórios finais, que incluem aspectos como os desafios enfrentados durante a implementação do projeto e a realização, pelo BNDES, de uma avaliação de resultados, disponibilizada no *website* e nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia.

GRÁFICO 2 | PROJETOS APROVADOS E PROJETOS CONCLUÍDOS – 2009 A 2021



Fonte: BNDES.

Os projetos finalizados abrangem diversos temas, como monitoramento e combate a incêndios, gestão ambiental municipal, produção sustentável, turismo, divulgação científica, gestão territorial e proteção ambiental de terras indígenas e unidades de conservação. São eles: Rondônia Mais Verde, do estado de Rondônia; Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu, do município de Cotriguaçu; Programa de Qualificação da Gestão Ambiental, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); Concretizar, da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça (Projeto Reça); Fundo Dema, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Conhecer para Conservar, do Museu da Amazônia (Musa); Capacitar para Conservar, da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam); Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento, da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai); Bem Viver Sustentável, do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé); e Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros, da Associação SOS Amazônia. No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório e no

website do Fundo Amazônia são apresentadas diversas informações sobre esses projetos, como atividades realizadas, indicadores de eficácia e efetividade, aspectos institucionais e administrativos associados ao desenvolvimento dos projetos, riscos identificados e lições aprendidas.

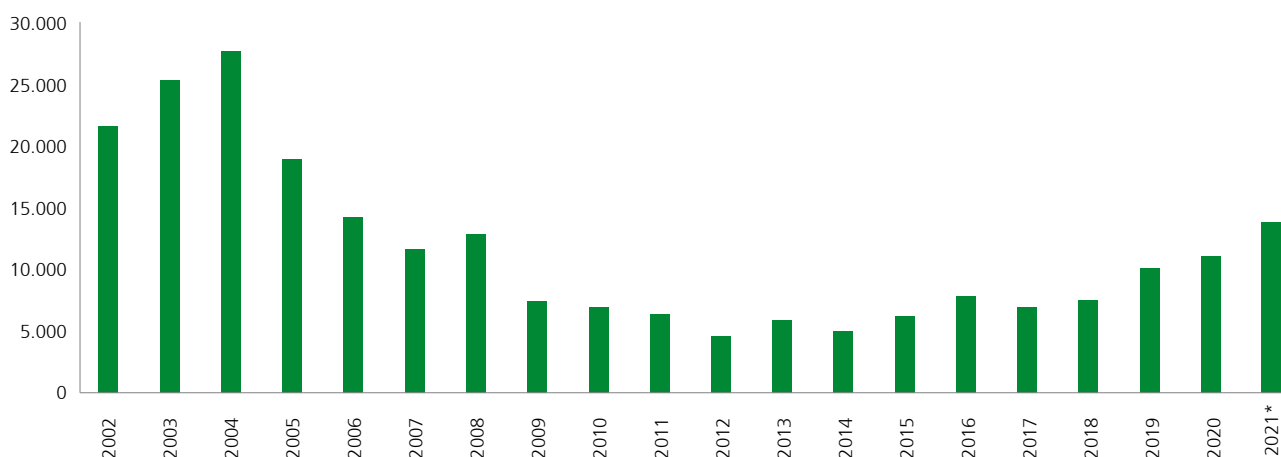
Com relação ao tema de monitoramento e avaliação de resultados, foram finalizadas as avaliações temáticas independentes da efetividade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia para o fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente (Oema) e para a prevenção e combate aos incêndios florestais, por meio do apoio a cinco corpos de bombeiros estaduais. Além disso, foi dada continuidade às avaliações temáticas sobre o apoio do Fundo Amazônia a cinco projetos de promoção da produção sustentável e a seis projetos de apoio aos povos indígenas da região. Essas avaliações são realizadas por consultores independentes e representam o estado da arte no tema, sendo conduzidas no âmbito da cooperação técnica com a agência alemã GIZ.⁴

O legado do Fundo Amazônia para a região e para o Brasil é repleto de resultados, constituindo capítulo importante na trajetória de promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal

Em 2021, o desmatamento na região⁵ foi de 13.235 km², registrando um aumento de 22% em relação ao ano anterior. Essa taxa confirma a tendência de crescimento observada desde 2015, quando a taxa anual foi de 6.207 km². No Gráfico 3, é possível verificar a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal para os últimos vinte anos.

GRÁFICO 3 | DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO (KM²) *



Fonte: BNDES.

* Dados preliminares para 2021.

⁴ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ).

⁵ As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal. A apresentação dos dados é realizada ao final de cada ano, de forma preliminar. Os dados consolidados são apresentados no primeiro semestre do ano seguinte. Esses dados estão disponíveis em: <http://terrabrasil.dpi.inpe.br/>.

Na Tabela 1, são mostradas as taxas de desmatamento de 2021 nos estados que compõem a Amazônia Legal, comparadas às taxas de desmatamento do ano anterior. Podemos observar que houve crescimento na taxa em todos os estados da região.

TABELA 1 | DESMATAMENTO POR ESTADO

Estados	Desmatamento 2020 (km ²)	Desmatamento 2021* (km ²)	Varição desmatamento 2021/2020 (%)
Acre	706	871	23
Amazonas	1.512	2.347	55
Amapá	24	39	63
Maranhão	336	363	8
Mato Grosso	1.779	2.263	27
Pará	4.899	5.257	7
Rondônia	1.273	1.681	32
Roraima	297	386	30
Tocantins	25	28	12
Amazônia Legal	10.851	13.235	22

Fonte: Prodes/Inpe.
* Dados preliminares.





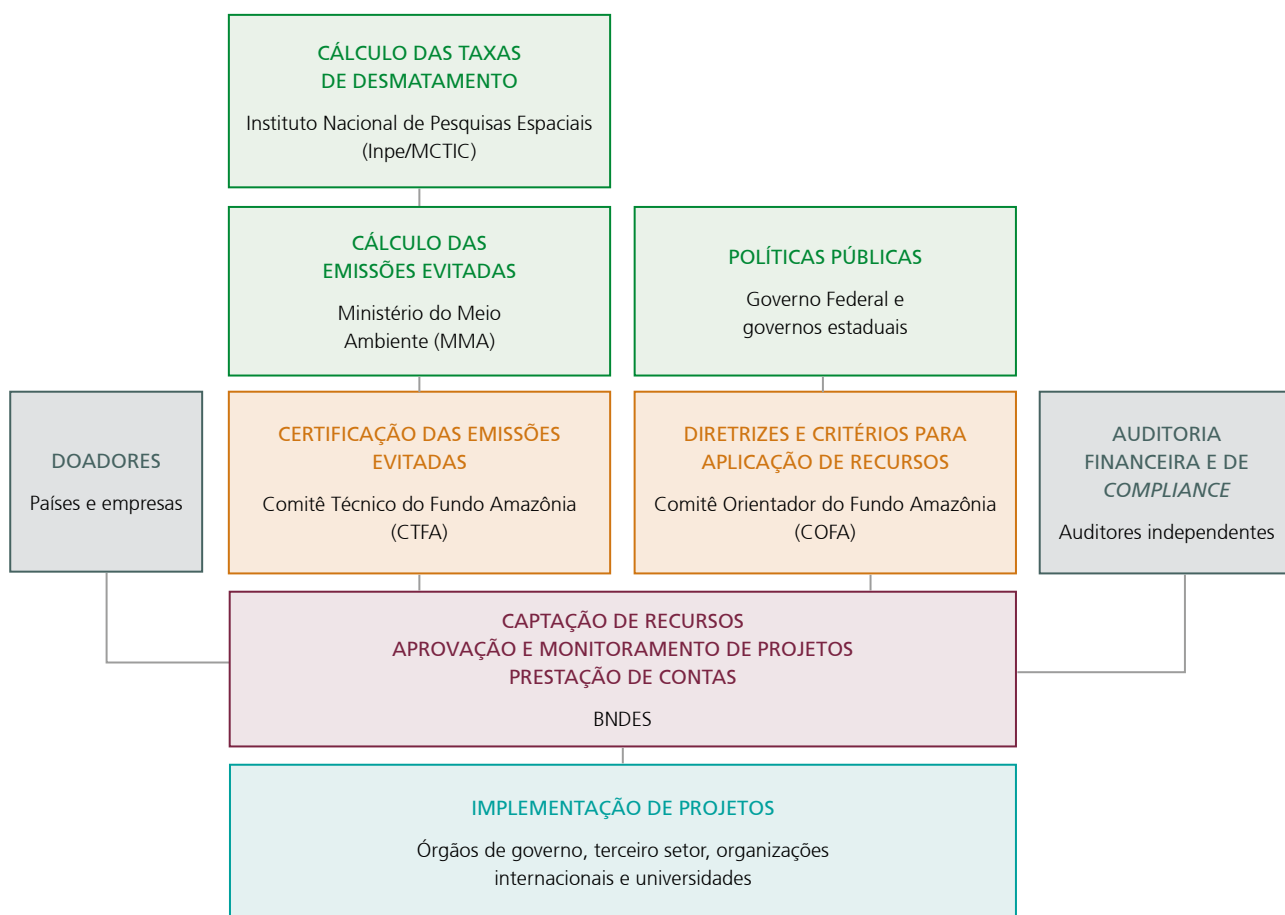
**GOVERNANÇA,
CAPTAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

Até o dia 28 de junho de 2019, o Fundo Amazônia contou com uma estrutura de governança composta por dois comitês, integrados por representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal, da sociedade civil e da comunidade científica. Em decorrência do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu colegiados da administração pública federal (comitês, comissões etc.) criados antes de 1º de janeiro de 2019, ocorreu a dissolução dos comitês técnico e orientador do Fundo Amazônia.

A partir de 2019, o governo brasileiro e os representantes dos governos dos países doadores iniciaram negociações para reestabelecer a estrutura de governança do fundo. Essas negociações prosseguiram em 2020 e 2021, mas não foram finalizadas até a elaboração deste relatório.

FIGURA 1 | GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA ATÉ 28 DE JUNHO DE 2019



Fonte: BNDES.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Instituído pela Portaria MMA 345, de 22 de outubro de 2008, o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) teve por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para tanto, avaliava a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA reunia-se ordinariamente uma vez por ano e era formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo MMA depois de consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atestou os valores de redução das emissões, expostos na Tabela 2. Sua última reunião ocorreu no dia 22 de outubro de 2018.

TABELA 2 | REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (milhões de toneladas de CO ₂)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2
6ª	26.11.2013	2012	580,2
7ª	10.9.2014	2013	516,1
8ª	5.11.2015	2014	558,8
9ª	8.11.2016	2015	500,8
10ª	4.10.2017	2016	12,0
11ª	9.10.2018	2017	58,0

Fonte: BNDES.

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) era responsável por estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, bem como aprovar o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia e as informações sobre a aplicação dos recursos.

O COFA era formado por três bancadas de representantes, sendo a primeira composta por oito representantes do Governo Federal; a segunda por nove representantes dos estados da Amazônia Legal; e a terceira por seis representantes da sociedade civil. A última reunião desse comitê ocorreu em 2018.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Regras para a captação de recursos

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada à redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, isto é, o Brasil precisa comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar novas captações.

Para cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia, adota-se um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento parte da diferença entre a taxa de desmatamento média histórica e a área efetivamente desmatada aferida no ano em avaliação. Esse resultado é multiplicado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare. Assim, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$$ED = (TDM - TD) * tC/ha$$

ED = redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC)
TDM = taxa de desmatamento média (em hectares)
TD = taxa de desmatamento anual do período (em hectares)
tC/ha = toneladas de carbono por hectare de floresta

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal é aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão público vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Compete ao MMA definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual de recursos do Fundo Amazônia. Cabia aos especialistas do CTFA, até sua extinção, atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento em determinado período, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Com base nos dados de redução das emissões, o BNDES estava autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores ao fundo. Entretanto, a publicação do Decreto 10.144, de 28 de novembro de 2019, revogou o artigo 2º do Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, que autorizava “o BNDES a proceder às captações de doações e emitir diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia”. Dessa forma, não se encontra mais disciplinada a possibilidade de o BNDES captar novas doações para o Fundo Amazônia, com a devida emissão de diplomas.

Doações formalizadas

Com base nos limites anuais de captação atestados pelo CTFA, o Fundo Amazônia já recebeu doações de governos estrangeiros e de uma empresa. Como mostra a Tabela 3, até o fim de 2018, foram formalizados compromissos de doações ao

Fundo Amazônia expressos em três moedas: coroa norueguesa (kr\$ ou NOK) para as doações da Noruega; euro (€ ou EUR) para as doações da Alemanha/KfW; e real (R\$ ou BRL) para as doações da Petrobras, conforme detalhado mais adiante. Desse total, já foram depositados na conta do Fundo Amazônia R\$ 3.396.694.793,53 (US\$ 1.288.235.378,26).⁶

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação de auditorias.

TABELA 3 | TOTAL DE DOAÇÕES RECEBIDAS PELO FUNDO AMAZÔNIA

DOADOR	VALOR CONTRATADO	RECURSOS INGRESSADOS	RECURSOS INGRESSADOS (R\$)	RECURSOS INGRESSADOS (US\$)
Governo da Noruega	NOK 8.269.496.000,00	NOK 8.269.496.000,00	3.186.719.318,40*	1.212.378.452,36
República Federativa da Alemanha – KfW	EUR 54.920.000,00	EUR 54.920.000,00	192.690.396,00*	68.143.672,60
Petrobras	R\$ 17.285.079,13	R\$ 17.285.079,13	17.285.079,13	7.713.253,30
Total			3.396.694.793,53	1.288.235.378,26

Fonte: BNDES

Nota: Somatório das parcelas recebidas pelo fundo. Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil nas datas de ingresso de cada parcela, conforme disposto nos diplomas de doação.

Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emite diplomas⁷ informando o montante da contribuição financeira e sua correspondência em toneladas de carbono. Esses diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de qualquer natureza. Neles ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A Tabela 4 mostra dados sobre recursos já captados. Conforme relatado, com a publicação do Decreto 10.144/2019 e a consequente revogação do artigo 2º do Decreto 6.527/2008, foi suspensa a emissão de diplomas pelo BNDES.



⁶ As conversões dos valores das doações para US\$ e/ou R\$ presentes neste capítulo foram feitas com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações.

⁷ No *website* do Fundo Amazônia, é possível conferir todos os diplomas emitidos, além de outras informações sobre as doações já recebidas pelo fundo. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/>.

TABELA 4 | RECURSOS CAPTADOS

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Noruega	1ª	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2ª	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Noruega	3ª	23.3.2012	NOK 261.273.000,00	82.144.231,20	45.149.077,28	9.029.815,0	2.462.677,0	2006
Noruega	4ª	2.10.2012	NOK 101.774.000,00	36.109.415,20	17.817.731,77	3.563.546,0	971.876,0	2006
Noruega	5ª	26.6.2013	NOK 44.254.000,00	16.139.433,80	7.344.452,24	1.468.890,0	400.606,0	2006
Noruega	6ª	26.6.2013	NOK 64.465.000,00	23.510.385,50	10.698.696,47	2.139.739,0	583.565,0	2009
Noruega	7ª	4.10.2013	NOK 2.785.535.000,00	1.024.642.336,54	464.669.325,96	26.207.821,0	7.147.588,0	2009
						33.363.022,0	9.099.006,0	2010
						33.363.022,0	9.099.006,0	2011
Noruega	8ª	23.12.2013	NOK 1.000.000.000,00	385.350.245,49	163.666.121,11	32.733.224,0	8.927.243,0	2012
Noruega	9ª	15.12.2014	NOK 780.000.000,00	288.991.278,87	108.839.740,46	21.767.948,1	5.936.713,1	2013
Noruega	10ª	12.3.2015	NOK 120.000.000,00	46.416.780,45	14.893.881,10	2.978.776,2	812.393,5	2013
Noruega	11ª	4.12.2015	NOK 1.019.496.000,00	455.568.000,00	120.000.000,00	24.000.000,0	6.545.454,6	2014
Noruega	12ª	16.12.2016	NOK 850.000.000,00	330.161.565,42	97.953.351,16	19.590.670,2	5.342.910,1	2015
Noruega	13ª	14.12.2017	NOK 350.000.000,00	139.272.702,53	41.791.004,78	8.358.201,0	2.279.509,3	2016
Noruega	14ª	17.12.2018	NOK 600.000.000,00	272.364.056,70	70.311.126,74	14.062.225,3	3.835.152,4	2017
KfW Alemanha	1ª	29.12.2010	EUR 3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
KfW Alemanha	2ª	8.1.2013	EUR 6.000.000,00	15.954.600,00	7.864.832,89	1.572.967,0	428.991,0	2009
KfW Alemanha	3ª	6.1.2014	EUR 8.000.000,00	26.180.800,00	11.120.181,53	825.407,0	225.111,0	2009
						1.398.630,0	381.444,0	2010
KfW Alemanha	4ª	22.7.2014	EUR 4.000.000,00	11.918.000,00	5.385.692,98	1.077.139,0	293.765,0	2010
KfW Alemanha	5ª	12.12.2017	EUR 33.920.000,00	131.992.896,00	39.820.465,20	7.964.093,0	2.172.025,4	2015
Petrobras	1ª	14.10.2011	BRL 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	BRL 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	17.10.2011	BRL 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006
Petrobras	4ª	23.1.2012	BRL 156.626,00	156.626,00	88.750,00	17.750,0	4.841,0	2006
Petrobras	5ª	26.4.2012	BRL 282.584,58	282.584,58	150.255,00	30.051,0	8.196,0	2006
Petrobras	6ª	13.7.2012	BRL 174.320,80	174.320,80	85.155,00	17.031,0	4.645,0	2006
Petrobras	7ª	20.2.2013	BRL 327.834,78	327.834,78	167.288,25	33.457,7	9.124,8	2006
Petrobras	8ª	25.3.2013	BRL 357.002,13	357.002,13	177.383,55	35.477,0	9.675,0	2006
Petrobras	9ª	25.9.2013	BRL 331.912,11	331.912,11	150.656,85	30.131,0	8.218,0	2006
Petrobras	10ª	23.1.2014	BRL 222.324,37	222.324,37	94.201,25	18.840,3	5.138,3	2006
Petrobras	11ª	25.2.2014	BRL 73.323,19	73.323,19	31.378,95	6.275,8	1.711,6	2006
Petrobras	12ª	6.5.2014	BRL 89.806,99	89.806,99	40.232,50	8.046,5	2.194,5	2006
Petrobras	13ª	8.5.2014	BRL 177.561,21	177.561,21	80.319,00	16.063,8	4.381,0	2006
Petrobras	14ª	2.10.2014	BRL 206.057,53	206.057,53	83.138,00	16.627,6	4.534,8	2006
Petrobras	15ª	10.10.2014	BRL 239.613,95	239.613,95	99.412,50	19.882,5	5.422,5	2006
Petrobras	16ª	26.12.2014	BRL 458.054,97	458.054,97	172.675,00	34.535,0	9.418,6	2006

(Continua)

(Continuação)

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Petrobras	17ª	19.1.2015	BRL 20.941,30	20.941,30	7.995,00	1.599,0	436,1	2006
Petrobras	18ª	13.3.2015	BRL 471.492,55	471.492,55	151.260,00	30.252,0	8.250,6	2006
Petrobras	19ª	27.3.2015	BRL 1.119.131,39	1.119.131,39	350.660,00	70.132,0	19.126,9	2006
Petrobras	20ª	3.7.2015	BRL 270.114,06	270.114,06	86.600,00	17.320,0	4.723,6	2006
Petrobras	21ª	30.7.2015	BRL 660.392,86	660.392,86	197.610,00	39.522,0	10.778,7	2006
Petrobras	22ª	30.7.2015	BRL 288.021,65	288.021,65	86.185,00	17.237,0	4.701,0	2006
Petrobras	23ª	10.5.2016	BRL 429.923,03	429.923,03	121.491,80	24.298,4	6.626,8	2006
Petrobras	24ª	10.5.2016	BRL 549.030,01	549.030,01	155.150,20	31.030,0	8.462,7	2006
Petrobras	25ª	06.4.2017	BRL 86.528,57	86.528,57	27.691,80	5.538,4	1.510,5	2006
Petrobras	26ª	06.4.2017	BRL 397.886,33	397.886,33	127.335,85	25.467,2	6.945,6	2006
Petrobras	27ª	31.7.2017	BRL 1.339.203,32	1.339.203,32	423.035,45	84.607,1	23.074,7	2006
Petrobras	28ª	16.5.2018	BRL 84.498,16	84.498,16	23.658,35	4.731,7	1.290,5	2006
Petrobras	29ª	16.5.2018	BRL 1.154.980,44	1.154.980,44	323.379,00	64.675,8	17.638,8	2006
Total				3.396.694.793,53	1.288.235.378,26			

Fonte: BNDES.

* Valores históricos, tais como estão registrados nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.

Articulação institucional e cooperação técnica

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém diálogo com seus diversos públicos de interesse, a fim de dar transparência a suas atividades, obter subsídios técnicos para sua atuação e estabelecer parcerias.

Entre essas ações, cabe ressaltar o acordo de cooperação técnica entre o BNDES e a Agência Alemã de Cooperação Internacional – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) – que, desde 2015, passou a contar com cofinanciamento do governo da Noruega, além dos recursos do próprio governo da Alemanha. No âmbito da cooperação técnica, diversas atividades foram realizadas em 2021, entre as quais se destacam:

- > ações colaborativas de apoio técnico aos projetos com baixo índice de execução de tarefas previstas, incluindo atividades voltadas a gestão e monitoramento;
- > conclusão de duas avaliações temáticas de efetividade, uma voltada para projetos com órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) e outra, para ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Na primeira avaliação, foram avaliados os projetos Semas Pará e Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas. Na segunda, foram consolidados os resultados dos seguintes projetos: Acre: Incêndios Florestais Zero, Bombeiros Florestais de Mato Grosso, Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas, e Proteção Florestal Tocantins;
- > realização (em fase de conclusão) de duas avaliações temáticas de efetividade, uma de projetos de apoio a povos indígenas e a outra de projetos de atividades

produtivas sustentáveis (APS). Na primeira avaliação, estão sendo avaliados os projetos Alto Juruá, Amazônia Indígena Sustentável, Arapaima: Redes Produtivas, Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre, Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia, e Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia. Já a segunda avalia os projetos APL Babaçu, Pesca Sustentável, Quintais Amazônicos, Sentinelas da Floresta, e Sociobiodiversidade Produtiva do Xingu;

- > realização (em fase inicial) de uma avaliação temática de efetividade de projetos voltados à esfera municipal na Amazônia, abrangendo os seguintes projetos concluídos com o apoio do Fundo Amazônia: Programa de Qualificação da Gestão Ambiental, Município de Porto dos Gaúchos, Recupera Marcelândia, Olhos d'Água da Amazônia – Fase II, Jacundá – Município de Economia Verde, Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu, e Nascentes do Buriti;
- > realização de capacitação por meio de ferramenta de educação a distância (EaD), visando o aperfeiçoamento de técnicos de órgãos estaduais em estratégias para elaboração e implementação de Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ);
- > apoio na atualização dos PPCDQ dos estados do Pará, Amazonas e Roraima (planos com atualização concluída) e dos estados do Acre e Amapá (em andamento);
- > apoio sistemático à equipe do Fundo Amazônia no tema do monitoramento e avaliação de resultados;
- > elaboração de coletânea dos Registros de Encaminhamentos e Temas (RET) das reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) entre 2008 e 2018;⁸ e
- > apoio no aprimoramento da comunicação, visando divulgar os resultados do Fundo Amazônia nacional e internacionalmente, incluindo a participação do fundo em eventos internacionais.

COMUNICAÇÃO

Entre os instrumentos de transparência e diálogo, merecem destaque:

Website www.fundoamazonia.gov.br

Desde 2010, o BNDES mantém na internet um *website* atualizado sobre o Fundo Amazônia, em português e com versão em inglês. Nesse *website* são disponibilizadas orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite para sua aprovação e a documentação exigida em cada etapa do processo.⁹ Também são disponibilizadas informações atualizadas sobre a governança do fundo, as doações recebidas e o

⁸ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ-COFA-atas-rediagramadas.pdf>.

⁹ Encontram-se atualmente suspensas a análise e a aprovação de novos projetos pelo Fundo Amazônia.

monitoramento e avaliação de resultados. O atendimento ao público é feito por intermédio da seção Fale Conosco (*e-mail*), por telefone ou por meio da leitura das “Perguntas mais Frequentes”.

É feita a divulgação da carteira de projetos apoiados, informando, entre outros dados: nome do projeto e seu responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de execução e as datas de aprovação e contratação. Também são publicados dados sobre os desembolsos e as atividades realizadas por cada projeto e sobre como este contribui para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia, organizados a partir de seu quadro lógico. Em 2019, avançando na transparência, passaram a ser disponibilizados no *website* os contratos e aditivos de todos os projetos da carteira do fundo.

Relatórios anuais

A fim de conferir transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica, em seu *website*, seus relatórios anuais. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do fundo.





**DESEMPENHO
OPERACIONAL**

PERFIL DA CARTEIRA DE PROJETOS

O Fundo Amazônia concluiu o ano de 2021 com uma carteira de 102 projetos apoiados, no valor total de R\$ 1.787.355.424,04. O número de projetos apoiados até essa data e o total de recursos desembolsados por ano são apresentados na Tabela 5.

TABELA 5 | PROJETOS APROVADOS, CANCELADOS E DESEMBOLSOS – 2009 A 2021

Ano	Número de projetos aprovados	Valor do apoio (R\$)	Total desembolsado em projetos (R\$)
2009	5	70.339.010,00	-
2010	8	119.891.704,43	11.105.966,90
2011	10	70.499.580,47	59.740.091,61
2012	14	179.803.548,39	71.205.781,90
2013	14	332.003.810,00	80.903.376,47
2014	21	268.578.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.510.972,31	127.509.195,78
2016	8	196.603.174,19	134.145.446,07
2017	12	234.886.684,03	223.760.804,23
2018	11	378.517.794,00	187.372.391,40
2019	-	-	108.875.373,05
2020	-	-	130.999.150,26
2021	-	-	117.490.671,19
Projetos cancelados*	(12)	(178.553.409,16)	N/A
Saldo reduzido**		(80.725.617,62)	N/A
Total	102	1.787.355.424,04	1.421.062.750,64

Fonte: BNDES.

* Ver no Anexo 4 deste relatório a lista dos projetos cancelados.

** Ver no Anexo 4 a lista dos projetos com suplementação e cujos valores foram alterados.

Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem em parcelas no decorrer de sua implementação e seguem prazos, que variam normalmente de um a seis anos, estabelecidos nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

A Tabela 5 mostra que o total desembolsado a projetos, até 31 de dezembro de 2021, soma R\$ 1.421.062.750,64, o que corresponde a cerca de 80% do valor total de apoio do Fundo Amazônia (R\$ 1.787.355.424,04).

O montante desembolsado no ano de 2021 (R\$ 117 milhões) apresentou patamar semelhante ao valor liberado em 2020 (R\$ 130 milhões). Dos recursos desembolsados em 2021, 33% foram destinados a projetos com o terceiro setor e 67% a projetos do setor público (48% a projetos da União e 19% a iniciativas de governos estaduais).

Além de apresentar projetos que contemplam ações variadas, a carteira do Fundo Amazônia também é caracterizada pelas diferentes naturezas jurídicas dos responsáveis pelos projetos, conforme mostram os Gráficos 4 e 5.

GRÁFICO 4 | NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL

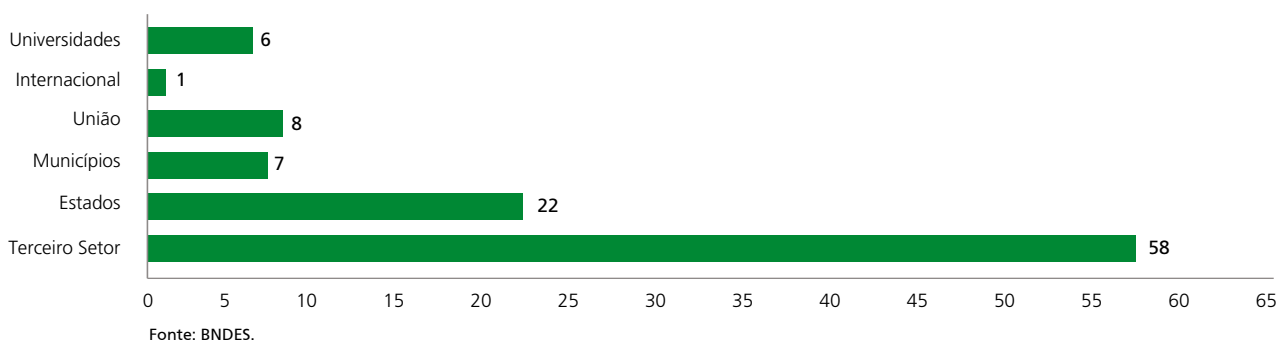
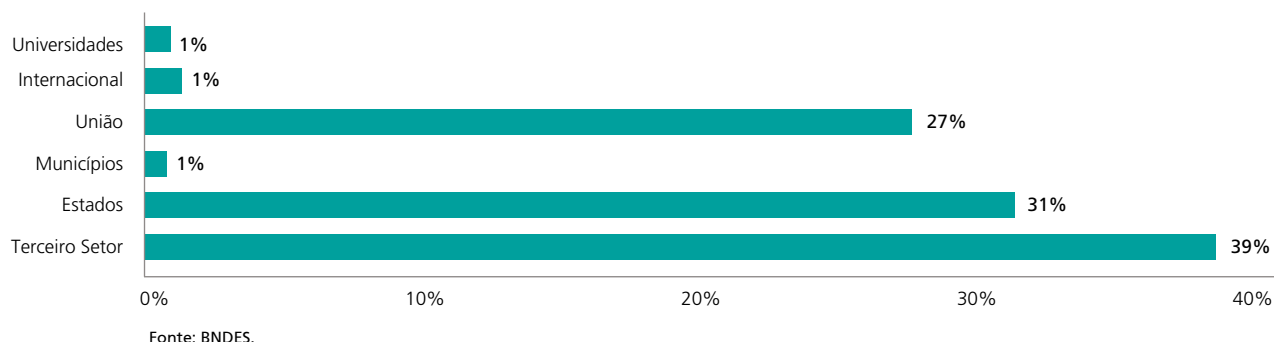
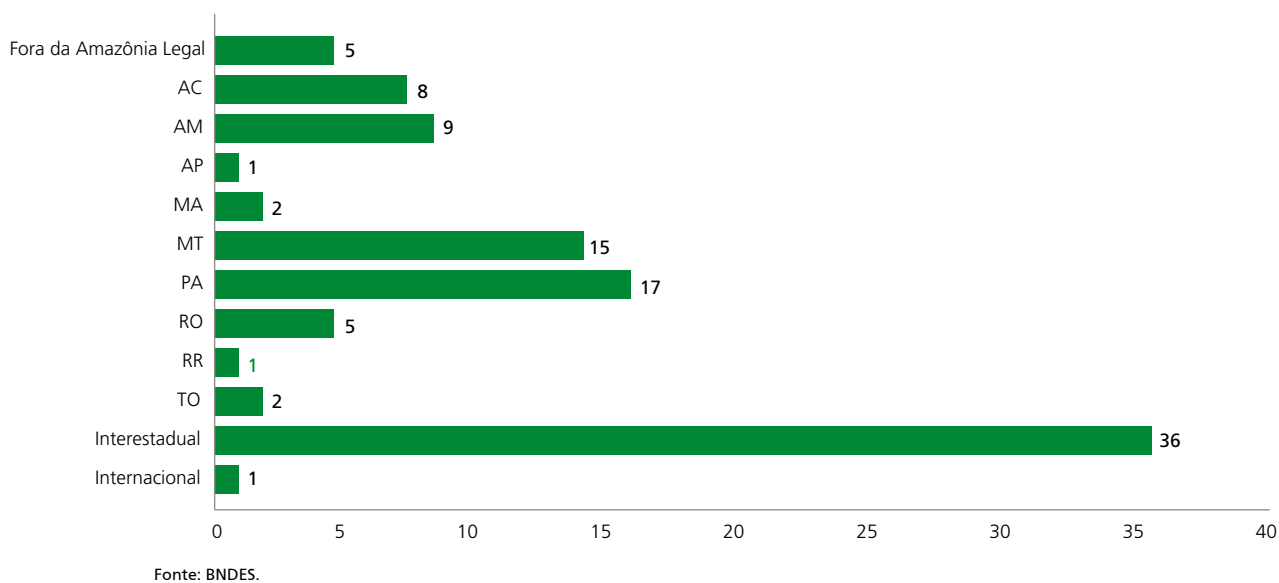


GRÁFICO 5 | VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



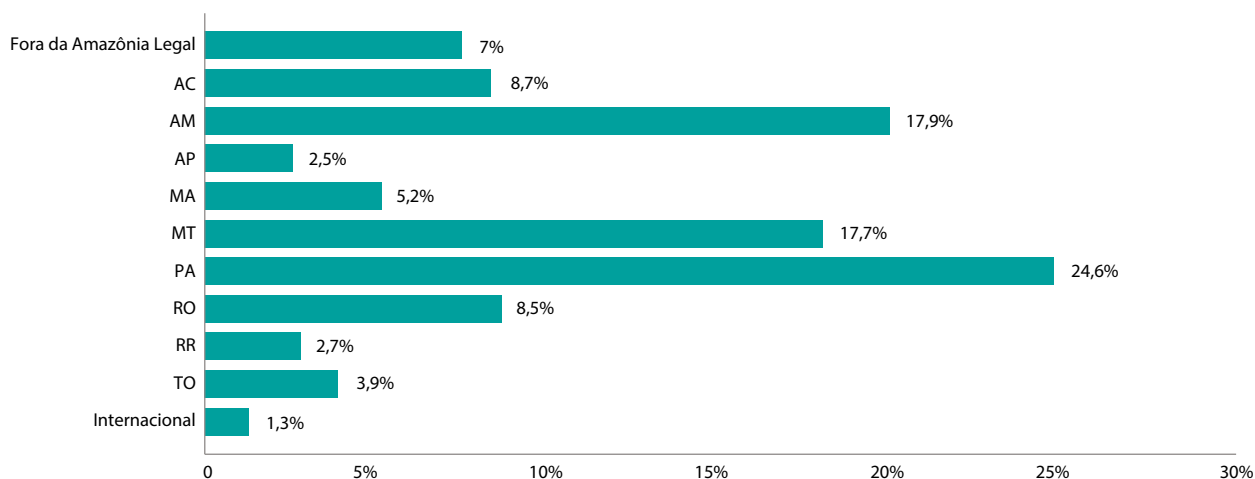
Os Gráficos 6 e 7 retratam a abrangência territorial dos projetos apoiados e o valor percentual do apoio por estado. Conforme ilustrado, todos os estados da Amazônia Legal têm projetos com apoio do Fundo Amazônia. Observa-se ainda que os quatro estados com maiores percentuais de apoio financeiro (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) têm, em conjunto, mais de 77% do total da área da Amazônia Legal¹⁰ e respondem por 69% do valor de apoio do fundo.

GRÁFICO 6 | NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR ESTADO



¹⁰ Informação disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

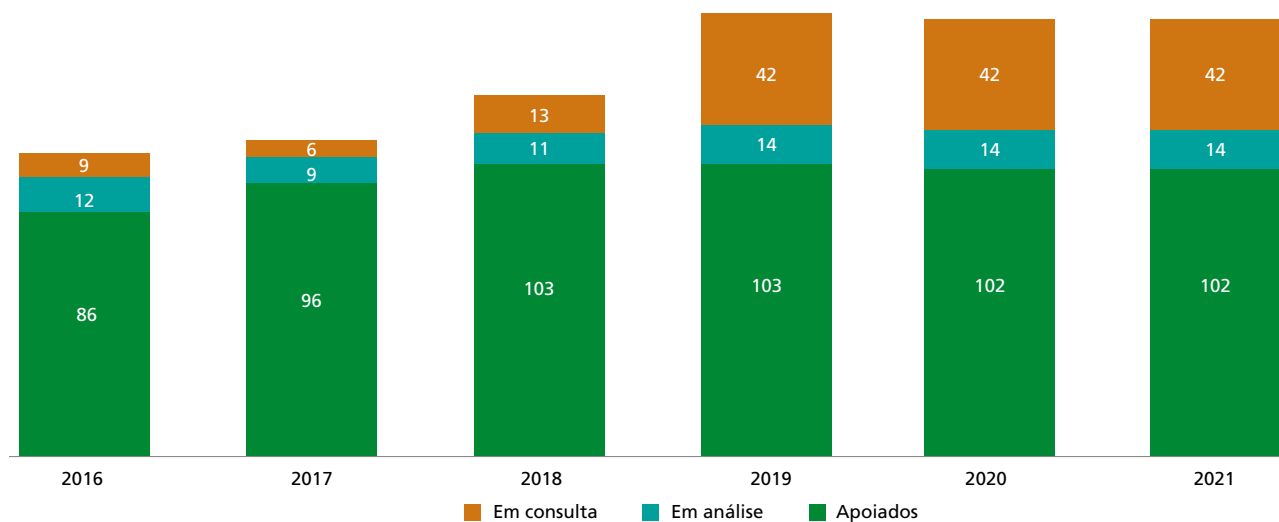
GRÁFICO 7 | VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR ESTADO



Fonte: BNDES.

A evolução anual da carteira do Fundo Amazônia (projetos em consulta, em análise e apoiados) está representada nos Gráficos 8 e 9.

GRÁFICO 8 | EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES

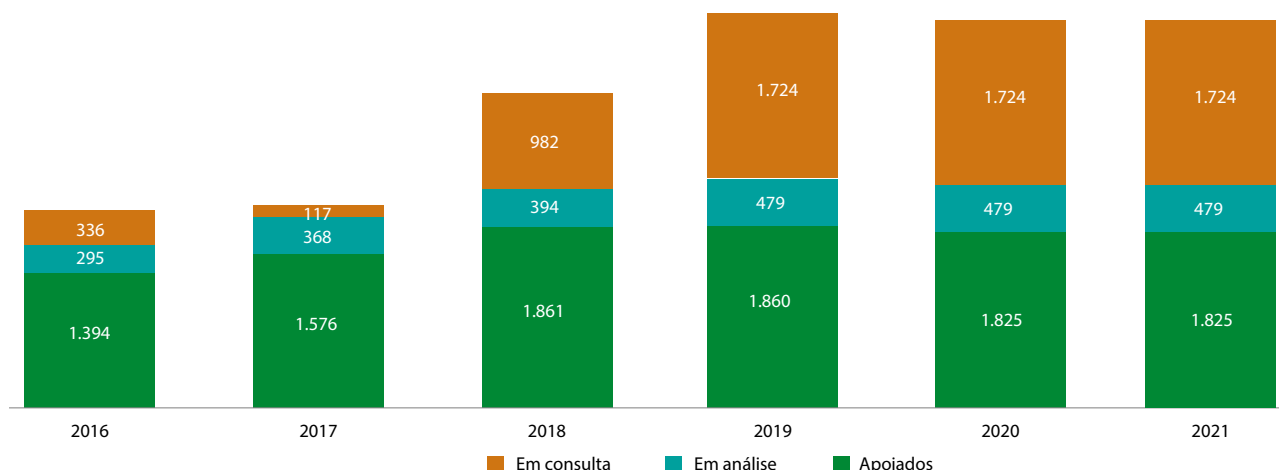


Fonte: BNDES.

Nota: Para esse cálculo, cada projeto cancelado foi descontado do número acumulado de projetos no ano de seu cancelamento (não no ano de sua aprovação). Para os anos de 2019, 2020 e 2021, foram considerados os projetos habilitados na chamada pública Recuperação da Cobertura Vegetal para o cômputo do número de projetos em consulta no BNDES.



GRÁFICO 9 | EVOLUÇÃO DO VALOR TOTAL DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÕES), POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES.

Nota: Esse gráfico mostra o valor acumulado líquido em cancelamentos de projetos e alterações de valores. Os valores de reduções e de projetos cancelados em determinado ano são descontados nesse mesmo ano. Para os anos de 2019, 2020 e 2021, foram agregados os valores dos projetos habilitados na chamada pública Recuperação da Cobertura Vegetal para o cômputo do valor dos projetos em consulta no BNDES.

Nota-se que, em 2021, o valor total de projetos apoiados registrou redução em relação a 2020 (de R\$ 1.825 milhão para R\$ 1.787 milhão), em função de cancelamentos.¹¹ Conforme mencionado no Capítulo 1, a partir de 2019 não foram aprovados novos projetos pelo Fundo Amazônia e, até o momento da elaboração deste relatório, sua governança encontra-se em processo de negociação envolvendo o governo brasileiro e os governos dos países doadores.

O total de recursos recebidos pelo Fundo Amazônia, acrescido dos rendimentos gerados ao longo dos anos e descontado o valor segregado pelo BNDES para sua administração, totaliza R\$ 5.004 milhões, tendo sido desembolsado a projetos o montante de R\$ 1.421 milhão. Portanto, o Fundo Amazônia dispõe de R\$ 3.583 milhões a serem destinados aos projetos já contratados e a novos projetos.

ASPECTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, no cumprimento de suas atribuições privativas, normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca promover a convergência entre esses procedimentos e os padrões definidos nas normas internacionais.

¹¹ Eventuais diferenças entre os valores atuais e os referentes a posições da carteira em períodos anteriores se devem ao cancelamento ou a alterações de valores de projetos (ver Anexo 4).

As Tabelas 6 e 7 resumem as informações incluídas nas demonstrações financeiras auditadas e em suas notas explicativas referentes ao ano de 2021. As demonstrações completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, constam no Anexo 1.

TABELA 6 | BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO AMAZÔNIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (R\$ MIL)

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Aplicações financeiras	3.583.826	Recursos de projetos	3.583.826
Despesas antecipadas	88.885	Recursos de custeio	88.885
		Patrimônio líquido	
		Superávit acumulado	-
Total do ativo	3.672.711	Total do passivo	3.672.711

Fonte: BNDES.

Do total do ativo circulante, R\$ 3.583.826 mil correspondem ao montante disponível, em 31 de dezembro de 2021, para desembolsos a projetos já apoiados ou novos projetos. Esse montante está investido nos fundos Gaia e Gaia II, geridos pelo Banco do Brasil, que têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos (ver “Receita financeira” na Tabela 7).

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, como passivo, na rubrica recursos de projetos. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o fundo.

TABELA 7 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$ MIL)

Receitas	269.509
Receita de doações para investimentos	117.491
Receita de doações para custeio	254
Receita financeira	151.764
(-) Despesas	(269.509)
Despesas com doações para investimento	(117.491)
Despesas administrativas	(254)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	(151.764)
Superávit/déficit do período	0

Fonte: BNDES.

Enquanto o balanço patrimonial mostra saldos acumulados, a demonstração de resultados considera apenas o que ocorreu em um ano específico. O total de

R\$ 117.491 mil apresentado nas rubricas “Receita de doações para investimentos” e “Despesas com doações para investimento” refere-se aos valores efetivamente desembolsados em 2021 a projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

O montante de R\$ 254 mil informado na Tabela 7 refere-se à apropriação realizada pelo BNDES, no exercício de 2021, dos custos e despesas relacionados ao Fundo Amazônia.

Os rendimentos dos fundos Gaia e Gaia II, no valor de R\$ 151.764 mil, são considerados receita e despesa porque correspondem à remuneração dos recursos disponíveis para desembolsos a projetos e são apresentados no balanço patrimonial como saldo das rubricas “Aplicações financeiras” e “Recursos de projetos”.

De acordo com o entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na data de seu ingresso. Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a CSLL relativa às doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

AUDITORIAS

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- > auditoria financeira (*financial audit*), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses valores nas demonstrações do BNDES; e
- > auditoria de cumprimento (*compliance audit*), para verificar a conformidade da aplicação dos recursos financeiros desembolsados a projetos contratados pelo BNDES no âmbito do Fundo Amazônia, no tocante: (i) às normas e diretrizes aplicáveis; e (ii) às evidências físicas de implementação dos projetos, a partir do conjunto daqueles que tiveram desembolsos no ano em referência.

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2021 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes, que concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. O parecer dos auditores independentes pode ser consultado no Anexo 1. A realização da auditoria de cumprimento (*compliance audit*) na etapa de seleção e contratação dos auditores independentes, devendo esse serviço ser concluído até o final de 2022.

Todos os pareceres dos auditores independentes a partir de 2010 estão publicados no *website* do Fundo Amazônia.¹²

¹² Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/auditorias/>.



**MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DE
RESULTADOS**

O ano de 2021, ainda marcado em escala mundial pela pandemia de Covid-19, destacou-se pela expansão, embora em ritmo desigual entre os países, da cobertura vacinal e pela continuidade das ações de governo no enfrentamento às emergências de saúde e manutenção de emprego e renda das famílias. A exemplo do ano anterior, o Fundo Amazônia deu prosseguimento à execução dos projetos de seu portfólio. Em meio a esse cenário desafiador, foi possível desembolsar em 2021 o total de R\$ 117 milhões, o que representou redução de 10% sobre o ano anterior.

Neste capítulo, começaremos com uma breve contextualização dos principais vetores do desmatamento, a lógica de intervenção (teoria da mudança) do Fundo Amazônia e seu quadro lógico. Em seguida, será apresentada a análise de alguns indicadores regionais que permitem monitorar a evolução de vários temas na Amazônia, tais como desmatamento anual, produção da extração vegetal e capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia de implementar a legislação ambiental.

Serão apresentados, de forma consolidada, os resultados dos indicadores de eficácia e de efetividade dos projetos apoiados; as salvaguardas adotadas pelo Fundo Amazônia no apoio a projetos; a contribuição do fundo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), além da política de promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável.

O capítulo é concluído com uma análise dos riscos (fatores externos) que podem afetar negativamente a execução dos projetos, a manutenção dos resultados alcançados e o funcionamento do Fundo Amazônia, além de uma avaliação dos impactos esperados caso alguns desses riscos se materializem.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado levando em consideração as principais causas do desmatamento na Amazônia:

- > a impunidade de ilícitos ambientais, em razão da baixa capacidade dos órgãos governamentais para fiscalizar e punir tais atos em um território de dimensões superlativas;
- > a existência de terras públicas não destinadas e de baixa segurança jurídica quanto aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja ocupação extralegal de terras públicas, conflitos pela posse de terras e desestímulo a investimentos privados;
- > a baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé, decorrente da falta de infraestrutura adequada e de incentivos econômicos para promover as cadeias produtivas sustentáveis; e

- > a expansão da agropecuária, impulsionada pela crescente demanda por *commodities* no mercado globalizado.

Foi também identificada uma necessidade de investimentos em inovação e produção científica voltados ao monitoramento e controle do desmatamento, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, consideraram-se também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo na Amazônia Legal, a saber:

1. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
2. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
3. manejo florestal sustentável;
4. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
5. zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
6. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
7. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto que autorizou a criação do Fundo Amazônia determinou que poderão ser utilizados até 20% de seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi divulgado pela primeira vez como um documento completo em 2010. Em 2017, passou por uma revisão, em decorrência das mudanças na dinâmica do desmatamento e na ênfase das políticas públicas.

O quadro lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa (ou projeto), podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando aonde se pretende chegar (efeitos ou objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A Figura 2 ilustra a sequência lógica de causa e efeito que leva os impactos diretos e indiretos de diversos projetos ao objetivo geral de um programa, como é o caso do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 2 | SEQUÊNCIA LÓGICA DO FUNDO AMAZÔNIA



Na definição do objetivo geral do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada na Amazônia Legal, sem prejuízo para a autorização do apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outras regiões do Brasil e em outros países tropicais. Dessa forma, foi definido como objetivo geral do fundo a “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

No estabelecimento dos efeitos indiretos a serem atingidos pelo Fundo Amazônia, adotou-se como ponto de partida as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008 (elencadas anteriormente). Esse decreto estabeleceu ainda que os projetos apoiados deverão observar, quando pertinente, as diretrizes do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+).¹³

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu quadro lógico foi estruturado em quatro componentes. Informações mais detalhadas sobre esse documento podem ser consultadas na internet,¹⁴ no documento intitulado *Quadro Lógico do Fundo Amazônia – 2017*. Nesse documento, são conceituados os indicadores selecionados para medir seus resultados, os principais riscos (pressupostos) que podem afetar seu sucesso, como se dará o acompanhamento dos projetos apoiados e o monitoramento do fundo.

Na Figura 3, pode ser visualizada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos efeitos diretos e indiretos nessa figura é também utilizada na lógica de intervenção de cada projeto apoiado.



¹³ http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd_documento_web.pdf

¹⁴ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA_Quadro_Logico_2017.pdf

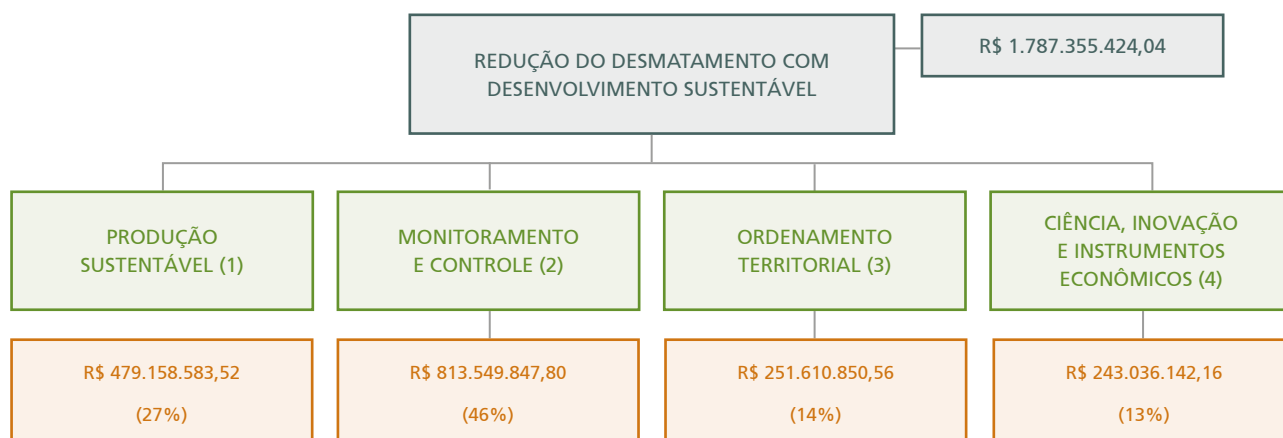
FIGURA 3 | QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Distribuição dos recursos por componente do quadro lógico

O Fundo Amazônia contabilizou apoio a 102 projetos até 2021. As ações e os recursos desses projetos são distribuídos pelas quatro componentes do quadro lógico da seguinte forma:

FIGURA 4 | DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA PELAS COMPONENTES DO QUADRO LÓGICO



MONITORAMENTO DE INDICADORES REGIONAIS

O Fundo Amazônia identificou em seu quadro lógico alguns indicadores regionais que se relacionam com as políticas públicas para as quais visa contribuir por meio dos projetos que apoia.

O monitoramento dessas políticas públicas ajuda a compreender o progresso alcançado na promoção da redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para esse monitoramento, são analisados, em uma perspectiva comparativa, os indicadores do Fundo Amazônia no nível de seu objetivo geral e efeitos indiretos. O marco zero (linha de base) de cada indicador é o ano de 2009, já que nele foram aprovadas as primeiras operações do fundo sem que, todavia, tenham ocorrido liberações de recursos para esses projetos.

O atual ano de avaliação é 2021. Sempre que possível, é realizado um comparativo com esse ano. Nos casos em que essa informação não existe, são utilizados os últimos dados disponíveis.

É importante mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia para o comportamento do conjunto desses indicadores, apesar de já ser identificável e relevante, conforme atesta a avaliação dos projetos concluídos com o apoio do fundo, não é exclusiva, somando-se a iniciativas e ações de uma pluralidade de agentes públicos e privados que atuam nesse vasto território que é a Amazônia.

Objetivo geral: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Indicador: (1) Desmatamento anual na Amazônia Legal

Um dos indicadores selecionados para medir a evolução do objetivo geral foi “Desmatamento anual na Amazônia Legal”, conforme medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Diversos trabalhos de modelagem climática analisam os impactos do desmatamento das florestas tropicais sobre o clima, apontando que a redução dessas florestas altera o fluxo aéreo da umidade e causa aumento da temperatura do planeta.

Dados preliminares do Inpe indicam que o desmatamento na Amazônia Legal em 2021 foi de 13.235 km². Essa área desmatada representa cerca de 48% do desmatamento verificado em 2004, ano em que foi verificada a maior taxa de desmatamento deste século. Quando se compara a taxa de desmatamento de 2021 com a de 2009 (linha de base), verifica-se que, nesse período, houve um aumento de 77% da taxa de desmatamento.

TABELA 8 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2004-2021 E 2009-2021

Desmatamento Amazônia Legal				
2004	2009	2021*	Variação (%) 2004/2021	Variação (%) 2009/2021
27.772	7.464	13.235	(52)	77

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.
*Dado preliminar.

TABELA 9 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2009/MÉDIA 2010-2021

Desmatamento 2009 (A)	Média 2010-2021 (B)	Variação (%) (B)/(A)
7.464	7.640	2

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

Outra comparação possível é a da média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2021 com a linha de base do Fundo Amazônia (2009), em que se constata um aumento de 2% da área desmatada nesse período.

O aumento contínuo da taxa de desmatamento a partir de 2015 constitui um desafio para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia no que tange à redução do “desmatamento anual na Amazônia Legal”.

Indicador: (2) Participação do PIB dos estados da Amazônia Legal no PIB nacional

O segundo indicador selecionado para medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia é a participação do produto interno bruto (PIB) dos estados da Amazônia

Legal no PIB brasileiro. Isto é, soma-se o PIB dos nove estados da Amazônia Legal e compara-se esse subtotal ao total do PIB brasileiro.

O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que expressa o valor adicionado de bens e serviços de uma determinada região. Porém, não é um indicador ideal para a medição de desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações como passivos ambientais gerados.

Diversas iniciativas de âmbito internacional vêm procurando incorporar nas estatísticas das contas nacionais o cálculo de outras variáveis de bem-estar e de sustentabilidade, objetivando valorar, por exemplo, a perda de biodiversidade ou os custos associados à mudança climática. No Brasil, a Lei 13.493, de 17 de outubro de 2017, atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a responsabilidade pela divulgação do produto interno verde (PIV), em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional. Até que uma metodologia seja definida e as medições estejam plenamente adotadas e validadas em nível global, é recomendável que o indicador convencional do PIB seja analisado conjuntamente com o indicador de redução do desmatamento.¹⁵

A informação mais atual disponibilizada sobre a evolução do PIB de cada estado consta no Sistema de Contas Regionais do IBGE relativo ao ano de 2019. Na Tabela a seguir, observa-se que a participação do PIB da Amazônia Legal no PIB brasileiro vem crescendo gradualmente nos últimos dez anos, consolidando desde 2017 uma participação cerca de 1% (em percentual do PIB) superior àquela verificada em 2010.

TABELA 10 | EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB DA AMAZÔNIA LEGAL

(valores nominais em R\$ bilhões)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB Brasil	3.885,5	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	5.995,8	6.269,3	6.583,3	7.004,1	7.389,1
PIB estados da Amazonia Legal	310,0	362,3	399,3	449,4	486,2	506,7	546,3	584,2	623,2	659,3
PIB estados da Amazonia Legal (AL) / PIB Brasil (%)	7,98%	8,28%	8,29%	8,43%	8,41%	8,45%	8,71%	8,87%	8,90%	8,92%

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2020).

Embora os dados mais recentes desagregados por estado ainda não estejam disponíveis, os indicadores de atividade econômica do Banco Central do Brasil revelaram que as regiões Norte e Centro-Oeste, onde estão localizados todos os estados da Amazônia Legal (exceto o estado do Maranhão), apresentaram crescimento de 0,4% e 0,2%, respectivamente, em 2020, um ano severamente afetado pela pandemia em que o PIB nacional sofreu queda de 3,9%.¹⁶

¹⁵ Para as novas metodologias de contabilidade do capital natural, ver IBGE (2020): "Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros 2000-2018". Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf>

¹⁶ https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/apresboletimregional/Boletim_Regional_ap202102.pdf

Efeito indireto: (1) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal (componente “produção sustentável”)

Indicador: Produção da extração vegetal e da silvicultura

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

O Fundo Amazônia tem como prioridade a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Essa priorização tem se materializado por meio de seu apoio financeiro a diversos projetos, cujos objetivos são a ampliação e o aprimoramento da coleta e do beneficiamento dos produtos extrativistas por comunidades tradicionais e povos indígenas.

As ações apoiadas contemplam atividades como a construção de barracões para o armazenamento da produção; a aquisição de caminhões, caminhonetes, tratores e lanchas para coleta e distribuição dos produtos; a implantação ou ampliação e modernização de unidades de beneficiamento desses produtos; e a capacitação técnica e gerencial dos indígenas, extrativistas e agricultores familiares envolvidos nos projetos.

Para o monitoramento dessa componente, foi selecionado o indicador de produção da extração vegetal e da silvicultura verificado nos estados da Amazônia Legal, cujos dados se baseiam em publicação anual do IBGE,¹⁷ bem como desenvolvido um indicador que mede a produção legal de madeira em toras na Amazônia.

Os dados da produção da extração vegetal são obtidos pelo IBGE mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos vegetais nativos.

A extração vegetal compreende o processo de exploração dos recursos vegetais nativos mediante a coleta de produtos. A Amazônia é uma importante fonte de produção de açaí, castanha-do-brasil, borracha nativa, amêndoas e outros produtos oleaginosos e fibras diversas, que têm representatividade econômica e são comercializados dentro e fora da região. A evolução da produção e da receita desses produtos é acompanhada pelo Fundo Amazônia por sua relevância econômica no contexto regional.

No conjunto dos oleaginosos, está sendo acompanhada a produção extrativista de amêndoas-de-cumaru, pequi e copaíba, entre outros produtos. Também se monitora a evolução da cadeia produtiva do babaçu, cuja oleaginosa (amêndoa) é utilizada, sobretudo, na indústria alimentícia. Como o babaçu tem grande participação na economia extrativista regional, optou-se por acompanhá-lo em separado das demais oleaginosas. No conjunto das fibras, estão sendo monitorados, entre outros produtos, a piaçava e o buriti.

Na Tabela 11 é mostrada a evolução da produção física (em toneladas) da extração vegetal desses produtos entre os anos de 2009 e 2020, além de uma comparação deste último ano com o ano anterior.

¹⁷ Produção da extração vegetal e da silvicultura (Pevs), do IBGE: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>

TABELA 11 | PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (TONELADAS)

Produtos	2009 (t)	2019 (t)	2020 (t)	Var 2020/2019 (%)	Var 2020/2009 (%)
Açaí	115.767	222.705	220.490	(1%)	90%
Castanha-do-pará	37.468	32.905	33.119	1%	(12%)
Borracha (látex coagulado e líquido)	3.459	807	899	11%	(74%)
Oleaginosos*	1.240	897	824	(8%)	(34%)
Babaçu	103.359	45.595	44.647	(2%)	(57%)
Fibras**	2.848	2.245	2.896	29%	2%
Total histórico	264.141	305.154	302.875	(1%)	15%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.
*Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos.
** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Na Tabela 12, observa-se a evolução desses mesmos produtos segundo a receita gerada.

TABELA 12 | PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MIL)

Produtos	2009	2009*	2019	2020	Var 2020/2019 (%)	Var 2020/2009 (%)
Açaí	160.312	295.446	588.594	694.306	18%	135%
Castanha-do-pará	52.261	96.314	135.814	98.552	(27%)	2%
Borracha (látex coagulado e líquido)	7.597	14.001	4.031	6.574	63%	(53%)
Oleaginosos**	6.570	12.108	9.457	9.360	(1%)	(23%)
Babaçu	114.847	211.656	81.953	83.971	2%	(60%)
Fibras***	4.495	8.284	5.091	8.372	64%	1%
Total histórico	346.082	637.809	824.940	901.135	9%	41%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.
* Valores atualizados para reais de 2020 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2010 a 2020.
** Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos.
*** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Observa-se que a produção do açaí, fruto cada vez mais utilizado na confecção de alimentos e bebidas, foi ampliada em 90% na Amazônia Legal no período 2009-2020, sendo que a receita, em valores atualizados, ampliou-se em 135% nesse mesmo período, alcançando R\$ 694 milhões.

A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é outro importante produto do extrativismo regional, sendo colhida do fruto (“ouriço”) da castanheira, que é uma das árvores mais altas da floresta amazônica. O volume de produção no período 2009-2020 teve uma redução de 12%. A receita anual, todavia, cresceu 2% nesse mesmo período, alcançando o montante de R\$ 98,5 milhões em 2020.

O volume e a receita da produção de oleaginosos, babaçu e borracha (látex coagulado e o líquido) reduziram no período de 2009 a 2020. A produção de fibras recuperou-se em 2020, voltando ao patamar de 2009. Todavia, quando considerados todos os produtos monitorados, ocorreu um crescimento de 15% no volume produzido e de 41% da receita gerada.

Na comparação entre os anos de 2020 e 2019, merecem destaque o crescimento do volume da produção de borracha e fibras (11% e 29%, respectivamente) e, no faturamento agregado dos produtos considerados na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), a expansão de 9% no faturamento, embora a produção física tenha sofrido pequena redução de 1%, indicando uma elevação no preço médio da produção.

BOX – PRODUÇÃO DE CACAU NO BRASIL

Diversos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia incluem a produção, beneficiamento e comercialização de cacau silvestre e de cacau cultivado por meio de sistemas agroflorestais. A título de exemplo mencionam-se os projetos: “Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros” (Associação SOS Amazônia) e “Bolsa Floresta+” (Fundação Amazonas Sustentável – FAS). Embora o cacau não integre as estatísticas organizadas da Pevs, trata-se de uma cultura consolidada no Brasil, que ocupa a sétima posição no *ranking* mundial de produtores, conforme tabela a seguir:

	2020	part. (%)
Costa do Marfim	2.200.000	38,3%
Gana	800.000	13,9%
Indonésia	739.483	12,9%
Nigéria	340.163	5,9%
Equador	327.903	5,7%
Camarões	290.000	5,1%
Brasil	269.731	4,7%
G7	4.967.280	86,6%
Mundo	5.738.582	100,0%

Fonte: FAO-STAT 2022.
Nota: produção em toneladas.

No Brasil, a produção de cacau esteve historicamente concentrada no estado da Bahia, tendo-se observado em anos recentes a expansão para estados da Amazônia Legal, em especial o Pará, que é atualmente o maior produtor nacional. A tabela a seguir apresenta informações agregadas da área colhida, da produção física e do valor comercializado entre 2018 e 2020:

	Área (mil ha)			Produção (mil t)			Valor da produção (R\$ mil)		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020*	2018	2019	2020
Brasil	577	582	578	239	259	264	2.837.554	3.124.162	3.182.840
Amazônia Legal	138	151	158	114	135	141	1.415.684	1.543.168	1.611.519
Pará	128	141	147	110	129	135	1.374.337	1.488.032	1.559.444
Rondônia	9	9	9	4	5	5	37.702	51.415	47.719
Amazonas	1	1	1	1	1	1	3.572	3.627	4.262
Roraima	0,3	0,1	0,1	0	0	0	73	94	94
Nordeste	421	413	403	114	113	111	1.302.576	1.431.012	1.410.755
Bahia	421	413	403	114	113	111	1.302.576	1.431.012	1.410.755
Outras regiões	18	18	18	10	12	12	119.294	149.982	160.566

Fonte: IBGE, apud: BNB - Caderno Setorial Etene (2021). Ver https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/650/3/2021_CDS_149.pdf
* estimativa

A produção de madeira tem como fonte de matéria-prima legal somente as florestas exploradas sob regime sustentável, por meio de planos de manejo florestal sustentável (PMFS) ou de desmatamentos autorizados. O monitoramento desse indicador tornou-se possível graças à sistematização e disponibilização pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em seu *website*, de informações sobre o transporte de produtos florestais registrados por meio do sistema do Documento de Origem Florestal (DOF).¹⁸

TABELA 13 | PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VOLUME EM M³)

Estado	2009	2020	2021	Var 2021-2020 (%)	Var 2021-2009 (%)
Acre	277.489	271.980	395.486	45%	43%
Amazonas	355.113	785.545	482.455	-39%	36%
Amapá	64.189	208.894	83.254	-60%	30%
Maranhão	10.359	12.493	16.645	33%	61%
Mato Grosso	2.043	58.119	66.241	14%	3.142%
Pará	9.041	2.946.478	3.346.516	14%	36.915%
Rondônia	-	1.188.752	1.196.959	1%	-
Roraima	89.502	169.126	118.082	-30%	32%
Tocantins	21.366	10.521	3.868	-63%	(82%)
Total	829.102	5.651.910	5.709.508	1%	589%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

TABELA 14 | PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VALOR EM R\$ MIL)

Estado	2009	2009*	2020	2021	Var 2021-2020 (%)	Var 2021-2009 (%)
Acre	10.095	20.476	16.495	26.153	59%	28%
Amazonas	19.633	39.822	79.210	73.021	-8%	83%
Amapá	3.944	8.000	14.763	5.153	-65%	-36%
Maranhão	905	1.836	3.310	5.770	74%	214%
Mato Grosso	1.317	2.671	14.371	14.118	-2%	428%
Pará	3.314	6.722	748.050	1.042.215	39%	15.405%
Rondônia	-	-	136.855	147.405	8%	-
Roraima	4.153	8.424	34.330	7.231	-79%	(14%)
Tocantins	7.314	14.835	762	1,45	-100%	(100%)
Total	50.675	102.786	1.048.146	1.321.066	26%	1.185%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

* Valores atualizados para reais de 2021 pela variação IPCA de 2010 a 2021.

Com base na análise dos dados de produção legal de madeira em toras, verifica-se que, no período de 2009 a 2021, o volume de produção de madeira cresceu 6,9 vezes. É preciso considerar que esse crescimento expressivo deveu-se também ao aprimoramento do Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – Sinaflor. Já a receita anual saiu de R\$ 102 milhões em 2009 para superar R\$ 1,3 bilhão em 2021 (1.185%).

¹⁸ Vale mencionar que o controle de exploração de madeira nativa no Brasil, apesar de bastante avançado, não é à prova de fraudes na emissão de permissões de exploração. Dessa forma, parte da madeira em toras contabilizada como extraída legalmente, com base em informações registradas por meio do sistema DOF, pode ser, na verdade, madeira ilegal resultante de fraudes no sistema.

Do total de madeira em toras extraída legalmente em 2021 (5,7 milhões de m³), pouco mais de 35% foram obtidos por meio de manejo florestal sustentável (2,0 milhões m³), um percentual inferior aos de anos anteriores. O manejo florestal sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo. Ou seja, não permite o corte raso da floresta na Amazônia.

Em comparação com o ano anterior, verificaram-se em 2021 reduções superiores a 30% na produção legal de madeira em tora em quatro estados da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Roraima e Tocantins). No total da região, a produção manteve-se praticamente estável entre os dois anos, enquanto o faturamento cresceu 26%. No que tange ao crescimento nominal do faturamento, vale mencionar que a inflação em 2021 alcançou 10,06%.

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para esses resultados por duas vertentes: (i) o apoio direto a projetos que praticam o manejo florestal sustentável ou instrumentalizam essa atividade por meio da pesquisa científica ou formação de técnicos; e (ii) a repressão às atividades madeireiras ilegais, que representam uma concorrência desleal para o manejo florestal sustentável, já que este tem mais custos, por operar de modo legal, e menor retorno, por não extrair a madeira de forma predatória.

A análise do comportamento da cesta de produtos da floresta amazônica, com base em dados da Pevs, do IBGE, evidencia que, nos anos considerados (2009 e 2020), ocorreu um crescimento de 41% da receita gerada por esses produtos. Por sua vez, em período com informações ainda mais atualizadas (2009 a 2021), foi verificado um crescimento de 1.185% na receita gerada pela madeira em toras. Pode-se concluir, portanto, que a evolução desses indicadores sinaliza que o efeito indireto “atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal” está sendo alcançado.

Efeito indireto: (2) Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente “monitoramento e controle”)

Indicador: Número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente

Indicador: Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local

Indicador: Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente

Para o monitoramento dessa componente, foram criados indicadores que visam medir a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente.

Dois dos indicadores medem os níveis de desconcentração e de descentralização identificados na gestão ambiental, a saber: “número de postos avançados (unidades

regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente” e “número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local”, respectivamente.

A desconcentração da gestão ambiental por meio da implantação de postos avançados ou unidades regionais dos órgãos estaduais de meio ambiente aproxima esses órgãos dos habitantes e agentes econômicos das regiões mais afastadas, o que promove uma gestão ambiental mais eficiente.

Por sua vez, cabe aos municípios a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.¹⁹ O indicador que mede o número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local visa verificar o grau de participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

Um terceiro indicador monitora o “número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente”. O licenciamento é um instrumento importante da Política Nacional de Meio Ambiente, e o aumento da concessão de licenças e demais atos autorizativos sinaliza o grau de controle dos órgãos de meio ambiente sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.

Considerando a ausência de divulgação pública de informações que permitam acompanhar esses indicadores, são apresentados na Tabela 15 dados obtidos diretamente com os órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) da Amazônia Legal.

TABELA 15 | INDICADORES REGIONAIS DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”

Estados	Número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)*		Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)**		Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelas Oemas (anual)***	
	2009	2021	2009	2021	2009	2021
Acre	5	5	1	1	2.239	415
Pará	4	11	10	135	3.259	3.566
Amazonas	0	6	2	1	2.723	2.581
Roraima	1	0	13	15	183	1.531
Tocantins	20	20	0	4	3.360	12.490
Mato Grosso	11	9	5	48	5.430	6.066
Rondônia	14	14	1	22	2.480	4.692
Maranhão	1	2	0	36	0	777
TOTAL	56	67	32	262	19.674	32.118
Variação (%)	20%		719%		63%	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

* Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os postos avançados do órgão estadual de meio ambiente.

** Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os municípios no estado aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

*** Número de licenças: prévia, de instalação, de operação, de propriedade rural; atos de renovação, retificação, declaratórios, de anuência prévia e autorizações: ambiental, para desmatamento, para utilização de matéria-prima, para exploração de manejo florestal, de trânsito e comercialização de pescado e para transporte de cargas perigosas expedidas no ano.

¹⁹ Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.

Uma análise conjunta dos indicadores monitorados revela a evolução nas três dimensões acompanhadas, destacando-se um significativo crescimento (719%) no número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

O número de atos autorizativos expedidos anualmente pelos órgãos de meio ambiente também experimentou um aumento de 63% nos anos acompanhados (2009 e 2021), enquanto o número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente teve um aumento de 20%.

O Fundo Amazônia vem contribuindo para o aprimoramento da gestão ambiental por meio do apoio a projetos que visam: fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; aprimorar o processo de licenciamento ambiental; capacitar o corpo de servidores públicos; fortalecer as unidades regionais dos órgãos ambientais; e descentralizar e fortalecer a gestão ambiental municipal.

Efeito indireto: (3) Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente (componente “ordenamento territorial”)

Indicador: Área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial

Indicador: Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal

Para o monitoramento dessa componente, foram criados dois indicadores. O primeiro mede a extensão das áreas protegidas federais com instrumento de gestão territorial elaborado, e o segundo acompanha a taxa de desmatamento em áreas protegidas (UCs federais, estaduais e TIs na Amazônia Legal).

Vale mencionar que o Brasil, por meio da Lei 9.985/2000, estabeleceu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). As UCs integrantes do Snuc dividem-se em dois grupos, com características específicas: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O indicador “área de terras indígenas e unidades de conservação da natureza federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial” acompanha a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que tenham, respectivamente, planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) e planos de manejo. O uso desses instrumentos em áreas protegidas tem contribuído de forma importante para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais.

O plano de manejo de uma UC é um documento no qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelecem seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por sua vez, os PGTAs de TIs são ferramentas de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), podendo ser definidos como instrumentos que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.²⁰

TABELA 16 | ÁREA DE UCS FEDERAIS E TIS NA AMAZÔNIA LEGAL COM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL (PLANOS DE MANEJO OU PGTAS)

	Número de UCS federais e TIs com instrumento de gestão territorial			Variação 2021/2009 (%)	Área (km²) de UCS federais e TIs com instrumento de gestão territorial			Variação 2021/2009 (%)
	2009	2020	2021		2009	2020	2021	
UCs Federais	28	89	93	218%	160.742	468.114	470.641	193%
TIs	33	98	104	197%	75.741	564.912	590.659	680%
Total	61	187	197	223%	236.483	1.033.026	1.061.301	349%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Funai.

Com base na análise dos dados da Tabela 16 sobre áreas protegidas com instrumento de gestão territorial no período entre 2009 e 2021, verifica-se que ocorreu considerável crescimento tanto do número quanto da extensão territorial das áreas protegidas com esses instrumentos na Amazônia.

No período considerado, o número de UCS federais e TIs que dispõem de instrumento de gestão territorial triplicou, passando de 61 para 197. Por sua vez, a extensão territorial dessas áreas com instrumentos de gestão territorial mais que quadruplicou, alcançando 1,06 milhão de km², área superior à soma dos territórios da Noruega e da Alemanha.

O Fundo Amazônia tem apoiado diversos projetos de fortalecimento e consolidação das áreas protegidas da Amazônia. Destaque-se o apoio a oito projetos que visam a elaboração e a implementação de PGTAs, selecionados no âmbito da chamada pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, promovida pelo Fundo Amazônia.

Esses projetos promovem, entre outras ações, a gestão ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis dos povos indígenas; a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; a execução de iniciativas de monitoramento e controle do território, bem como o fortalecimento da organização comunitária local, da cultura e do modo de vida dessas populações. Além desses projetos dedicados exclusivamente à temática indígena, há outros projetos apoiados que também contemplam alguma ação que beneficia essas populações.

Registre-se que, no apoio a todos os projetos que tenham como beneficiários diretos povos indígenas, o Fundo Amazônia verifica se seus sistemas socioculturais

²⁰ Definição de PGTA com base no documento *Orientações para elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas*, da Fundação Nacional do Índio (Funai), de 2013.

e conhecimentos tradicionais foram considerados, bem como se as comunidades a serem beneficiadas deram prévio consentimento às ações a serem implementadas.

São 101 TIs beneficiadas com algum tipo de ação apoiada pelo Fundo Amazônia, que englobam aproximadamente 65% da área de todas as TIs da Amazônia brasileira.

Na Tabela 17, pode ser consultada a variação do desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (UCs federais, estaduais e territórios indígenas).

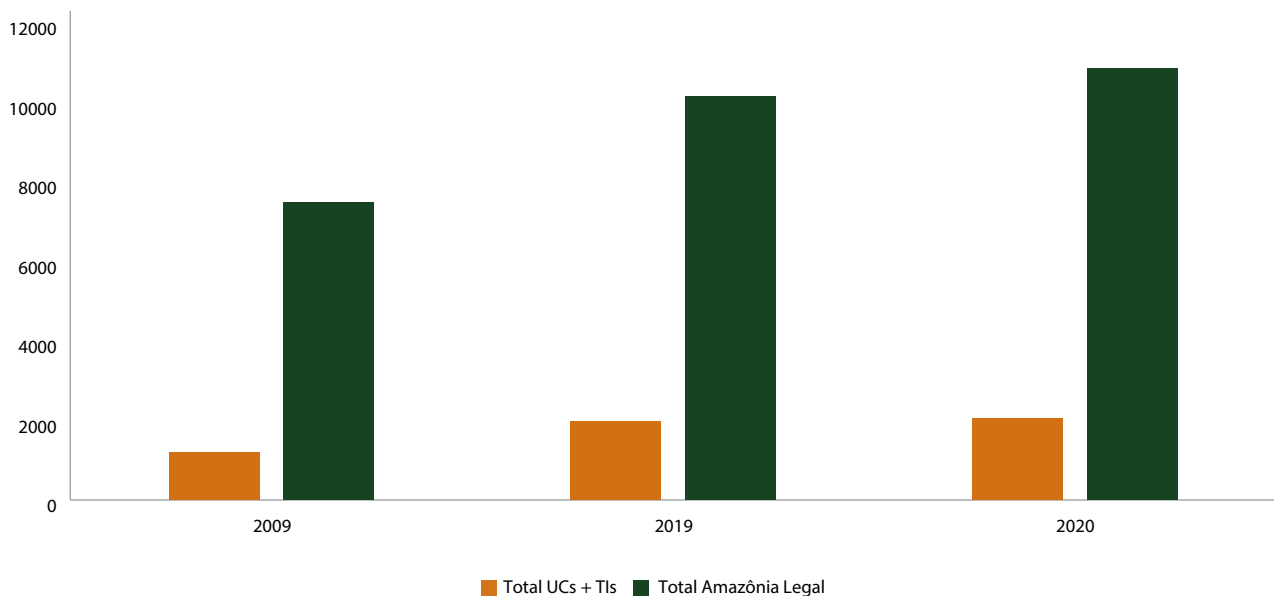
TABELA 17 | DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Áreas protegidas	Número de áreas protegidas	Área desmatada (km ²)			Var. 2020/2019 (%)	Var. 2020/2009 (%)
		2009	2019	2020		
UCs federais	174	287	453	504	11%	76%
Ucs estaduais	179	320	1.021	1.110	9%	247%
Terras indígenas	387	247	503	432	(14%)	75%
Total histórico	740	854	1.977	2.046	3%	140%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Na Tabela 17, verifica-se que ocorreu um crescimento de 140% da área desmatada no conjunto dessas categorias fundiárias, na comparação entre os anos de 2009 e 2020. Registre-se que esse crescimento é cerca de três vezes superior ao aumento do desmatamento global na Amazônia Legal calculado pelo Inpe/Prodes para os mesmos anos (45%), com destaque negativo para a categoria UCs estaduais, em que o desmatamento aumentou 247% quando comparado com a linha de base do Fundo Amazônia (2009). O aumento da participação relativa das UCs e TIs no desmatamento total pode ser visualizado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 10 | DESMATAMENTO NAS UCS E TIS NO DESMATAMENTO TOTAL (KM²)

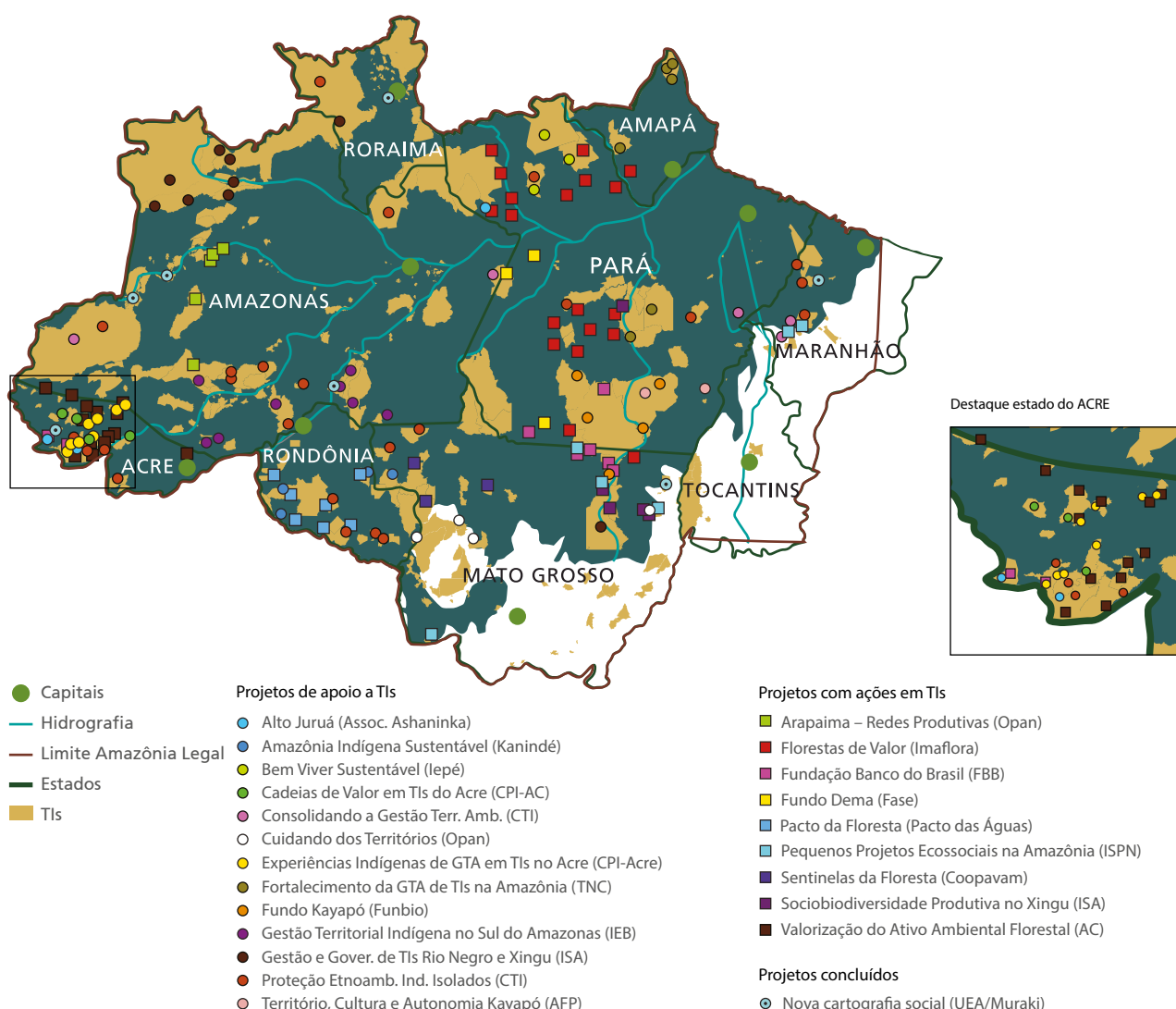


Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Vale mencionar que a área desmatada em unidades de conservação federais, estaduais e TIs representou cerca de 19% do desmatamento medido na Amazônia Legal em 2020. O fato de que essas áreas protegidas respondem por área superior a 40% do território da Amazônia Legal evidencia a importância dessas categorias territoriais e o relevante papel dos povos tradicionais, incluindo indígenas, na prevenção do desmatamento e na conservação florestal.

O aumento expressivo da área desmatada nas áreas protegidas reforça a importância em apoiar novas ações de consolidação da gestão desses territórios, bem como fortalecer os entes públicos responsáveis por seu monitoramento. O Fundo Amazônia contribui para isso com projetos apoiados nos eixos de ordenamento territorial e monitoramento e controle do desmatamento.

FIGURA 5 | PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA EM TIS



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Efeito indireto: (4) Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal (componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”)

Indicador: Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Para o monitoramento da componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, foram selecionados dois indicadores: (i) “número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação; e (ii) “valor de subvenção pago a extrativistas para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade nos estados da Amazônia Legal (PGPM-Bio)”, para monitorar a evolução da política de incentivos econômicos na região amazônica. Considerando que até 2021 o Fundo Amazônia não apoiou projetos de pagamento de subvenções a produtos da sociobiodiversidade ou projetos análogos, o segundo indicador não foi incluído neste relatório.

TABELA 18 | PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INPI POR RESIDENTES NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

	2009	2020	2021	Var. 2021/2020 (%)	Var. 2021/2009 (%)
Brasil	7.709	7.986	7.288	(9%)	(5%)
Estados da Amazônia					
Acre	3	17	10	(41%)	233%
Amazonas	63	36	29	(19%)	(54%)
Amapá	3	6	8	33%	167%
Maranhão	24	67	62	(7%)	158%
Mato Grosso	29	48	76	58%	162%
Pará	25	76	64	(16%)	156%
Rondônia	13	9	14	56%	8%
Roraima	1	2	2	0%	100%
Tocantins	8	14	17	21%	113%
Total	169	275	282	3%	67%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INPI.

Comparando o número de pedidos de patentes depositados no INPI por residentes nos estados da Amazônia no ano de 2009 e em 2021, houve um crescimento de 67%. Já para o Brasil, em geral, considerando os mesmos anos, foi verificada uma queda de 5%.

Apesar do considerável crescimento do número de pedidos de patentes no período analisado, é baixo o número de pedidos de patentes depositados na região em termos absolutos (3,8% do total dos pedidos no Brasil). Isso demonstra a necessidade de fortalecer esse tema relevante para o conhecimento e a exploração sustentável das

riquezas da região, para o aprimoramento do monitoramento do desmatamento e para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de formas e métodos que contribuam para o ordenamento territorial da Amazônia.

As razões que levam a esse cenário são complexas e têm raízes históricas. Vão desde diferenças nos níveis de investimento em educação superior e pesquisa até fatores como o nível de desenvolvimento do setor industrial em cada um desses estados que integram a região amazônica.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, ligados à ciência e à tecnologia, visam enfrentar esse desafio por meio de ações como construção, reforma ou estruturação de centros de estudos avançados para pesquisa em biotecnologia; levantamento e processamento de dados biológicos e socioeconômicos georreferenciados; e desenvolvimento de modelos para estimativa de biomassa e sequestro de carbono em ecossistemas.

Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados à ação do Fundo Amazônia

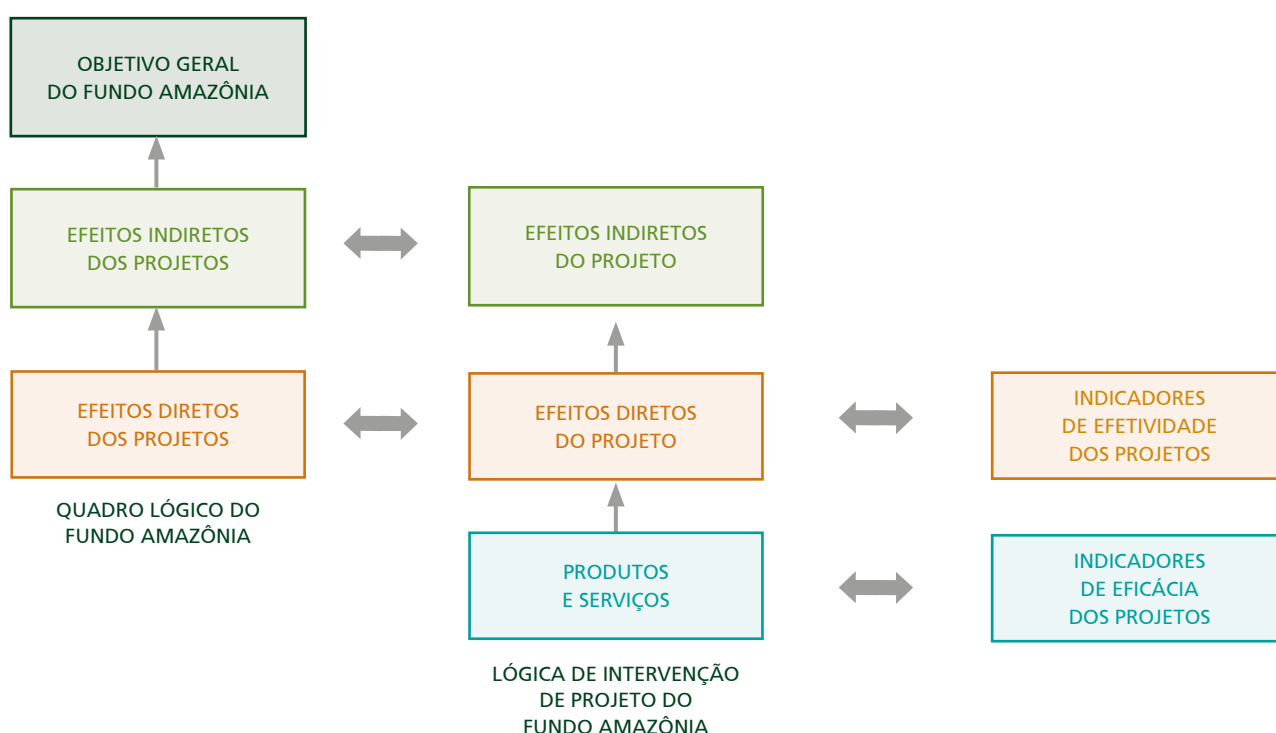
- > Piora do indicador que mede a taxa de desmatamento da Amazônia Legal, com aumento de 77% da área desmatada em 2021 em relação à taxa de 2009. Por sua vez, quando se compara a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2021 com o desmatamento em 2009 (linha de base do Fundo Amazônia), constata-se um aumento de 2% da área desmatada.
- > Crescimento gradual da relevância do PIB da Amazônia no PIB brasileiro, atingindo em 2019 uma participação de 8,9%, em comparação com a participação de 7,9% verificada em 2009, o que também é um sinal positivo.
- > Aumento de 15% do volume produzido e de 41% da receita gerada pela cesta de produtos do extrativismo acompanhados pelo Fundo Amazônia, no período de 2009 a 2020, conforme dados da Pevs do IBGE, e aumento de 589% do volume e 1.185% da receita gerada anualmente pela produção legal de madeira em toras entre os anos de 2009 e 2020.
- > Ampliação, no período de 2009 a 2021, do número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente em 20%, da descentralização da gestão ambiental para os municípios em 719% e do número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos de meio ambiente em 63%.
- > Aumento favorável, superior a quatro vezes (349%), da área de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial (2009-2021) e piora do indicador que monitora o desmatamento em áreas protegidas, que aponta incremento de 140% do desmatamento em UCs federais, estaduais e TIs (2009-2020).
- > Crescimento de 67% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia Legal (2009-2021).

QUADRO DE RESULTADOS DOS PROJETOS

Para cada projeto, é construído um quadro de resultados específico, em diálogo com os beneficiários e de forma integrada com os objetivos definidos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A Figura 6 ilustra de que forma os efeitos diretos e indiretos ao nível dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, dessa forma, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.

FIGURA 6 | INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos do Fundo Amazônia

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro de resultados de cada projeto, são executados diversos procedimentos, descritos a seguir, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco sua implantação.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura do contrato até a conclusão das obrigações nele assumidas. Para subsidiar o acompanhamento, o responsável pela execução do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encaminha relatórios de desempenho contendo: (i) resumo das principais atividades realizadas no período; (ii) informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; e (iii) documentação referente ao cumprimento de obrigações contratuais.

O acompanhamento pelo BNDES compreende, também, a verificação da execução física e financeira do projeto, o que inclui visita ao local do projeto, quando necessário. Cada liberação de recursos está condicionada ainda à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes.

Na conclusão do projeto, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e seus resultados e impactos. O documento deve conter, ainda, informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implantação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

Resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são acompanhados individualmente. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são relatadas na página do Fundo Amazônia na internet,²¹ na qual, para cada projeto apoiado, é reservada uma seção específica em que são informados, entre outros: nome da organização responsável pela execução do projeto; abrangência territorial do projeto e seus beneficiários; valor do projeto e valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia; prazo de execução previsto; valores já desembolsados e datas dos desembolsos; contexto em que o projeto se insere e informações sintéticas sobre ele; sua lógica de intervenção e resumo das atividades já realizadas.

Para monitorar os resultados dos projetos apoiados, foi desenvolvida uma gama de indicadores comuns aos projetos que permitem sua consolidação e proporcionam uma visão agregada dos produtos e serviços entregues e dos impactos resultantes de suas ações. Cabe mencionar que, em alguns casos, os resultados são de natureza qualitativa, o que exige que sejam analisados de forma individual.

Além do acompanhamento dos projetos durante sua execução, o Fundo Amazônia divulga uma avaliação dos resultados e impactos de cada projeto concluído. No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório, são divulgadas informações sobre os dez projetos concluídos nesse ano, inclusive com uma avaliação de seus resultados e impactos. Dessa forma, de uma carteira de 102 projetos apoiados, 47 foram concluídos e tiveram sua avaliação divulgada nos relatórios anuais do Fundo Amazônia. Sempre que viável, é feita uma análise dos impactos dos projetos concluídos na taxa de desmatamento de sua área de influência.

São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados com base em indicadores dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Nessas tabelas, foi adotado um código de cores para facilitar a identificação dos indicadores conforme sua natureza (de eficácia ou de efetividade). Os resultados dos projetos concluídos em 2021 são apresentados de forma resumida nesta seção e em detalhe no capítulo “Projetos concluídos” do presente relatório (ver capítulo seguinte).

²¹ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>

Componente “fomento às atividades produtivas sustentáveis”

No fim de 2021, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava 27% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 479 milhões. Um dos objetivos do Fundo Amazônia é promover uma economia florestal de base sustentável, mediante a valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa.

O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, de beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha (látex), sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, castanha-do-brasil, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açaí.

TABELA 19 | INDICADORES DA COMPONENTE “FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS (1)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de produção sustentável (Componente 1)	Até 2020 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Varição 2021/2020 (%)
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	43.011	43.870	2
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	4.498	7.487	66
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	3.625	4.641	28
Organizações comunitárias fortalecidas	507	507	–
Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras**	2.691	2.679*	–
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	72	72	–
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	4.706	4.841	3
Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica	10.588	9.956*	(6)
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas	377	377	–
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	202.159	207.345	3
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	46.692	47.835	2
Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)	74.685.536	74.685.538	–
Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	15.092	15.452	2
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	21.032	21.745	3
Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	132.089	149.681	13
Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)	95.636	104.784	10

Fonte: BNDES.

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

** O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a simples aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente.

Código de CORES / LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

As atividades de apoio à produção sustentável incluem o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores agroextrativistas, inclusive para o beneficiamento dos produtos da biodiversidade. Ou seja, a estruturação dessas cadeias produtivas inclui o apoio ao empreendedorismo comunitário, integrando uma ampla estratégia de promover a bioeconomia na região. Esse processo requer a implantação de novos sistemas de produção que conservem a floresta em pé e que promovam a industrialização de seus produtos, de forma integrada com os demais setores empresariais do país e com os centros de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico.

O impacto econômico da produção sustentável é também verificado por um indicador que mede as receitas (faturamento bruto) dos projetos apoiados, obtidas a partir da comercialização da produção gerada (produtos *in natura*, beneficiados e serviços).

Na análise do comportamento desse indicador, são observados a sua linha de base (faturamento anual imediatamente anterior ao início do projeto), o ano monitorado e o incremento de receita gerada pelo projeto ao longo de sua implementação. O cálculo desse incremento é feito pela comparação anual da receita em um determinado ano com a receita da linha de base. Esse incremento (ou redução) anual é somado ao longo dos anos da execução do projeto e, quando consolidado, representa o incremento de receita produzido pelo projeto.

Na tabela a seguir, pode-se ver a consolidação dos resultados de receita obtida com a comercialização de produtos pelos projetos apoiados no período de 2010 a 2021. Registre-se que, uma vez concluído um projeto, suas receitas dos anos subsequentes deixam de ser contabilizadas.

TABELA 20 | INDICADORES DA RECEITA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PELOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Receita com atividade econômica de uso sustentável					
Produtos <i>in natura</i>			Produtos beneficiados		
Linha de base	Último ano (2021)	Incremento	Linha de base	Último ano (2021)	Incremento
R\$ 28,8 milhões	R\$ 73,3 milhões	R\$ 149,6 milhões	R\$ 31,5 milhões	R\$ 66,2 milhões	R\$ 104,7 milhões

Fonte: BNDES.

Em 2021, foram concluídos quatro projetos que tiveram como foco principal o fomento da produção sustentável na Amazônia Legal.

O projeto “Concretizar” teve como responsável direto por sua implementação a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça (Reca), caracterizando-se como um projeto que apoiou ações de empreendedorismo comunitário implementadas por três associações produtivas e uma cooperativa, nos municípios de Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC).

Foram executadas ações diversas que beneficiaram as famílias de agroextrativistas vinculadas às associações produtivas apoiadas pelo projeto. Destacam-se, entre as atividades apoiadas, a construção e o fornecimento de equipamentos para uma nova unidade de beneficiamento de cupuaçu, açaí e outras frutas.

O projeto também apoiou o processamento de óleos vegetais e sementes, bem como implantou 315 hectares de SAFs em 135 unidades familiares dos associados das organizações comunitárias apoiadas, além de promover o fortalecimento institucional dessas organizações.

O projeto “Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento”, implementado pela Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai), beneficiou famílias ribeirinhas e pequenos agricultores em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos, nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins.

O projeto promoveu a produção agroecológica de alimentos, visando a segurança alimentar das famílias e a diminuição da pressão sobre os recursos naturais. Ao longo do projeto, foram implantados 240 Pais (produção agroecológica integrada e sustentável), que envolvem a agricultura orgânica integrada com a criação de animais de pequeno porte.

O projeto “Fundo Dema”, implementado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), apoiou por meio de chamadas públicas a seleção de subprojetos socioambientais de pequeno valor, tendo como beneficiárias comunidades tradicionais da Amazônia (pequenos produtores, quilombolas e indígenas), localizadas no estado do Pará.

Ao todo, foram apoiados 112 subprojetos, representando um conjunto amplo de intervenções voltadas à produção sustentável e à segurança alimentar. Esse projeto também apoiou a inscrição de pequenas áreas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que resultou na inscrição de 327 imóveis.

Por fim, o projeto “Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros”, implementado pela Associação SOS Amazônia, apoiou iniciativas empreendedoras em nove instituições parceiras, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha. As ações do projeto ocorreram em seis municípios do estado do Acre e quatro municípios do estado do Amazonas.

Entre outras ações, foram implantadas uma usina de extração de óleos e gorduras vegetais; adquiridos equipamentos para duas fábricas de sabonetes à base de óleos e gorduras vegetais; construídas vinte unidades de processamento e secagem (UPS) de borracha e implantados núcleos de produção de cacau nativo.

Componente “monitoramento e controle”

No fim de 2021, o apoio às ações de monitoramento e controle representava 46% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 813 milhões. O eixo “monitoramento e controle” tem sido reconhecido em avaliações independentes do PPCDAm como o que mais evoluiu e, conseqüentemente, como aquele com maior participação na redução do desmatamento na Amazônia desde 2004.

Entre as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia, destacam-se as seguintes:

- (i) ampliação e fortalecimento do CAR como instrumento de gestão ambiental rural e de monitoramento do desmatamento dos estabelecimentos rurais; (ii) ampliação e aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe e

implantação de um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital a cargo do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério da Defesa; (iii) controle do desmatamento na Amazônia Legal mediante ações de fiscalização a cargo do Ibama; e (iv) prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, mediante estruturação operacional dos corpos de bombeiros militares da região e ações de mobilização e treinamento de produtores rurais em técnicas de prevenção e combate ao fogo, incluindo a formação de brigadas civis.

TABELA 21 | INDICADORES DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE (2)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de monitoramento e controle (Componente 2)	Até 2020 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Varição 2021/2020 (%)
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	326	326	-
Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	77.345	77.345	-
Servidores capacitados em gestão ambiental e/ou tecnologias de monitoramento do desmatamento	7.489	10.893	45
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	1.620	1.706	5
Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos Corpos de Bombeiros Militares	30.693	29.637*	(3)
Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	4.632	4.828	4
Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo	1.403.373	1.075.770*	(23)
Área de imóveis rurais inscritos no CAR – protocolo (hectares)	132.530.944	124.479.541*	(6)
Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (regeneração em andamento)	15.263	15.353	1
Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	13.522	13.522	-

Fonte: BNDES

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de CORES / LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

Em 2021, foi concluído o projeto “Rondônia mais Verde”, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO). Com o apoio do Fundo Amazônia, foram adquiridos equipamentos essenciais para a atividade finalística do CBMRO, com destaque para uma aeronave turboélice monomotor utilizada para o transporte de bombeiros militares na logística dos combates a incêndios florestais e para atuar no monitoramento em apoio a órgãos estaduais de fiscalização ambiental.

O conjunto das ações implementadas permitiu a estruturação operacional de grupamentos do CBMRO, que abrangem a totalidade desse estado, ampliando significativamente a atuação dessa corporação no combate a incêndios florestais.

Em 2021, também foi concluído o projeto “Programa de Qualificação da Gestão Ambiental”, implementado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama). Com o apoio do Fundo Amazônia, foi fortalecida a gestão ambiental em 420 municípios

nos nove estados da Amazônia Legal, por meio da oferta de capacitação a mais de quatro mil servidores públicos e três mil representantes da sociedade civil.

Esse projeto englobou, entre outras ações, a realização de eventos com integrantes do poder legislativo municipal, com a participação de mais de mil vereadores. Foi produzido conteúdo técnico-jurídico disponibilizado aos municípios da Amazônia Legal por meio de consulta a especialistas, com mais de 1.800 pareceres jurídicos inéditos publicados em portal na internet, bem como realizado um concurso para premiar os municípios que se destacaram na sua atuação para a preservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento local sustentável.

Ainda na esfera municipal, em 2021 foi concluído o projeto “Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu”, implementado pelo município de Cotriguaçu, no estado de Mato Grosso. Esse projeto contemplou a construção e estruturação física da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu, a recuperação de áreas de preservação permanentes (APP) degradadas em propriedades rurais e a difusão de técnicas de restauração e manejo sustentável de pastagens desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio da implantação de quatro unidades demonstrativas de boas práticas agropecuárias.

Componente “ordenamento territorial”

No fim de 2021, o apoio às ações de ordenamento fundiário e territorial representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 252 milhões. A ocupação da floresta é inerente ao processo de desenvolvimento da região, mas essa ocupação precisa ser ordenada. Entre os instrumentos disponíveis, destaca-se o apoio do Fundo Amazônia à consolidação da gestão de UCs e à implementação da PNGATI.

TABELA 22 | INDICADORES DA COMPONENTE “ORDENAMENTO TERRITORIAL (3)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ordenamento territorial (Componente 3)	Até 2020 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Varição 2021/2020 (%)
Unidades de conservação apoiadas	190	195	3
Terras indígenas apoiadas	101	101	–
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	3.318	3.716	12
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	1.922	1.922	–
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	58.530	59.755	2
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	1.842	1.850	–
Áreas de unidades de conservação criadas (km²)	7.083	7.083	–
Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	444.489	522.337	18

Fonte: BNDES.

Código de CORES / LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

As UCs federais e estaduais e as TIs correspondem, em seu conjunto, a mais de 40% da área total da Amazônia Legal. São categorias territoriais protegidas pela legislação, o que por si só inibe a ação dos desmatadores e grileiros de terras.

Em 2021, foram concluídos dois projetos, com o apoio do Fundo Amazônia, que tiveram como foco as ações na componente de ordenamento territorial.

O projeto “Bem Viver Sustentável”, implementado pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), atuou em três TIs, a saber: TI Parque do Tumucumaque, TI Rio Paru d’Este e TI Zo’é, localizadas nos estados do Amapá e Pará. Por meio desse projeto, foram apoiadas atividades de manejo e uso sustentável dos recursos naturais, incluindo a capacitação de cem mulheres indígenas em atividades de tecelagem e artesanato. Na dimensão de controle territorial, foram construídas bases em pontos estratégicos e adquiridos equipamentos para as redes comunitárias de vigilância. O projeto promoveu, entre outras ações, a capacitação de indígenas para a gestão territorial e ambiental, além de promover a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Zo’é.

Por sua vez, o projeto “Capacitar para Conservar”, implementado pela Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), teve como objetivo fortalecer a gestão das UCs no estado do Amapá, por meio da formação de agentes ambientais e gestores.

Foram realizados oito cursos e capacitados 161 agentes ambientais, tendo como público-alvo pessoas que atuam na proteção e gestão de UCs, de instituições públicas ou privadas e, inclusive, moradores das UCs e de suas proximidades. Os treinamentos cobriram um amplo escopo de temas, como cartografia básica, noções de GPS, legislação ambiental, mudanças climáticas, práticas de vigilância, prevenção e combate a incêndios, entre outros.

Vale ressaltar que a gestão das UCs constitui um grande desafio em toda a Amazônia. Essa questão tem particular relevância no estado do Amapá – onde o projeto foi implementado – dada a representatividade das UCs na área total do território estadual (62% de todo o estado).

Componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

No fim de 2021, o apoio às ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a instrumentos econômicos para valorizar a floresta em pé representava 13% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 243 milhões. O apoio a esse eixo tem um caráter estratégico e transversal, beneficiando as demais componentes.

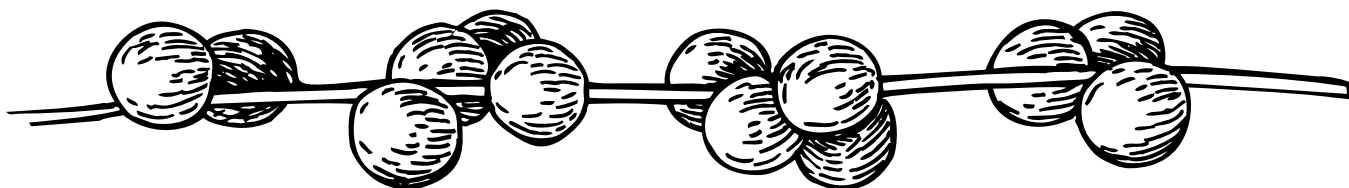


TABELA 23 | INDICADORES DA COMPONENTE “CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS (4)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ciência, inovação e instrumentos econômicos (Componente 4)	Até 2020 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Varição 2021/2020 (%)
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	140,4	149,7	7
Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	385	387	1
Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais	2.089	2.124	2
Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	596	613	3
Patentes solicitadas ou depositadas	2	2	-

Fonte: BNDES.

Código de CORES / LEGENDA

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

Em 2021, foi concluído o projeto “Conhecer para Conservar”, implementado pelo Museu da Amazônia (Musa). Com o apoio do Fundo Amazônia, foi implantado o Musa e um Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando disseminar conhecimentos que contribuam para a valorização e conservação dos recursos naturais da Amazônia.

A implantação do Musa compreendeu, entre outras atividades, a construção de torre de observação, a criação de trilhas e a implantação de laboratórios para captação, edição e transmissão de imagens.

O Musa se tornou uma das principais atrações turísticas de Manaus. A sua imponente torre de aço rivaliza com as grandes árvores da floresta e permite que cerca de trinta visitantes, distribuídos nos diferentes níveis, observem a maior floresta tropical do mundo. Vale mencionar que o Musa ganhou o prêmio Travellers’ Choice 2021 do *site* de viagens Tripadvisor.²²

SALVAGUARDAS DO FUNDO AMAZÔNIA

A Decisão 1/CP 16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) definiu as salvaguardas para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+).

²² https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303235-d2364476-Reviews-Museu_da_Amazonia_MUSA-Manaus_Amazon_River_State_of_Amazonas.html

Essas salvaguardas são um conjunto de sete diretrizes que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+. Também são conhecidas como salvaguardas de Cancún, pois foi nessa cidade mexicana que se realizou a 16ª Conferência das Partes (COP), em 2010, quando foram aprovadas as salvaguardas de REDD+.

As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis, como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Pelas salvaguardas de Cancún, as iniciativas de REDD+ devem promover e apoiar:

- i) ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- ii) estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- iii) respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- iv) participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular, povos indígenas e comunidades locais;
- v) ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e a conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- vi) ações para evitar os riscos de reversões de resultados de REDD+; e
- vii) ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

O Fundo Amazônia é anterior à aprovação das salvaguardas de REDD+, mas, desde o início de suas atividades, foi estabelecido pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) um conjunto de diretrizes e critérios que, associados às políticas operacionais do BNDES, seu gestor, bem como à observância do arcabouço legal-normativo brasileiro, funciona como suas salvaguardas.

Como requisito da UNFCCC para o reconhecimento dos seus resultados na redução do desmatamento, o Brasil submeteu à ONU, em 2015, o 1º Sumário de Salvaguardas.²³ Em 2018, foi submetido o 2º Sumário de Salvaguardas,²⁴ com informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão proveniente do desmatamento no bioma Amazônia (a partir de 2006). Esses dois sumários também abordam como o Fundo Amazônia vem apoiando e contribuindo para a observância dessas salvaguardas.

²³ http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas_1sumario.pdf

²⁴ https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv_br_final.pdf

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela implementação das referidas salvaguardas a nível nacional, iniciou em 2017 o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+). Ao final de 2021, o MMA apresentou os indicadores²⁵ definidos pelo país para a aplicação piloto do SISREDD+.

Os avanços no tema e as informações descritivas sobre a implementação das salvaguardas de Cancún pelo Brasil podem ser acompanhados no *site* REDD+ Brasil,²⁶ do MMA.

CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) formam um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) que abrangem questões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Esses ODS foram acordados na ONU por 193 países, depois de ampla participação da sociedade civil global, tendo entrado em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Entre os 17 ODS, pode ser identificado um subconjunto de dez para os quais o Fundo Amazônia contribui em maior ou menor grau:

ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS



Foi definido como um dos critérios orientadores para as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia a priorização de projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares. No conjunto das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia até 2021, pouco mais de um quarto dos recursos foi destinado ao fomento de atividades produtivas sustentáveis, o que tornou o fundo um importante agente na erradicação da pobreza.

ODS 2 – ACABAR COM A FOME E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



O Fundo Amazônia apoia não só a produção para comercialização, mas também projetos que visam a segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio) dos povos tradicionais. São apoiadas, entre outros, a implantação de sistemas agroflorestais (SAF), a celebração de acordos de pesca, a instalação de unidades de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, a certificação de origem, capacitações e elaboração de planos de negócios, bem como a pesquisa para desenvolver novos produtos derivados dos frutos, sementes e compostos bioativos da flora amazônica.

ODS 5 – ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO



Os resultados de projetos com fins econômicos apoiados pelo Fundo Amazônia devem priorizar benefícios coletivos ou públicos e contribuir para a igualdade de gênero e o protagonismo dos jovens. A partir de 2012, o fundo passou a exigir, nas chamadas públicas de projetos, que sejam indicadas suas estratégias para incorporar mulheres e jovens em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor apoiadas e para promover a participação de mulheres em posições de liderança.

²⁵ <http://redd.mma.gov.br/images/gtt-salv/indicadores-sisredd.pdf>

²⁶ <http://redd.mma.gov.br/pt/>



ODS 6 – ASSEGURAR ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia priorizam a restauração florestal das chamadas matas ciliares ou ripárias, isto é, as formações vegetais localizadas nas margens dos córregos, lagos, represas e nascentes. Uma das formas contempladas pelo apoio do fundo prioriza a recuperação de nascentes mediante a implementação de programas que recompensam, com pagamento por serviços ambientais, aqueles que protegem e preservam as nascentes que abastecem a captação de água para o consumo da população.



ODS 8 – PROMOVER TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira e pelo Fundo Amazônia é como implantar na Amazônia um modelo econômico de produção e ocupação do território que seja sustentável ambientalmente, preserve a biodiversidade e promova o bem-estar social. Para esse fim, o fundo tem apoiado dezenas de projetos de produção sustentável que promovem as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a construção de capacidades e habilidades para promover um modelo econômico viável que seja sustentável e a transformação da atividade agrícola em uma atividade totalmente sustentável, incluindo o aumento de sua produtividade.



ODS 11 – TORNAR CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Fundo Amazônia tem contribuído significativamente para salvaguardar o patrimônio natural e cultural do mundo, já que seu objetivo é reduzir o desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Para isso, o fundo apoia ações que salvaguardam direta ou indiretamente o patrimônio natural representado pelas florestas, além de ser um importante financiador de ações que visam valorizar o patrimônio material e imaterial dos povos indígenas, incluindo a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em seus territórios.



ODS 12 – ASSEGURAR CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

As ações de monitoramento ambiental foram reforçadas com o apoio do Fundo Amazônia, incluindo o apoio à melhoria do monitoramento do desmatamento por meio de satélites no Brasil e em outros países da América do Sul (limitrofes à Amazônia), que estão desenvolvendo ou aprimorando seus próprios sistemas de monitoramento. O apoio do fundo também abrange a expansão das missões de fiscalização ambiental, bem como ações para prevenir e combater os incêndios florestais, incluindo o treinamento de bombeiros militares, o estabelecimento de brigadas civis de combate a incêndios e a aquisição de equipamentos especializados.



ODS 13 – COMBATER A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Fundo Amazônia é o maior fundo de conservação florestal REDD+ do mundo segundo diversos critérios, tais como doações recebidas e valores aprovados a projetos.²⁷ Todos os recursos aplicados pelo fundo devem contribuir, direta ou indiretamente, para a redução do desmatamento. As emissões totais do Brasil de gases de efeito estufa (GEE) foram reduzidas de 3,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq), em 2004, para 1,3 bilhão de toneladas de CO₂eq, em 2016.²⁸ Esse resultado representou uma significativa contribuição do Brasil para a mitigação do aquecimento global e decorre principalmente de mudanças no uso da terra e das florestas, ou seja, da diminuição do desmatamento.



ODS 15 – PROTEGER E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES

Com o apoio do Fundo Amazônia, foram promovidas ações em 190 UCs e 101 TIs, abrangendo atividades de proteção e vigilância territorial, consolidação de sua gestão e fomento de atividades produtivas sustentáveis em UCs de uso sustentável, ou seja, que têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.



ODS 17 – FORTALECER A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia foi criado pela sociedade brasileira em diálogo com a comunidade internacional, contando com várias parcerias, incluindo governos que doam recursos para o Fundo Amazônia; um acordo de cooperação com uma agência de cooperação técnica internacional; e o apoio do fundo a um projeto internacional que está sendo implementado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o objetivo de monitorar a cobertura florestal na Amazônia Regional, isto é, para além das fronteiras do Brasil.

²⁷ <https://climatefundsupdate.org/the-funds/>

²⁸ Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) – <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene>

PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO EM PROJETOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Alcançar a igualdade de gênero, acabando com todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantindo a igualdade de oportunidades, é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 5). O Fundo Amazônia, por meio do apoio a projetos que contribuem para a componente 1 de seu quadro lógico (“atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica”) busca contribuir para promover a equidade de gênero.

Desde 2008, o BNDES, responsável pela gestão do Fundo Amazônia, incluiu em todos os seus contratos de financiamento a chamada cláusula social, que explicita o combate à discriminação de raça e gênero e ao trabalho infantil e escravo no Brasil. No contexto dos projetos apoiados pelo fundo, a promoção da equidade de gênero foi introduzida como critério de seleção em três chamadas públicas.²⁹

O fundo também dispõe de indicadores em projetos de produção sustentável para verificar em que medida as mulheres participam de atividades e tomadas de decisão, incluindo o monitoramento do número de mulheres em posições de coordenação nas organizações apoiadas e o número de mulheres capacitadas em novas tecnologias de produção sustentável. Desde 2015, também observa em avaliações externas independentes (avaliações *ex post*) como os projetos concluídos contribuíram para a promoção da equidade de gênero.

Em 2019, foi publicado no *website* do Fundo Amazônia, o estudo “*Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo*”,³⁰ que teve como objetivos sistematizar a contribuição dos projetos da componente 1 (“produção sustentável”) para promover a igualdade entre homens e mulheres, mapear a situação das mulheres nos projetos visitados em dois estados da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) e formular recomendações que estimulem a igualdade.

O resultado mostrou um número bastante expressivo de mulheres desenvolvendo atividades produtivas que promovem a redução do desmatamento em pequenas propriedades na Amazônia, contribuindo diretamente para o objetivo final do fundo, com uma participação proeminente para o uso sustentável da floresta e a redução do desmatamento. Foi possível verificar também que, quando as mulheres ampliam sua renda, elas internalizam novas habilidades, conhecimentos, direitos e oportunidades, melhoram sua participação e visibilidade nos diferentes espaços da convivência social.

²⁹ Em 2012, na chamada pública de Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS); em 2014, na chamada pública voltada para o apoio a PGTAs; e, em 2017, no âmbito das chamadas públicas de consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas (APS II) e de recuperação da cobertura vegetal

³⁰ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ_Estudo-genero.pdf

A partir desses resultados, foram identificadas boas práticas relacionadas à igualdade de gênero dentro dos projetos, levantadas lições aprendidas e elaboradas recomendações para o Fundo Amazônia.

AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

A carteira do Fundo Amazônia tem 102 projetos, dos quais 47 concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos são avaliados pela equipe do Fundo Amazônia e são divulgados nos relatórios anuais do fundo (ver capítulo “Projetos concluídos”) e no *website* do fundo na internet.³¹

Em 2016, com o apoio técnico da agência de cooperação técnica alemã GIZ,³² foi elaborado e divulgado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade independentes dos projetos executados com recursos do Fundo Amazônia.³³

Com o aumento no número de projetos finalizados, identificou-se que avaliá-los em blocos temáticos, de acordo com os seus objetivos, produziria insumos importantes para a agregação dos resultados e impactos alcançados e para a identificação de contribuições conjuntas para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Para orientar essas avaliações temáticas, foi desenvolvido em 2020 um adendo ao marco conceitual referente a avaliações temáticas, também publicado no *website* do Fundo Amazônia.³⁴

Em 2021, foram concluídas duas avaliações temáticas de efetividade, uma voltada para projetos com órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) e a outra direcionada para as ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

Na primeira avaliação, foram avaliados os projetos “Semas Pará” e “Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas”, enquanto na segunda avaliação foram consolidados e analisados os resultados dos seguintes projetos: “Acre: Incêndios Florestais Zero”, “Bombeiros Florestais de Mato Grosso”, “Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas” e “Proteção Florestal Tocantins”.

Ainda em 2021, foram desenvolvidas atividades em duas avaliações de efetividade em estágio adiantado de conclusão, sendo uma de projetos de apoio a povos indígenas e outra de projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS). Por fim, foi dado início a uma avaliação temática de efetividade de sete projetos voltados à esfera municipal na Amazônia.

As avaliações de efetividade independentes podem ser conferidas em sua íntegra na página do Fundo Amazônia na internet.³⁵ A condução dessas avaliações tem, entre outras, as seguintes finalidades:

³¹ http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Situacao_prop=concluido

³² Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

³³ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/_galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/avaliacoes-externas/FA-Marco_Conceitual_Avaliacao_Efetividade_Projetos_2016.pdf

³⁴ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

³⁵ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

- > auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- > possibilitar a aprendizagem institucional dos executores de projetos e do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- > verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- > verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm, os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e com a Estratégia Nacional de REDD+.

A seguir, são apresentadas algumas conclusões da avaliação de efetividade dos projetos de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas apoiados pelo Fundo Amazônia,³⁶ concluída em 2021:

- i) os resultados obtidos nos projetos foram extremamente relevantes para a melhoria do combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e de queimadas não autorizadas;
- ii) os projetos cumpriram todos os objetivos propostos, tendo como principal resultado um tempo de resposta menor no combate a incêndios e queimadas não autorizadas e o aumento da capilaridade de atuação dos Corpos de Bombeiros Militares nos territórios dos seus estados;
- iii) o custo-benefício das atividades realizadas foi considerado positivo;
- iv) os projetos foram um “divisor de águas”, pois, antes deles, os incêndios florestais não eram tratados como uma atividade prioritária nas ações de planejamento dessas instituições na Amazônia Legal; e
- v) a sustentabilidade a longo prazo dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia depende, principalmente, das condições orçamentárias dos estados, aos quais cabe a manutenção dos principais equipamentos adquiridos no âmbito dos projetos e a disponibilização de recursos de custeio aos Corpos de Bombeiros Militares.

A seguir, são apresentadas algumas conclusões da avaliação de efetividade dos projetos de apoio a órgãos estaduais de meio ambiente,³⁷ também concluída em 2021:

- i) ambos os projetos foram relevantes para a implementação da nova política ambiental, baseada na nova Lei do Código Florestal, sancionada em 2012, no início da execução dos projetos;
- ii) pode ser afirmado que os principais impactos positivos foram o acesso dos/as produtores/as à fase inicial da regularidade ambiental, mediante a inscrição no CAR, que foi facilitada. Isso levou à melhoria do monitoramento e controle de atividades ilegais, ao compromisso de recuperação de passivos e à redução de

³⁶ <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-Bombeiros.pdf>

³⁷ <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-OEMAs.pdf>

comportamentos ilegais, resultando em respostas iniciais que contribuíram para a redução do desmatamento;

- iii) foram alcançados resultados importantes, embora alguns deles ainda necessitem maior efetividade para o alcance mais amplo, pois o processo de regularização ambiental plena ainda está em andamento em ambos os estados e os projetos não previam o apoio para todas as etapas dessa regularização;
- iv) ao mensurar o custo-benefício dos resultados dos projetos avaliados, pode ser afirmado que a eficiência foi boa nas ações de monitoramento e controle e baixa nas ações ligadas à produção sustentável; e
- v) pode-se afirmar que as instituições com projetos avaliados continuam avançando na efetivação da regularização ambiental das propriedades rurais e no fornecimento de uma base de informação para ações de monitoramento e fiscalização ambiental.

Vale mencionar que em 2019 foi concluída uma avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018. Essa avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU.

Essa avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia abrangeu seus dez primeiros anos de operação, podendo-se afirmar que são raros os programas governamentais que cumprem as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seus impactos, dessa forma, fechando um ciclo completo. Esse é agora o caso do Fundo Amazônia, que com essa avaliação de meio termo ganhou uma análise técnica de sua efetividade de padrão internacional.

Essa ampla avaliação da efetividade do Fundo Amazônia fez recomendações de aperfeiçoamentos e concluiu que existem evidências claras de que o Fundo Amazônia tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia. Tanto a avaliação quanto seus estudos complementares podem ser consultados no *website* do fundo.³⁸

GESTÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos que apoia. Ela ocorre por meio da revisão periódica do comportamento tanto dos riscos quanto dos efeitos das medidas de mitigação. Consideram-se riscos os fatores externos que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo fundo.


³⁸ Disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>; <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>; e <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-CAR.pdf>.

Para a gestão de riscos do Fundo Amazônia, definiu-se o seguinte formato:

- > apresentação dos riscos identificados com base no quadro lógico, partindo da lógica de intervenção representada pelo objetivo geral do Fundo Amazônia e seus efeitos indiretos;
- > avaliação da probabilidade de ocorrência de cada risco identificado; e
- > definição de medidas prevendo sua mitigação, quando possível, pelo Fundo Amazônia ou outros atores.



A partir dos riscos identificados que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo Fundo Amazônia, foi desenvolvida uma avaliação dos impactos de alguns desses riscos, indicando a gravidade de suas consequências para o alcance do objetivo geral de redução do desmatamento (ver coluna “Impactos”).

Não foi verificada alteração nos graus de riscos na revisão realizada em 2021.

GESTÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA		
Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal		
Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
 <p>Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente</p>	<p>A Amazônia Legal registra as taxas de fecundidade mais elevadas do país e recebe fluxos migratórios que acompanham a expansão das atividades agropecuárias e a demanda de mão de obra para os grandes projetos ligados à infraestrutura, tais como hidrelétricas e rodovias.</p> <p>As características do ano de 2021 seguiram marcadas pela pandemia de Covid-19, que reduziu os movimentos migratórios no território brasileiro, especialmente aqueles de cidadãos fronteiriços.³⁹ Da mesma forma, dificuldades relacionadas ao mercado externo levaram à redução do crescimento das atividades industriais mais intensivas na Amazônia (mineração e as cadeias ligadas à agropecuária) em relação ao de outros setores.</p> <p>A pressão representada pelo conjunto dessas atividades é um fenômeno de longo prazo que reforça a necessidade de medidas permanentes de combate ao desmatamento e a promoção de um novo modelo sustentável de ocupação ordenada do território amazônico.⁴⁰ O Fundo Amazônia atua para esse objetivo por meio de todas as componentes que apoia: produção sustentável, monitoramento e controle do desmatamento, ordenamento fundiário e territorial e desenvolvimento científico e tecnológico.</p> <p>O Fundo Amazônia reavalia o risco como baixo.</p>	<p>A recuperação econômica dos estados da Amazônia, após a superação gradual da pandemia, requer a contínua adoção de políticas públicas que promovam as atividades sustentáveis, permitindo a ocupação organizada do território e reduzindo os incentivos à migração para abertura de novas áreas com a derrubada de floresta nativa.</p>

³⁹ https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rios_Conjunturais/Informativo_Conjuntural_-_2%C2%BA_qudri_2021.pdf

⁴⁰ No período em que este relatório foi escrito, foi instituído, por meio do Decreto 10.966, de 11.02.2022, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape), com a finalidade de estimular o desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala, o que enseja preocupação com o risco de pressões migratórias em direção à Amazônia Legal.



 <p>Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente</p>	<p>O desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e controle tem sido acompanhado pelos infratores na seleção de territórios onde desmatam ilegalmente.</p> <p>Foram confirmadas no último ano as tendências já identificadas relativas ao tamanho e à categoria fundiária das áreas desmatadas, o que sugere atenção com o emprego de novas estratégias e tecnologias pelos infratores ambientais. Observou-se, por exemplo, que os polígonos maiores que cem hectares, responsáveis em 2017 por 27% da área desmatada na Amazônia Legal,⁴¹ representaram 37% em 2020.</p> <p>No que se refere às categorias fundiárias, é importante assinalar que 48% do desmatamento em 2020 ocorreu em glebas públicas, unidades de conservação e terras indígenas, territórios nos quais o desmatamento é em grande parte ilegal. A continuidade do processo de destinação de terras públicas na região amazônica pode ter um impacto positivo na contenção do desmatamento.</p> <p>Já as áreas privadas cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) foram responsáveis por 19% do desmatamento. Apesar de a implementação do CAR estar adiantada nos estados da região, a etapa de análise e validação dos cadastros permanece como gargalo na implementação do Código Florestal. Registre-se, por outro lado, que entre os 15 estados que já editaram normas relativas aos programas de regularização ambiental (PRA), seis são da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Pará e Mato Grosso).⁴²</p> <p>Em 2021, merece destaque a entrada em operação da “análise dinamizada” pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que disponibiliza ferramentas de correção automática das informações lançadas pelo proprietário, acelerando, assim, o processo de análise e validação do CAR.</p> <p>O Fundo Amazônia vem apoiando os órgãos públicos na implementação do CAR e no desenvolvimento e implementação de melhorias nos sistemas de monitoramento e controle da floresta amazônica com o uso de imagens de satélites (óticos e de radar), além de apoiar missões de fiscalização ambiental.</p> <p>O risco continua sendo avaliado como médio.</p>	<p>Projetos de lei que preveem extensão de prazos de adesão ao CAR e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), somados a propostas de alterações na legislação sobre a regularização fundiária para flexibilização de instrumentos de comprovação de posse, podem levar ao avanço do desmatamento ilegal com a expectativa de consolidação de novas áreas.</p>
 <p>Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta</p>	<p>Sob a vigência da Lei 13.887/2019, foi excluído o prazo para a inscrição dos imóveis rurais no CAR, sendo garantida a adesão aos PRAs somente aos proprietários que fizessem a referida inscrição até 31 de dezembro de 2020. Ao final de 2021, porém, foi apresentado no Congresso Nacional um projeto de lei que pretende a extensão desse prazo até 31 de dezembro de 2023 (Projeto de Lei 36/2021).</p> <p>Adicionalmente, foi aprovado na Câmara dos Deputados, e segue para aprovação no Senado Federal, o Projeto de Lei (PL) 2.159/2021,⁴³ que, entre outras alterações, estabelece procedimentos simplificados ou mesmo a dispensa de licenciamento ambiental para um conjunto de atividades entendidas como de baixo impacto.</p> <p>Nesse contexto, permanecem incertezas quanto às consequências dessa legislação sobre o avanço do desmatamento e a consolidação de áreas desmatadas irregularmente na Amazônia.</p> <p>Do ponto de vista das regulamentações de crédito rural, registrem-se as condições anunciadas para o Plano Safra 2021/22, que renovaram o apoio em condições favoráveis nos investimentos voltados para a adequação ou regularização à legislação ambiental (Programa ABC Ambiental) e a edição da Resolução 140/2021, do Banco Central do Brasil, que criou uma seção específica no Manual de Crédito Rural para disciplinar os impedimentos sociais, ambientais e climáticos de acesso ao crédito rural.⁴⁴</p> <p>O risco continua sendo avaliado como médio.</p>	<p>As incertezas relacionadas às consequências da referida legislação podem impactar negativamente a proteção da floresta, contribuindo para o aumento do desmatamento na Amazônia. Caso isso ocorra, ficaria comprometida a capacidade de captação de recursos do Fundo Amazônia, bem como o alcance de seu objetivo geral de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.</p> <p>O reforço da legislação do Banco Central do Brasil, em conjunto com o anúncio das condições financeiras anunciadas para o Plano Safra 2021/22, deve impactar positivamente a proteção da floresta.</p>

⁴¹ https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/copy2_of_BALANODEATIVIDADES2020site.pdf

⁴² <https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2021/12/Onde-Estamos-2021.pdf>

⁴³ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148785>

⁴⁴ https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/plano-amazonia-20-21/plano_amazonia_2021_2022__7_.pdf




 <p>Nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento</p>	<p>Os dois novos colegiados em nível federal, estabelecidos em 2019, encerraram no ano passado um ciclo inicial de atividades resumidas a seguir:</p> <p>i) Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa – Conaveg: aprovação do relatório 2020 e revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 2020-2023; e</p> <p>ii) Conselho Nacional da Amazônia Legal: coordenou Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e aprovou o Plano Amazônia 2021-2022, no qual são estabelecidas diretrizes para ações de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais e fundiários.⁴⁵</p> <p>No âmbito estadual, merece destaque a consolidação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, formado em 2019 pelos nove estados amazônicos. O consórcio vem desempenhando importante papel na promoção de iniciativas conjuntas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e na interlocução com a sociedade civil e demais esferas de governo.</p> <p>Mudanças na composição de órgãos colegiados podem afetar diretamente o controle do desmatamento, além de impactar as políticas de fomento como aquelas praticadas pelo Fundo Amazônia.</p> <p>O risco continua sendo avaliado como médio.</p>	<p>As alterações na composição de diversos órgãos colegiados ligados ao tema do meio ambiente buscaram, entre outros objetivos, racionalizar o processo decisório por meio da redução do número de integrantes desses colegiados. Por outro lado, a necessidade de diálogo com a sociedade civil e outras esferas governamentais na Amazônia impõe sobre essa nova governança o desafio de dar continuidade ao papel do Brasil como <i>player</i> internacional no tema das mudanças climáticas, avançando com o planejamento de ações que contribuam para a implementação do Acordo de Paris e o alcance das metas voluntárias propostas pelo país.</p>
 <p>Mudanças climáticas provocam a ocorrência de períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais</p>	<p>Em 2021, foi divulgado o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, dedicado à avaliação dos múltiplos impactos associados às mudanças climáticas. Embora reconheça ser ainda possível atingir o objetivo de limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5° até o final deste século, o relatório aponta a urgência em se promover ações de redução de GEE e de suporte à transição dos padrões industriais em escala global.⁴⁶</p> <p>O tamanho desse desafio é atestado pela confirmação do aumento da medição de CO₂ na atmosfera em 2021, que voltou a atingir o pico máximo da história, mais do que compensando a redução induzida pela pandemia em 2020. Os números deixam claro que a recuperação econômica após a Covid-19 não tem sido ambientalmente sustentável.⁴⁷</p> <p>Para o Brasil, esses resultados reforçam as projeções sobre mudanças climáticas produzidas pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), nas quais se prevêem a diminuição das chuvas na Amazônia e o consequente aumento na intensidade do período seco e da frequência de incêndios florestais.</p> <p>Da mesma forma, o número de focos de queimada no bioma Amazônia em 2021, embora inferior ao de 2020, permanece elevado.</p> <p>O Fundo Amazônia apoia projetos que contribuem para o alcance das metas do Acordo de Paris, incluindo restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, ampliar a escala dos sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, prevenir e combater incêndios florestais, fortalecer o cumprimento do Código Florestal e alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030.</p> <p>O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.</p>	<p>As consequências do não atingimento das metas pactuadas no Acordo de Paris poderão impactar diretamente os biomas. No caso da Amazônia, o desmatamento e as estiagens prolongadas põem em risco a capacidade de regeneração natural da floresta, podendo levar a um processo progressivo de savanização e de redução de suas funções para o equilíbrio do regime de chuvas nas regiões sob sua influência.</p> <p>Esses eventos representam desafios para o setor agrícola e para a segurança alimentar, podendo resultar na busca adicional por terras disponíveis e, portanto, em maior desmatamento.</p>

⁴⁵ https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/plano-amazonia-20-21/plano_amazonia_2021_2022__7_.pdf




⁴⁶ <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>

⁴⁷ <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-co2-emissions-in-2021-2>

Componente 1 – Produção sustentável




Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   <p>A desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável</p>	<p>A economia mundial apresentou recuperação em 2021, embora os efeitos da pandemia ainda estejam presentes na desorganização das cadeias produtivas, no aumento de custos industriais e no retorno da inflação em escala global.</p> <p>A economia brasileira não difere desse cenário, tendo registrado crescimento do PIB de 4,6%.</p> <p>As economias das cinco regiões do país e de todos os estados cresceram em 2021, refletindo, em especial, a recuperação do setor de serviços, que foi o mais afetado pela pandemia em 2020. A região Norte registrou a menor taxa de crescimento anual (2,9%), porém foi a região cuja atividade menos recuou em 2020.⁴⁸ O mercado de trabalho também apresentou recuperação desde o primeiro trimestre de 2021, embora a taxa de desocupação permaneça elevada (12,6%).</p> <p>O volume de produção anual da cesta de produtos do extrativismo de base florestal acompanhada pelo Fundo Amazônia apresentou redução de 1% em 2020, na comparação com 2019, e aumento de 9% nas receitas nominais obtidas.</p> <p>O Fundo Amazônia tem apoiado a estruturação e a ampliação de cadeias produtivas de base florestal e a sustentabilidade ambiental das atividades agrícolas dos pequenos produtores rurais. A integração dos elos de produção, distribuição e comercialização é um fator decisivo na agregação de valor das atividades econômicas de base florestal, em especial para a produção realizada pelas populações que habitam regiões remotas e com pouco acesso a serviços públicos.</p> <p>O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.</p>	<p>A redução do volume de produção anual da cesta de produtos do extrativismo, compensada parcialmente pelo aumento das receitas do faturamento, indica o risco de fragilização das cadeias de valor na região. A eventual diminuição de operações de apoios financeiro e técnico aos produtores da sociobiodiversidade produzirá impactos negativos na renda das famílias e na capacidade de retenção dessas populações locais.</p>

Componente 2 – Monitoramento e controle




Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   <p>Legislação fundiária não alinhada com a política ambiental</p>	<p>Ao longo de 2020, perdeu validade a Medida Provisória (MP) 910/19, que previa duas modificações nos critérios de regularização fundiária das ocupações em terras públicas federais: i) ampliação de quatro para 15 módulos fiscais⁴⁹ do limite de área de terras a serem regularizadas por simples declaração do ocupante; e ii) extensão do marco temporal para titulação de terras públicas ocupadas.</p> <p>O conteúdo da referida MP foi parcialmente modificado pelo PL 2.633/2020, que se encontra em tramitação no Senado Federal e poderá ser votado em 2022. O texto do PL preserva o marco temporal atual e modifica para seis módulos fiscais o parâmetro de área passível de regularização por autodeclaração, sob condições. Em paralelo, deverá ser votado em conjunto o PL 510/2021, que avança em questões como a regularização sem vistoria de ocupações de até 2.500 hectares, além de permitir a regularização fundiária por proprietários de mais de um imóvel rural ou de requerente que já tenha sido beneficiado por programa de reforma agrária ou regularização fundiária.</p> <p>O Fundo Amazônia vem apoiando projetos em seus quatro componentes, o que reforça a promoção das políticas de prevenção, controle e combate do desmatamento, além da consolidação do uso sustentável de terras localizadas em áreas protegidas.</p> <p>O risco continua sendo avaliado como médio.</p>	<p>A apresentação do PL 2.633/2020, que atenuou alguns dos pontos geradores de maior incerteza presentes na MP 910/2019, cuja vigência expirou sem que tenha sido convertida em lei, sugere um reflexo do debate sobre o alinhamento da política de reforma agrária e da política ambiental no legislativo.</p> <p>A eventual contribuição positiva de medidas para a legalização de terras, inclusive de assentamentos da reforma agrária na Amazônia, deve estar associada a ações de regularização ambiental, ao emprego de instrumentos de assistência técnica e extensão rural (Ater) e ao fomento de atividades produtivas de uso sustentável da floresta, sem os quais poderão ocorrer impactos negativos causados por novos desmatamentos.</p>

⁴⁸ A região Norte do Brasil congrega sete dos nove estados da Amazônia Legal. Informações baseadas no Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), um indicador do PIB com desagregação regional. Ver: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202202/br202202b4p.pdf>

⁴⁹ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei 6.746, de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município. Na Amazônia, um módulo fiscal equivale entre 55 e 110 hectares. Fonte: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

   <p>Ações de fiscalização e repressão do desmatamento insuficientes em decorrência de restrições fiscais</p>	<p>Ações de comando, controle e fiscalização são fundamentais para impedir a apropriação privada de terras públicas por grileiros que promovem o desmatamento ilegal. Essas ações devem ser acompanhadas da determinação do Brasil como produtor responsável e competitivo no comércio nacional e internacional de produtos oriundos da floresta, entre eles, a madeira.</p> <p>Embora tenha ocorrido em 2021 uma recuperação da economia brasileira em relação ao ano anterior, o cenário de restrição fiscal observado nos últimos anos segue impondo desafios à alocação de recursos adicionais para ações de repressão do desmatamento e queimadas ilegais. Observe-se, por exemplo, a redução de 3% no orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2021 em relação ao ano anterior.⁵⁰ Soma-se a isso o número reduzido de funcionários alocados, até o momento, nos principais órgãos vinculados ao MMA.</p> <p>Por outro lado, o Conselho Nacional da Amazônia Legal priorizou em 2021 a execução de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) com ações preventivas e repressivas para combater delitos ambientais na Amazônia Legal. Para 2022, o MMA prevê a contratação de novos servidores para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), visando ampliar as ações em campo.</p> <p>A importância das ações de monitoramento e controle do desmatamento para o Fundo Amazônia pode ser medida pelo fato de que metade dos dez maiores apoios do Fundo Amazônia (por valor de apoio) foi dedicada a projetos de monitoramento ambiental por satélite e apoio a missões de fiscalização e repressão policial a infrações e crimes ambientais.</p> <p>O desafio de recuperação fiscal permanece na agenda do governo e deverá ainda refletir em pressão pelo controle de gastos para essa e outras finalidades em 2022, dificultando a expansão das ações e exigindo esforços de priorização e novas formas de fiscalização e monitoramento por parte dos agentes públicos.</p> <p>Diante da grande escala territorial da Amazônia e da manutenção das referidas restrições fiscais, o Fundo Amazônia mantém o risco como alto.</p>	<p>Ações insuficientes de fiscalização e repressão do desmatamento representam um vácuo da presença do Estado, podendo levar ao aumento da ocorrência de atividades ilegais que contribuem para o aumento do desmatamento.</p> <p>Adicionalmente, para o Fundo Amazônia, há o risco de deterioração da sustentabilidade dos resultados alcançados pelos projetos apoiados.</p>
---	---	--




Componente 3 – Ordenamento territorial

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   <p>Crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem</p>	<p>A expansão das pastagens e dos cultivos agrícolas em grande escala representa um dos maiores fatores de pressão sobre a demanda de terras na Amazônia.</p> <p>Com relação ao plantio de soja, o compromisso voluntário celebrado em 2006 pelas indústrias e pelas maiores <i>tradings</i> atuantes no país, denominado “moratória da soja”, que tem como premissa a não comercialização da produção oriunda de áreas desmatadas após 2008 no bioma Amazônia, vem cumprindo um papel importante, embora insuficiente, ao limitar o desmatamento voltado para a expansão agrícola na Amazônia.</p> <p>Observa-se, nesse contexto, que os acordos firmados na COP-26 reforçaram a necessidade de direcionar a produção agropecuária para a criação intensiva e o uso mais disseminado de biotecnologia. Merece destaque a adesão do Brasil, em conjunto com outros 103 países, ao “Pacto para Redução das Emissões de Metano” (<i>Global Methane Pledge</i>). A iniciativa envolve o compromisso de redução de 30% das emissões desse gás até 2030 e representa um dos passos mais significativos para cumprir o acordo climático de Paris.⁵¹</p> <p>O Fundo Amazônia apoia projetos de órgãos federais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e o Ibama, para realizar ações de monitoramento e fiscalização ambiental; projetos de atividades produtivas sustentáveis, para apoiar atividades rurais de baixo impacto ambiental; e projetos para promover a regularização ambiental, como o apoio ao CAR.</p> <p>O risco continua sendo avaliado como alto.</p>	<p>A especulação imobiliária e o aumento da pressão por novas terras para cultivo e pastagem, associados ao não aproveitamento de áreas já abertas, são o principal vetor econômico do desmatamento. O atraso na adoção de práticas intensivas e baseadas em tecnologias sustentáveis facilita a abertura e a consolidação de novas frentes de desmatamento na Amazônia.</p>

⁵⁰ Fonte: <http://portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores/44000?ano=2018>

⁵¹ <https://unfccc.int/news/world-leaders-kick-start-accelerated-climate-action-at-cop26>

Componente 4 – Ciência, inovação e instrumentos econômicos

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   Evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores	<p>Os principais indicadores associados à formação de profissionais e à intensidade das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) atestam que a Amazônia permanece em patamar inferior ao das demais regiões do país. As informações regionalizadas da Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes) para 2020 revelam que nos estados da Amazônia Legal localizam-se 9,8% dos programas de pós-graduação e apenas 5,7% das bolsas de pós-graduação do país.⁵² Em ambos os casos, são participações inferiores à representatividade da população da região no Brasil.</p> <p>Desequilíbrios regionais associados ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) foram ampliados nos últimos dez anos, período em que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Capes sofreram cortes orçamentários de aproximadamente 51% dos recursos voltados a pesquisa e desenvolvimento (P&D). As instituições localizadas no Centro-Sul do Brasil foram menos afetadas, pois concentram a maior parte dos programas de excelência, segundo avaliação da Capes. Na Amazônia, onde muitos cursos de pós-graduação foram criados recentemente e, portanto, ainda não estão consolidados, os programas tendem a sofrer mais cortes.</p> <p>No ano passado, a aprovação da Lei Complementar 177/2021⁵³ tornou não contingenciáveis os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável pela maior fonte de recursos destinados à ciência no Brasil. Estima-se que tal medida produza resultados positivos ao longo do tempo, tanto nos volumes aportados quanto na distribuição regional mais favorável ao ambiente de P&D nos estados da Amazônia. Até que a nova legislação produza efeitos, permanece a falta de incentivos ao desenvolvimento e à formação de novos profissionais na região.</p> <p>O Fundo Amazônia apoia o desenvolvimento científico e tecnológico e a fixação de pesquisadores por meio do fomento a projetos que realizam pesquisas temáticas específicas, o que inclui, entre outras atividades, a construção e aparelhagem de laboratórios de ponta e a concessão de bolsas.</p> <p>O risco continua a ser avaliado como médio.</p>	<p>A continuidade do cenário de baixo investimento em CT&I na Amazônia limita a produção e transferência de conhecimentos e tecnologias que podem contribuir para a recuperação, conservação e uso sustentável da floresta. No médio prazo, os impactos de tal deficiência se traduzem na redução da agregação de valor às cadeias da sociobiodiversidade e na perpetuação de práticas econômicas não sustentáveis.</p> <p>Para o Fundo Amazônia, adicionalmente, uma baixa intensidade de pesquisa e inovação impacta negativamente a oferta de recursos humanos qualificados para a implementação de projetos de CT&I e a produção de informações e estatísticas necessárias ao desenho qualificado de políticas públicas para a região.</p>

No que tange aos riscos transversais relacionados a consequências não intencionais para mulheres ou igualdade de gênero, direitos humanos e anticorrupção, informamos que as diretrizes e os princípios para uma atuação social e ambientalmente responsável do BNDES estão dispostos na Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que tem como princípio de atuação o respeito aos direitos humanos, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. A versão mais recente da PRSA foi aprovada em 2019 por seu Conselho de Administração.⁵⁴

O compromisso com a ética integra a declaração de valores do BNDES e está expresso em sua Política Corporativa de Integridade. Aprovada em 2020, ela estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

O BNDES adota um conjunto de práticas relacionadas a essa temática, como a verificação, durante a análise cadastral das organizações solicitantes de apoio financeiro, da existência de atos, por parte dos postulantes, que importem em discriminação de

⁵² <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

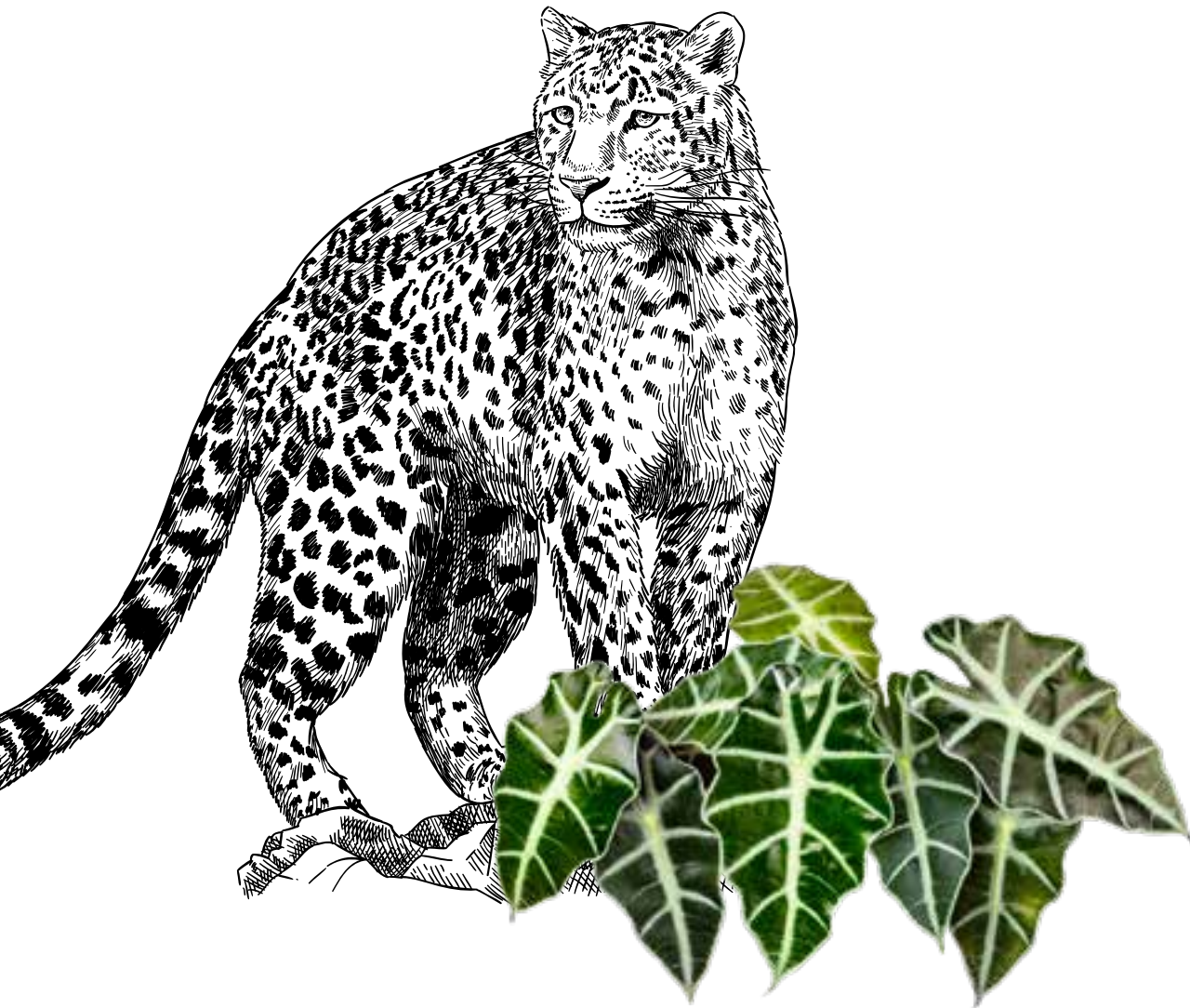
⁵³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp177.htm

⁵⁴ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsa-e-sua-implementacao>

raça ou gênero, trabalho infantil ou escravo, crime contra o meio ambiente ou que caracterizem assédio moral ou sexual – todos impeditivos à contratação.

Registre-se que em 2021 – ano do relatório anual do BNDES mais recente, disponível à época da elaboração do presente relatório⁵⁵ – não houve registro de perdas decorrentes de fraudes ou de casos de corrupção. Informações mais detalhadas a respeito desse tema podem ser conferidas no referido relatório, inclusive sobre a governança do BNDES, sua auditoria interna, a comissão de ética do Banco, a política corporativa de integridade do Sistema BNDES, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e os sistemas de correção interna, compostos pela corregedoria e pelas comissões de procedimentos investigativos, entre outras estruturas organizacionais internas.

Por fim, o BNDES adota a prática de fazer uma investigação de integridade antes da eleição, nomeação ou contratação de assessores externos e membros de órgãos estatutários.



⁵⁵ https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22344/3/PR_REL.ANUAL_2021.pdf



PROJETOS CONCLUÍDOS

Projetos concluídos são aqueles que: (i) executaram as atividades previstas; (ii) tiveram sua prestação de contas aprovada; e (iii) realizaram uma avaliação de seus resultados.

RONDÔNIA MAIS VERDE

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Estado de Rondônia, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Estado de Rondônia, com ênfase na área de alcance da Base de Operações instalada na capital Porto Velho e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros, localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, além de áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os parques nacionais de Pacaás e Serra da Cutia

BENEFICIÁRIOS

População do estado de Rondônia, em especial na região de abrangência territorial do projeto

OBJETIVO

Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia, por meio de capacitação e aquisição de materiais e equipamentos para instrumentalizar a Base de Operações Terrestres e Grupamento de Operações Aéreas do CBMRO em Porto Velho, e de quatro unidades operacionais localizadas em outros municípios do estado

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 17.357.458,36

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 15.040.500,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2013 ao 3º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
11.9.2012	21.12.2012	R\$ 15.040.500,00	100%



Contextualização

O estado de Rondônia localiza-se na parte oeste da região Norte do Brasil e ocupa uma área de 237,59 mil km², em que se distribuem 52 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do estado é de 1,56 milhão de habitantes, com densidade demográfica de 6,58 hab/km².

Em 2018, seu Produto Interno Bruto (PIB) foi R\$ 44,9 bilhões, correspondentes a 0,6% do PIB nacional e de 12,4% do PIB regional. A composição do PIB do estado indica maior participação do setor de serviços, alavancado pelo comércio, seguido das atividades agropecuárias e pela indústria (principalmente alimentícia, frigorífica e mineração).

O processo de ocupação de Rondônia ocorreu com o incentivo à substituição da floresta por diversas formas de cultivo e pecuária. A taxa de desmatamento anual no estado mostrou-se crescente até 2004, quando alcançou 3.858 km²; a partir daí, observou uma queda acentuada nos índices até o ano de 2010, quando foi registrado o valor mínimo de 435 km². No entanto, a partir 2011, já apresentava tendência de elevação, alcançando 1.273 km² em 2020.

Na Amazônia, o fogo é um dos instrumentos mais utilizados nas atividades produtivas rurais, pela cultura do corte-queima para a limpeza de roçados e transformação da floresta em pastagem. Apesar da utilização do fogo controlado cumprir, por vezes, funções em alguns ecossistemas, os incêndios florestais e as queimadas produzem emissões de gases de efeito estufa (GEE), impactam a fertilidade dos solos, destroem a biodiversidade e as linhas de transmissão, fragilizam ecossistemas, comprometem a qualidade do ar, aumentam o risco de acidentes em estradas e limitam o tráfego aéreo, entre outros aspectos.

O projeto

O projeto do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO) se insere na estratégia estadual de combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas e teve por objetivo apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado, de forma a contribuir para a redução das emissões de GEE.

Para atingir seus objetivos, o projeto concentrou as atividades na instrumentalização da Base de Operações Terrestres e Grupamento de Operações Aéreas do CBMRO em Porto Velho, e de quatro unidades operacionais localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, por meio da aquisição de aeronave, veículos, equipamentos e *kits* de comunicação e proteção individual.

As ações coordenadas a partir da Base de Operações Terrestres e Grupamento de Operações Aéreas do CBMRO em Porto Velho e das quatro unidades operacionais retromencionadas estendem-se por outros 14 municípios rondonienses, abrangendo parte considerável da área total do estado.

O projeto apoiou também a capacitação de pessoal do CBMRO e de servidores de órgãos parceiros em gestão ambiental, além de habilitar pilotos do CBMRO para a operação da aeronave adquirida pelo projeto.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto foi definido como: “Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO) mais bem estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas ilegais”.

A ocorrência de incêndios florestais está relacionada com a duração dos períodos de estiagem e com o emprego do fogo nas atividades produtivas. Costuma ser também uma das etapas do processo de desmatamento ilegal com vistas à grilagem de terras,⁵⁶ quando, após a remoção das árvores de maior porte (e valor), o fogo é utilizado para abrir novas áreas voltadas a fins agropastoris.

A estruturação do CBMRO para ampliar ações de monitoramento e combate a incêndios florestais e capacitar gestores contribui diretamente para reduzir a perda de cobertura vegetal decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Isso, por sua vez, contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em torno de duas componentes, a saber:

- i) Instrumentalização da Base de Operações Terrestres e Grupamento de Operações Aéreas do CBMRO em Porto Velho e de quatro outras unidades operacionais do CBMRO no estado de Rondônia.

No âmbito desta componente, foi adquirida uma extensa relação de equipamentos essenciais para a atividade finalística do CBMRO, com destaque para uma aeronave turboélice monomotor; seis veículos leves, tipo caminhonete, para ações rápidas e iniciais; cinco veículos pesados, tipo caminhão autoflorestal; além de seis tanques-reboque, acessório que confere capacidade de extinção de fogo para as caminhonetes.

A aeronave modelo Cessna Grand Caravan adquirida pelo projeto tem utilização prioritária no transporte de bombeiros militares na logística dos combates a incêndios florestais, além de atuar no monitoramento em apoio a órgãos estaduais de fiscalização ambiental. Essa aeronave está capacitada para operar em pistas rústicas, podendo levar até 11 pessoas.

Adicionalmente, foram adquiridos equipamentos de comunicação e localização, tais como transceptores móveis, *kits* móveis de combate a incêndio, incluindo mangueiras e bombas costais, e *kits* completos de proteção individual e de apoio logístico, tais como 150 conjuntos/uniformes com respectivos acessórios, barracas, mochilas flexíveis e geradores elétricos portáteis para até 150 combatentes.

⁵⁶ Grilagem de terras, no Brasil, é a prática ilegal de tomar posse de terras devolutas (públicas), incluindo, muitas vezes, a falsificação de documentos.

- ii) Promover a capacitação de pessoal do CBMRO e de órgãos parceiros.

Esta ação promoveu a capacitação de pessoal do CBMRO e de órgãos parceiros em gestão ambiental, incluindo a participação de servidores do CBMRO em curso de pós-graduação em Ciências Ambientais e a capacitação de pilotos do CBMRO para operar a aeronave adquirida pelo projeto.

Por fim, vale mencionar que, originalmente, estava prevista a construção de uma base de operações aéreas e terrestres no aeroporto público federal de Porto Velho. Todavia, essa atividade deixou de ser necessária, tendo em vista que foi disponibilizada, pelo Governo do Estado de Rondônia ao CBMRO, a utilização, por tempo indeterminado, de hangar de sua propriedade, localizado no Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira, em Porto Velho. Os recursos não utilizados para a construção da referida base foram redirecionados para complementar o valor de aquisição da aeronave Grand Caravan.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 2.1: Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO) mais bem estruturado para monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas ilegais.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento deste objetivo foram:

- > Número de focos de calor no estado de Rondônia (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 4.797 (2020)

Embora a ocorrência de focos de calor dependa de diversos fatores além daqueles endereçados no projeto, registre-se que a linha de base, correspondente à média verificada no período 2003-2012 (período de dez anos anterior ao da aprovação projeto) foi de 9.255 focos nos 14 municípios que compõem a área de abrangência do projeto. Já no período de 2013-2020, a média verificada foi reduzida para 5.573 focos, ou seja, uma diminuição de aproximadamente 40% no número de focos de calor, o que indica resultado sustentado na evolução positiva desse indicador.

- > Número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBMRO (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 1.457

Durante o ano de 2020, foram combatidos 1.457 incêndios florestais e queimadas não autorizadas, sendo que, em 2012 (linha de base do projeto), haviam sido combatidos 831 incêndios florestais ou queimadas, o que evidencia crescimento de 75% na capacidade de combate do CBMRO. Acrescente-se que, a partir do projeto com o Fundo Amazônia, os bombeiros do estado de Rondônia vêm ampliando sua atuação e elevando o patamar de ações de combate a incêndios florestais, como se vê na Tabela 24:

TABELA 24 | NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS OU QUEIMADAS NÃO AUTORIZADAS COMBATIDOS DIRETAMENTE PELO CBMRO

Linha de base	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
831	890	1.337	1.395	1.265	1.110	1.083	1.316	1.457

Fonte: BNDES a partir de informações fornecidas pelo CBMRO.

- > Número de pilotos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 6 | Resultado alcançado: 5
- > Número de servidores do CBMRO e de órgãos parceiros capacitados em gestão ambiental (indicador de eficácia)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 134

As ações de capacitação envolveram 104 servidores de órgãos parceiros e trinta servidores do efetivo do CMBRO em gestão ambiental, incluindo a capacitação de três militares do CBMRO em curso de pós-graduação em Direito Ambiental na Universidade Federal do Paraná.

Aspectos institucionais e administrativos

Quanto aos aspectos institucionais e administrativos, o CBMRO relatou que o maior legado do projeto foi expandir a capacidade de atuação da corporação em conjunto com outros órgãos da administração pública. O estabelecimento de parcerias durante a execução do projeto deu-se por meio de acordos de cooperação técnica com diversas instituições, a fim de realizar atividades em operações de combate a incêndios por meio da implantação de brigadas de prevenção e combate a incêndio florestal.

Tais parcerias, geralmente, são mobilizadas a cada ano por ocasião do lançamento do Plano de Operações Temporada de Incêndios Florestais (Potif), no qual são definidas as estratégias de atuação conjunta nos períodos sazonais em que há maior ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

Nos âmbitos municipal e estadual, foram celebrados acordos de cooperação com a Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho (Sema) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam).

Na esfera federal, os acordos foram firmados como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), este último responsável pela gestão das unidades de conservação federais.

Segundo o CBMRO, a integração de esforços permitiu o alcance de resultados de maneira mais eficiente, uma vez que reduziu os custos necessários para implementar as ações de combate a incêndios.

Riscos e lições aprendidas

Em linhas gerais, pode-se dizer que o projeto “Rondônia Mais Verde” executou de forma satisfatória as atividades previstas, tendo alcançado bons resultados. O indicador “número de incêndios florestais ou queimadas ilegais combatidos diretamente pelo CBMRO” apresentou evolução favorável ao longo do projeto, bem como a ação de capacitação de gestores.

Quanto aos riscos e às lições aprendidas, foram citadas as experiências com a complexidade e demora nos processos licitatórios de *kits* de combate a incêndio, lembrando que o processo de licitação ocorre de forma centralizada na administração estadual. Uma lição positiva foi a flexibilidade na gestão do projeto, que permitiu a alteração do fornecedor e do equipamento de maior valor unitário, relacionado à aquisição da aeronave, o que trouxe ganhos operacionais.

Por fim, cabe assinalar que as características específicas da Amazônia, com grande extensão territorial e áreas de difícil acesso, tornam mais arriscada e complexa a atuação dos bombeiros, exigindo estratégias diferenciadas em relação ao fogo.

A apresentação dessas diversas estratégias e a comparação dos impactos positivos observados em quatro outros projetos semelhantes ao projeto “Rondônia Mais Verde”, anteriormente apoiados pelo Fundo Amazônia, constam no “Relatório de Avaliação de Efetividade *Ex-Post* dos Projetos de Combate a Incêndios Florestais e Queimadas não Autorizadas” já divulgado pelo Fundo Amazônia.⁵⁷

Sustentabilidade dos resultados

Em avaliação realizada em 2020, o CBMRO relatou que os equipamentos de combate a incêndio, de proteção individual (EPI) e veículos obtidos em 2013 e 2014 continuam sendo utilizados. A aeronave adquirida, dada sua multifuncionalidade, foi citada como um dos maiores legados do projeto para o futuro, alcançando não somente o objetivo geral, mas também contribuindo diretamente para a sociedade, uma vez que monitora, fiscaliza, transporta servidores, brigadistas e equipamentos ao longo do ano.

No longo prazo, a sustentabilidade dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia, dada a natureza desse projeto, depende principalmente das condições orçamentárias do estado de Rondônia, a quem cabe manter os principais equipamentos adquiridos no âmbito do projeto, bem como prover os recursos de custeio do CBMRO.

Cumprir mencionar que as capacitações e qualificações de servidores públicos, realizadas em decorrência do projeto, tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados, se considerarmos a difusão de conhecimento que naturalmente ocorre nas organizações e praticamente independe de novos aportes de recursos públicos.

Por fim, apesar do progresso já obtido com o apoio do Fundo Amazônia, entende-se que resta ampliar ainda mais a capacidade de resposta do CBMRO, para que ele esteja estruturado para verificar a natureza dos focos de calor apontados pelos sistemas de monitoramento e seja adequadamente aparelhado, com recursos humanos e materiais, para combater todos os incêndios florestais e queimadas não autorizadas identificados.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-Bombeiros.pdf>.

CONCRETIZAR

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC)

BENEFICIÁRIOS

Famílias de agroextrativistas associadas às entidades aglutinadas e beneficiárias dos investimentos nas usinas de beneficiamento de frutas e de processamento de óleos

OBJETIVO

Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu, do açaí, de óleos vegetais e de pupunha, por meio da implantação de sistemas agroflorestais (SAF), da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas e da reestruturação de unidade de beneficiamento de óleos vegetais e de galpão de armazenamento de castanhas e de sementes, em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 7.126.393,21

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 6.422.748,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2015
ao 4º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
14.10.2014	19.1.2015	R\$ 6.422.748,00	100%



Contextualização

O projeto “Concretizar” teve como abrangência área localizada na tríplice fronteira entre os estados do Acre, Amazonas e Rondônia, região conhecida como Ponta do (rio) Abunã. Existem 25 projetos de assentamentos da reforma agrária estabelecidos nessa região, totalizando mais de 6.231 km² ocupados por quase nove mil famílias de agricultores assentados. Trata-se de uma área de conflito agrário, com sérias questões sociais e ambientais. A Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça atua na região desde 1989, sendo pioneira na experiência de uso sustentável da floresta no Brasil e servindo de modelo para diversos interessados na implantação de sistemas agroflorestais (SAF).

O projeto

O projeto foi selecionado por meio da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis, no âmbito do Fundo Amazônia, destinada a apoiar projetos “aglutinadores” que fossem gerenciados por uma entidade e compostos por subprojetos de outras entidades. As quatro entidades aglutinadas, responsáveis pela execução das ações do projeto, foram as Associações Baixa Verde (ABV), dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (Aspromacre), dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça (Associação Reça) e a Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto Reça (Cooper-Reça).⁵⁸

O projeto se propôs a implantar 300 ha de SAF em 135 unidades familiares dos associados. Adicionalmente, foram executadas as seguintes ações transversais de alcance geral a todas as entidades aglutinadas: (i) ampliação e modernização da capacidade produtiva das unidades de beneficiamento de frutas, especialmente cupuaçu e açaí; (ii) reconstrução da unidade de beneficiamento de óleos e sementes e das estruturas de secagem e armazenamento de castanha e demais produtos *in natura* e beneficiados; (iii) fortalecimento institucional; e (iv) assistência técnica e extensão rural (Ater). Por meio das ações transversais, o projeto estimou beneficiar outras 435 famílias da região, proporcionando a elas a oportunidade de processar sua produção nas instalações da Reça.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram assim definidos: 1.2 “cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado”; 1.3 “capacidade técnica dos pequenos agroextrativistas ampliada para a implantação de SAF e boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade e das lideranças comunitárias em gestão de projetos, governança

⁵⁸ A Associação Reça figura no projeto como entidade aglutinadora e aglutinada. Isso se deve ao fato de ter havido, ainda durante a fase de análise, a desistência de duas entidades previamente selecionadas. Uma vez que a Associação Reça abarca um número expressivo de famílias associadas e que a atividade básica de todas essas famílias é o cultivo de SAFs, foi proposta sua inclusão, bem como a da cooperativa a ela vinculada, como entidades executoras de SAF.

participativa e estratégias de comercialização”; e 1.4 “áreas desmatadas e degradadas recuperadas por meio de sistemas agroflorestais (SAF) e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica”.

A recuperação de áreas desflorestadas por meio de SAF, além de promover a expansão da área com cobertura vegetal na Amazônia, proporciona alternativas de renda para as populações locais ao integrar o cultivo simultâneo de culturas agrícolas e espécies florestais. Adicionalmente, a possibilidade de processamento local das espécies permite aumentar o valor adicionado e ampliar a geração de renda local. Tais atividades contribuem diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Visando implementar 300 ha de SAF, foram contratados cinco técnicos de Ater. A gestão das atividades envolveu a aquisição de insumos e serviços para as quatro entidades aglutinadas, o monitoramento da implantação e a manutenção dos plantios. Como resultado desse esforço conjunto, foram plantadas 339.149 mudas de 38 espécies diferentes, que permitiram 115 combinações de variedades consorciadas. Prevaleram no projeto as 11 combinações econômicas mais relevantes, tais como pupunha, cupuaçu, açaí, andiroba, copaíba e cumaru, todas processadas nas unidades da Reca. A execução adequada dessas atividades requereu a realização de 1.059 visitas técnicas em 126 imóveis, abrangendo uma área total de 7.796 ha.

Com vistas a ampliar e modernizar as unidades de beneficiamento de frutas, foram concentradas em um mesmo local duas linhas de produção: uma para o beneficiamento do cupuaçu (e outras frutas) e outra para o açaí. A nova unidade construída, com área total de 1.296 m², foi equipada com máquinas e equipamentos projetados para processar até 15 toneladas de polpa por dia. A estrutura de armazenamento instalada, com 543 m², compreende uma câmara fria e um túnel de congelamento, uma área de estoque de produtos *in natura* e beneficiados, e uma estrutura de secagem. As duas últimas atendem também a unidade de processamento de óleos vegetais e sementes.

Foram implantados, ainda: (i) um sistema de distribuição e abastecimento de água, dimensionado para atender os picos de produção na unidade de processamento de frutas; (ii) um sistema de coleta de esgoto nas unidades industriais, acoplado a uma estação de tratamento de esgoto (ETE); (iii) um sistema de aproveitamento de água pluvial para captação de água; e (iv) um sistema de recirculação da água de cozimento do palmito.

Finalmente, foram adquiridos equipamentos para equipar o laboratório de análises localizado na unidade de processamento de frutas, cuja modernização foi considerada necessária para a adequada operação da nova estrutura.

Cabe mencionar que um incêndio ocorrido em 2015, no início do período de execução do projeto, destruiu parte das instalações da Cooperativa Reca, razão pela qual foi necessário suplementar recursos para permitir a reconstrução da unidade de beneficiamento de óleos e sementes e das estruturas de secagem e armazenamento de castanha e demais produtos *in natura* e beneficiados.

Esses investimentos se incorporaram às atividades realizadas, resultando em nova unidade de produção com capacidade de processar 100 kg de matéria-prima por hora em área de 504 m². O referido sinistro ensejou a inclusão de itens relativos a sistemas de segurança, prevenção e combate de incêndios, englobando a instalação de hidrantes, extintores e alarmes, tanto nas instalações antigas como nas novas. Foi instalado um sistema de monitoramento por câmeras em lugares estratégicos de vigilância, além de painel de monitoramento da movimentação nas fábricas. Adicionalmente, foram treinadas trinta pessoas, entre associados e funcionários, para compor uma equipe voluntária de brigadistas.

O fortalecimento institucional das entidades aglutinadas englobou investimentos na infraestrutura física das respectivas sedes e nas ações de capacitação voltadas para as atividades produtivas. O espaço físico para reuniões e eventos da comunidade representada pela Aspromacre foi reformado e ampliado para 132 m², ao passo que, para a ABV, foi construído um novo centro comunitário para realizar eventos e reuniões em uma área de 192 m². Ambos foram equipados com itens básicos, como arquivos, refrigeradores, sistemas de ar-condicionado, mesas e cadeiras.

Quanto às ações de capacitação, foram realizados 49 eventos com a participação de 443 pessoas (270 homens e 173 mulheres), compreendendo oficinas, dias de campo, intercâmbios sobre implantação e manejo de SAFs, palestras sobre boas práticas com agroextrativistas experientes da região, seminários, eventos temáticos e reuniões técnicas.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.⁵⁹

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.2: Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado.

- > Receita obtida pela Cooper-Reca com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto, discriminada por produto (indicador de efetividade)

Meta: Óleos vegetais R\$ 536 mil | Resultado alcançado: R\$ 1,5 MM

Meta: Cupuaçu R\$ 2,7 MM | Resultado alcançado: R\$ 1,3 MM

Meta: Açai R\$ 1,8 MM | Resultado alcançado: R\$ 632 mil

Meta: Pupunha R\$ 887 mil | Resultado alcançado: R\$ 341 mil

Meta: Castanha-do-Brasil não definida | Resultado alcançado: R\$ 589 mil

Os resultados agregados do projeto revelam o faturamento três vezes superior à meta estabelecida para óleos vegetais. Já para os demais produtos, os resultados se

⁵⁹ Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleryes/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA-Arvore_de_objetivos_2018.pdf.

encontram em patamares inferiores às metas estabelecidas. Todavia, considerados todos os produtos apoiados pelo projeto, obteve-se crescimento superior a 40% em seu faturamento em relação ao início do projeto (linha de base). Cabe assinalar que os resultados agregados do projeto se referem ao período encerrado em 2018.

- > Número de estruturas de armazenamento (câmara fria e túnel de congelamento) dos produtos *in natura* e beneficiados implantadas (indicador de eficácia)
Meta: 3 | Resultado alcançado: 3
- > Número de estruturas de beneficiamento reformadas ou ampliadas (indicador de eficácia)
Meta: 3 | Resultado alcançado: 2

Ao longo da execução do projeto, a Reca concluiu que seria possível otimizar o investimento, mantendo as linhas de beneficiamento de cupuaçu e de açaí na mesma unidade. Dessa forma, foram implantadas duas unidades de beneficiamento (uma de frutas e outra de óleos) com capacidade instalada superior às três unidades originalmente previstas na meta.

Efeito direto 1.3: Capacidade técnica dos pequenos agroextrativistas ampliada para a implantação de SAFs e em boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade e das lideranças comunitárias em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização.

- > Número de indivíduos capacitados para implantação de SAFs e a adoção de boas práticas de produção e armazenamento de produtos da sociobiodiversidade especificados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 120 homens e 50 mulheres | Resultado alcançado: 353 homens e 90 mulheres
- > Número de lideranças capacitadas em gestão de projetos, governança participativa e estratégias de comercialização, especificados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 35 homens e 15 mulheres | Resultado alcançado: 74 homens e 44 mulheres

Efeito direto 1.4: Áreas desmatadas e degradadas recuperadas por meio de SAFs e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica.

- > Área de SAFs implantados (indicador de eficácia)
Meta: 300 ha | Resultado alcançado: 315,2 ha
- > Área de floresta diretamente manejada em decorrência do projeto (indicador de efetividade)
Meta: 3.230 ha | Resultado alcançado: 6.867 ha

Na Tabela 25, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos seis anos nos dois municípios que concentram as atividades do projeto, além da área total desmatada em relação à respectiva área total. No caso do município de Acrelândia, observa-se que a média do desmatamento anual durante o período de execução do projeto (2015-2019) foi 4% superior à taxa verificada no ano-base (2014). A mesma

comparação para o município de Porto Velho revela aumento de 57%, o que reforça a relevância de projetos voltados para a proteção e o uso sustentável da floresta, conjugados com a atuação permanente das comunidades e entidades representativas locais. Registre-se que Porto Velho é um dos maiores municípios do Brasil em área territorial e um dos mais populosos da Amazônia.

TABELA 25 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS NOS DOIS MUNICÍPIOS QUE CONCENTRAM AS ATIVIDADES DO PROJETO

	Área (km ²)	Total desmatado (km ²)	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Porto Velho (RO)	34.631	10.617,9 (30,7%)	419,0	388,8	353,4	309,0	289,2	224,9
Acrelândia (AC)	1.880	1.227,3 (65,3%)	20,4	23,8	6,1	24,5	15,2	17,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Prodes/Inpe.

Nota: valores em parênteses = % da área total.

Aspectos institucionais e administrativos

Em linhas gerais, o projeto foi adequadamente executado e atingiu as principais metas estabelecidas. Dentre os aspectos que contribuíram para esse resultado, destaca-se o histórico da Reca e Cooper-Reca com a produção em SAFs, o que favoreceu o adensamento da cadeia de valor dos produtos. Por meio de parcerias com as unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Acre e de Rondônia, a Reca tem procurado mapear os perfis de solo da região e pesquisar o potencial de outros produtos, como o cupulate, e o melhor aproveitamento de produtos já explorados, como o palmito pupunha. Particularmente em relação ao desenho do projeto, destaca-se o papel desempenhado pelos profissionais de Ater no apoio técnico aos produtores, constituindo elemento importante para atingir os resultados e sua sustentabilidade. Outras parcerias relevantes ao projeto foram celebradas com a Universidade Federal de Rondônia (Unir-RO), para ações de residência agroflorestal, e com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Pará (Ceplac-PA), para a transferência de tecnologia de melhoramento para produção de mudas.

A maturidade institucional da Reca foi muito importante no suporte à ABV e Aspromacre, atestando a relevância da modalidade de apoio do Fundo Amazônia por meio de entidades aglutinadoras. Os investimentos físicos (construção das respectivas sedes e aquisição de equipamentos) e as ações de capacitação gerencial nessas duas entidades, ao dotarem-nas de condições materiais mais adequadas ao desempenho de suas atividades, foram também decisivos na transferência de conhecimentos e de experiência que as habilitarão a futuros ciclos de investimento.⁶⁰

Registre-se, por fim, que este projeto se destaca positivamente por sua visão mais abrangente da cadeia de valor dos produtos da agrofloresta, com parte expressiva dos investimentos realizados nas etapas de beneficiamento, complementando as atividades de plantio de sistemas agroflorestais.

⁶⁰ Um vídeo sobre o projeto e, em especial, sobre os benefícios da capacitação em SAF para os associados das entidades executoras está disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Concretizar/#iframe-1>.

Riscos e lições aprendidas

Dois eventos trouxeram como lição a importância de preservar alguma flexibilidade para o ajuste da estratégia de implantação do projeto ao longo de sua execução. O primeiro decorreu do incêndio ocorrido em junho de 2015, que acarretou a perda total da unidade de beneficiamento de óleos e sementes e exigiu a solicitação de aditivo ao projeto. Sua aprovação gerou alterações na execução física e financeira do projeto, ao mesmo tempo que motivou a implantação de sistemas de segurança, prevenção e combate a incêndios em todas as unidades de produção, resultando também na capacitação de trinta funcionários e associados para formação de brigada voluntária.

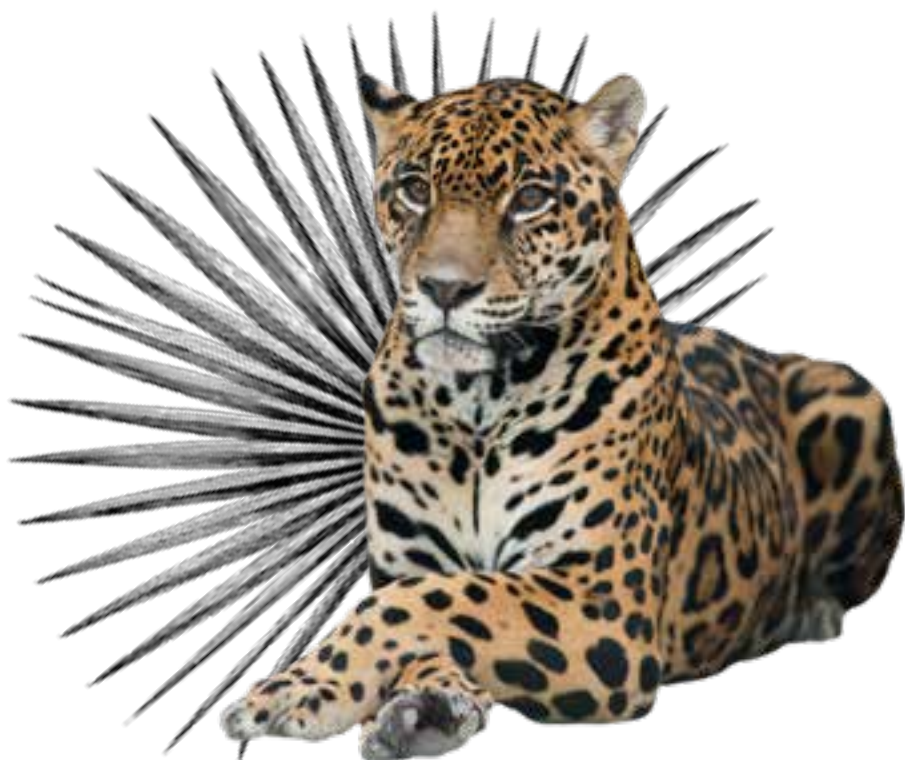
No outro caso, identificou-se uma oportunidade de otimização nas unidades de beneficiamento de frutas que, após aprovação de aditivo, alterou a configuração inicial do projeto em benefício de maior capacidade de produção.

Sustentabilidade dos resultados

A trajetória da Reca, baseada na promoção da sociobiodiversidade da Amazônia e na organização produtiva de base familiar comunitária, vem sendo construída a partir de parcerias e estratégias de comercialização que valorizam sua marca própria. Nesse projeto, a experiência de quase quarenta anos da Reca foi compartilhada com entidades parceiras que se somaram ao modelo de cooperativismo e, dessa forma, contribuíram para a sustentabilidade dos resultados alcançados.

Grande parte das ações apoiadas foi voltada para a produção sustentável e a geração de renda para as populações locais. Isso contribui para que os resultados alcançados possam se sustentar ao longo do tempo e, inclusive, se ampliar nos casos mais exitosos.

Todavia, é importante lembrar que os impactos persistentes da Covid-19 e das incertezas econômicas associadas a ela lançam desafios adicionais à sustentabilidade dos resultados deste e de outros projetos.



CADEIAS DE VALOR DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação SOS Amazônia

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves

BENEFICIÁRIOS

Agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e indígenas

OBJETIVO

Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 10.202.517,05

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 9.938.777,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

3º trimestre de 2015 ao 4º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
27.1.2015	13.5.2015	R\$ 9.938.777,00	100%



Contextualização

Os municípios da região do rio Juruá, no Acre, e do sul do Amazonas formam um corredor com recursos florestais semelhantes (cacau silvestre, oleaginosas e borracha), em uma área de aproximadamente 206 mil km². A oportunidade de facilitar o intercâmbio das experiências nessas três cadeias produtivas foi identificada pela SOS Amazônia, organização criada em 1988 com a missão de promover a conservação da biodiversidade e o crescimento da consciência ambiental na Amazônia.

O projeto

O projeto foi selecionado por meio da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis, realizada em 2012, no âmbito do Fundo Amazônia. A chamada pública destinou-se a selecionar projetos na modalidade “aglutinadora”, ou seja, empreendimentos gerenciados por uma instituição (“aglutinadora”) e compostos por subprojetos de outras instituições (“executoras” ou “aglutinadas”).

A SOS Amazônia, selecionada na qualidade de instituição aglutinadora, mobilizou nove instituições aglutinadas para o apoio a atividades de produção sustentável nas cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha, em seis municípios do estado do Acre e quatro do estado do Amazonas.

Além dos investimentos físicos em unidades de produção sustentável, o projeto apoiou a assistência técnica e extensão rural e florestal para as aglutinadas e seus associados, a certificação de produtos e empreendimentos e o desenvolvimento de novos mercados e parcerias comerciais.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram definidos como: (1.1) produção extrativista de cacau, borracha e oleaginosas estruturada em nove organizações comunitárias; (1.2) cadeias do cacau, borracha e oleaginosas com valor agregado ampliado em nove organizações comunitárias; e (1.3) capacidades gerencial e técnica ampliadas para a produção extrativista e beneficiamento de cacau, borracha e oleaginosas e implantação de sistemas agroflorestais.

As atividades do projeto contribuíram para fortalecer cadeias de produtos da sociobiodiversidade da região. As ações apoiadas contribuíram para valorizar a floresta em pé ao promoverem a geração de renda para as populações locais com sustentabilidade ambiental, contribuindo, dessa forma, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

As atividades se distribuíram em um conjunto de ações transversais às nove instituições aglutinadas, além de um bloco de ações específicas para cada uma delas.

No que se refere às atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural e Florestal (Aterf), ao longo do projeto realizaram-se cerca de 3.800 visitas técnicas às nove organizações aglutinadas e produtores, com foco nas boas práticas de manejo, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos das cadeias do cacau nativo, das oleaginosas (murumuru, buriti, coco, açaí e copaíba), da borracha e na implementação, manejo e mapeamento dos SAFs.

Foram instaladas unidades de SAFs nas dimensões entre 0,5 ha e 1,0 ha, beneficiando 177 famílias em área total de 121 ha. Além disso, foram produzidas 89 mil mudas em viveiros comunitários. As principais espécies plantadas foram açaí, cacau, buriti, andiroba, cupuaçu, graviola, bacaba, mogno, copaíba, cajarana, acerola, abacate e citros.

O projeto apoiou também a elaboração de planos de manejo para atividades não madeireiras em seis organizações: Coopercintra, Coopfrutos, Coapex, Pushuã, Caet e Cooperafe. As atividades compreenderam o emprego das informações provenientes dos inventários florestais realizados, a descrição e localização das unidades familiares de manejo florestal, a estimativa de produtividade das áreas manejadas, a lista de manejadores incluídos no levantamento, a caracterização das espécies-alvo dos planos e, por fim, as recomendações de boas práticas de manejo. Foram inventariados mais de 10.500 hectares de floresta e mapeadas 31.354 árvores de oito espécies florestais, em especial a seringueira.

Quanto às ações relacionadas à certificação dos produtos, foram identificadas as organizações aptas a receber certificação orgânica para os mercados europeu e norte-americano, sendo aplicado o selo de Certificação Orgânica e Forest Garden Products (FGP).⁶¹ Foram realizadas visitas às unidades familiares, treinamentos, oficina de boas práticas de manejo e beneficiamento, além de uma oficina específica sobre certificação orgânica, extrativista e mercado justo para os representantes das nove organizações.

Todas as atividades contaram com auxílio técnico de empresa especializada na auditoria e certificação de cooperativas e seus produtos. Nem todas as aglutinadas foram consideradas aptas a receber a certificação no momento da execução do projeto, sendo que quatro delas passaram por auditoria e obtiveram a certificação de conformidade às regras da produção orgânica de cacau selvagem, buriti, andiroba, tucumã, pataúá, açaí, breu, cumaru, pau-rosa e murumuru.

Em paralelo às atividades de certificação, foram elaborados dois estudos de mercado externo, sendo um deles voltado para oportunidades de comercialização de óleos vegetais, sabonetes de óleos amazônicos e borracha tipo FDL,⁶² em quatro países da Europa (Alemanha, França, Inglaterra e Itália). O segundo estudo destinou-se a explorar o mercado para o cacau tipo fino e especial nos Estados Unidos. O trabalho incluiu a definição de padrões de qualidade do produto, a elaboração de manuais de beneficiamento e o envio de amostras a clientes previamente identificados.

⁶¹ A certificação Forest Garden Products (FGP) foi criada em 1987 e, desde 2014, compõe a família de padrões de certificações reconhecidas pela International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam). Disponível em: <http://www.analogforestry.org/wpsite/wp-content/uploads/2014/10/FGP-A4-version-baja.pdf> e <https://www.ifoam.bio/our-work/how/standards-certification>.

⁶² Folha de defumação líquida é uma técnica inovadora que permite conferir maior valor à borracha em sua produção dentro da floresta, substituindo os processos tradicionais de secagem.

Na componente voltada para o fortalecimento organizacional das entidades aglutinadas e da rede de apoio às cadeias de valor, foram realizadas oficinas anuais destinadas a um público mais amplo (comunidades, coletores etc.) e oficinas específicas para o desenvolvimento de temas relacionados à gestão do projeto. Ao todo, foram realizadas 63 oficinas que capacitaram 777 pessoas, sendo 38% mulheres, 21% jovens, 10% indígenas e 29% assentados da reforma agrária.

Ainda nesta componente, foram realizados quatro seminários de integração institucional, avaliação e planejamento participativo, nos quais foi possível avaliar em conjunto a execução técnica e financeira do projeto.

Além das atividades realizadas nas componentes transversais, cada uma das nove organizações aglutinadas recebeu recursos para investimentos fixos e demais ações específicas às suas necessidades e competências a serem desenvolvidas.

A seguir, destacam-se alguns dos investimentos realizados: (i) implantação de uma usina de extração de óleos e gorduras vegetais; (ii) aquisição de equipamentos para uma usina de extração de óleo já existente e para utilização em duas fábricas de sabonetes à base de óleos e gorduras vegetais; (iii) construção de vinte unidades de processamento e secagem (UPS) de borracha; (iv) construção de unidade de pré-beneficiamento de sementes e frutos de espécies oleaginosas; (v) construção de três núcleos de produção de cacau nativo; (vi) aquisição de equipamentos diversos, tais como despoldadora de frutas, quebrador e secador rotativo para frutos, tanque em aço inox para coleta de óleo, veículo 4x4, barco de alumínio e motor para embarcação, kits de extração de látex e de coleta de murumuru, carneiros hidráulicos para viveiros e aquisição de barcas de secagem de amêndoas.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: Produção extrativista de cacau, borracha e oleaginosas estruturada em nove organizações comunitárias.

- > Número de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto (indicador de efetividade)
Meta: 1.200 | Resultado final: 2.200
- > Número de mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto (indicador de efetividade)
Meta: 300 | Resultado final: 850
- > Número de indígenas diretamente beneficiados pelo projeto (indicador de efetividade)
Meta: 200 | Resultado final: 140

- > Número de assentados diretamente beneficiados pelo projeto (indicador de efetividade)

Meta: 200 | Resultado final: 645

O projeto teve amplo alcance territorial, atuando diretamente em áreas protegidas (Floresta Nacional do Purus, Reserva Extrativista Arapixi e Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste), terras indígenas (TI Arara do Igarapé Humaitá e TI Camicua), assentamentos e áreas ribeirinhas no entorno de unidades de conservação (UC). Os resultados alcançados nos indicadores apresentados superaram em larga medida as metas pactuadas, com exceção do número de indígenas beneficiados.

- > Receita bruta obtida com a venda de produtos de origem extrativista pelas nove organizações comunitárias apoiadas (indicador de efetividade).

TABELA 26 | RECEITA BRUTA OBTIDA COM A VENDA DE PRODUTOS DE ORIGEM EXTRATIVISTA

Linha de base	Meta	Resultado
Cacau fino: R\$ 35.750,00	Variação de 50% sobre a linha de base	Cacau fino: R\$ 219.147,50 (+ 513%)
Oleaginosas: R\$ 44.000,00		Oleaginosas: R\$ 973.720,0 (+ 2.113%)
Borracha: R\$ 66.173,00		Borracha: R\$ 363.289,80 (+ 449%)

Fonte: BNDES, a partir de informações recebidas dos projetos.

As metas desse indicador foram pactuadas na forma de variação percentual sobre os valores da linha de base (ano 2014). Para se entender a expressividade dos resultados alcançados em valor, a receita bruta consolidada em 2019, último ano de apuração, atingiu R\$ 1,5 milhão, contra R\$ 145,9 mil na linha de base. Ainda não foi apurado faturamento com a venda de sabonetes, porque as duas organizações com investimentos nessa cadeia tiveram seus empreendimentos finalizados nos últimos meses de execução do projeto.

- > Valor recebido por família em decorrência da venda de produtos extrativistas *in natura* (indicador de efetividade)

TABELA 27 | VALOR RECEBIDO POR FAMÍLIA

Linha de base (R\$ p/ saca)	Meta	Resultado
Murumuru: R\$ 20,00/saca	Variação de 40% sobre a linha de base	Murumuru: R\$ 40,00/saca (+ 100%)
Borracha CVP:* R\$ 5,00/kg		Borracha CVP: R\$ 6,00/kg (+ 20%)
Borracha FDL: R\$ 7,00/kg		Borracha FDL: R\$ 10,5/kg (+ 50%)

Fonte: BNDES, a partir de informações recebidas dos projetos.

* CVP: Cernambi Virgem Prensado.

Efeito direto 1.2: Cadeias do cacau, borracha e oleaginosas com valor agregado ampliado em nove organizações comunitárias.

- > Estudos de mercado elaborados (indicador de eficácia)

Meta: 3 | Resultado final: 2

- > Certificação das organizações comunitárias e de seus produtos como de origem extrativista, produção orgânica e mercado justo (indicador de efetividade)

Meta: 9 | Resultado final: 4

Quatro das organizações aglutinadas passaram por auditoria e obtiveram certificação orgânica de diversos produtos. Essa certificação proporciona aos consumidores garantia de qualidade, além de agregar valor à produção mediante melhora do valor de venda.

- > Parcerias de venda estabelecidas (indicador de efetividade)

Meta: 9 | Resultado final: 9

As ações relacionadas à estratégia de comercialização são fundamentais para consolidar as cadeias de valor da produção sustentável. Ao longo da execução do projeto, as organizações aglutinadas tiveram a oportunidade, viabilizada por uma empresa parceira internacional, de participar da BIOFACH 2018, feira anual realizada em Nuremberg, Alemanha, considerada a maior de produtos orgânicos do mundo.⁶³

Efeito direto 1.3: Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a produção extrativista e beneficiamento de cacau, borracha e oleaginosas e implantação de sistemas agroflorestais.

- > Número de indivíduos capacitados para associativismo e cooperativismo (indicador de eficácia)

Meta: 675 | Resultado final: 777

- > Número de indivíduos capacitados para associativismo e cooperativismo efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 90 | Resultado final: 171

- > Número de indivíduos participantes de eventos de sensibilização ou de eventos integradores (indicador de eficácia)

Meta: 900 | Resultado final: 2.400

Os resultados alcançados pelo conjunto de atividades de capacitação e sensibilização, amplamente superiores às metas, traduzem o grau de comprometimento das organizações executoras e a visibilidade que o projeto logrou projetar na rotina das famílias envolvidas.

Na Tabela 28, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos sete anos nos estados do Acre e Amazonas, sendo possível perceber o aumento da participação relativa desses dois estados no desmatamento total da Amazônia Legal. A reversão dessa trajetória depende, entre outros fatores, da continuidade de projetos voltados à proteção e ao uso sustentável da floresta, conjugados com ações de monitoramento e combate ao desmatamento ilegal.

⁶³ Disponível em: <https://www.biofach.de/en>.

TABELA 28 | EVOLUÇÃO RECENTE DO DESMATAMENTO NOS ESTADOS DO ACRE E AMAZONAS

Desmatamento (km ²)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	309	264	372	257	444	682	706	871
Amazonas	500	712	1.129	1.001	1.045	1.434	1.512	2.347
Amazônia Legal	5.012	6.207	7.893	6.947	7.536	10.129	10.851	13.235
AC e AM total (%)	16,1%	15,7%	19,0%	18,1%	19,8%	20,9%	20,4%	24,3%

Fonte: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

Aspectos institucionais e administrativos

A Associação SOS Amazônia atuou como aglutinadora de outras nove organizações coexecutoras diretamente beneficiadas pelo apoio do projeto, listadas a seguir: (i) Cooperativa de Produtos Naturais da Amazônia (Copronat); (ii) Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais Unidas por Liberdade, Humanidade e Amor da Comunidade Nova Cintra (Amuralhas); (iii) Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Nova Cintra; (iv) Cooperativa dos Produtores Naturais da Floresta (Cooperfrutos); (v) Cooperativa Agroextrativista de Porto Walter (Coapex); (vi) Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus (Cooperar); (vii) Cooperativa Agroextrativista Shawãdawa Pushuã (Casp); (viii) Cooperativa Agroextrativista de Tarauacá (Caet); e (ix) Cooperativa de Produção e Comercialização de Produtos Agroextrativistas de Feijó (Cooperafe).

Foram estabelecidas parcerias com a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), com o objetivo de dar apoio tecnológico às aglutinadas e orientações de boas práticas de manejo, e com a Sema, o que possibilitou estender recursos diretos de outras fontes às aglutinadas, tais como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em parceria com o Sebrae, a WWF-Brasil e a Universidade Federal do Acre (Ufac), foi criado um grupo de discussão sobre a cadeia de óleos vegetais na região e os meios de fortalecê-la.

Riscos e lições aprendidas

A experiência da organização aglutinadora é um fator decisivo na execução de projetos que envolvem instituições parceiras com menor capacidade gerencial e maturidade organizacional. Alguns dos riscos identificados no desenho do projeto se materializaram ao longo da execução, tais como: (i) mudança na gestão administrativa e em parte das equipes executoras; e (ii) pouca experiência das aglutinadas na gestão de recursos financeiros de maior valor. Essas dificuldades exigiram o acompanhamento mais próximo por parte da Associação SOS Amazônia e fizeram parte do processo de evolução gerencial das aglutinadas.

Sustentabilidade dos resultados

As ações apoiadas foram voltadas à produção sustentável e à geração de renda para as populações locais. A superação das metas pactuadas pelo conjunto de organizações aglutinadas pelo projeto sugere que os investimentos tiveram efetividade, o que contribuiu para que os resultados alcançados se sustentassem ao longo do tempo.

Os resultados alcançados pelas diversas ações de capacitação beneficiaram o público-alvo do projeto, expandindo seus conhecimentos sobre implantação de SAFs e manejo sustentável. Essas capacitações tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados à medida que os SAFs se consolidem como opção de renda para essas populações.

Um indicador que, embora não fizesse parte do plano de monitoramento, demonstra bem a mobilização local induzida pelo projeto é o número de cooperados/associados das nove organizações aglutinadas, que aumentou em 59% no período de 2015 a 2020.

Merece destaque, por fim, o fato de que uma das nove organizações aglutinadas é a Amuralhas, uma associação de mulheres trabalhadoras. A promoção da equidade de gênero é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS 5) e uma das prioridades da ação do Fundo Amazônia, em especial nos projetos de produção sustentável. Em estudo publicado no *website* do Fundo em 2019,⁶⁴ verificou-se que, ao ampliar sua renda por meio da participação em atividades de produção sustentável, as mulheres internalizam novas habilidades, novos conhecimentos, direitos e oportunidades, o que se traduz em reforço à sustentabilidade dos projetos.



⁶⁴ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-genero.pdf>.

USO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Comunidades em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins

BENEFICIÁRIOS

Famílias ribeirinhas e pequenos agricultores em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos

OBJETIVO

Implementar unidades familiares de produção agroecológica, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda de ribeirinhos e agricultores familiares de forma ambientalmente sustentável

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 9.157.010,25

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 9.059.718,63

PERÍODO DE EXECUÇÃO

3º trimestre de 2017 ao 4º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
24.5.2017	31.7.2017	R\$ 9.059.718,63	100%



Contextualização

A Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai) foi fundada em 1993, como entidade sem fins lucrativos, para atuar na implementação de projetos em comunidades atingidas por barragens de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica.

A área de abrangência do projeto compreende seis regiões nas quais residem famílias que tiveram seus modos de vida afetados pela operação, construção ou planejamento de usinas hidrelétricas (UHE), quais sejam:

- > Rondônia: UHE Santo Antônio, UHE Jirau e UHE Samuel, envolvendo os municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Alto Paraíso e Itapuã do Oeste;
- > Mato Grosso: UHE Sinop, envolvendo o município de Sinop;
- > Tocantins: UHE Estreito, envolvendo os municípios de Filadélfia e Babaçulândia;
- > Pará: UHE Belo Monte, envolvendo os municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu;
- > Pará: UHE Tucuruí, envolvendo os municípios de Marabá e Nova Ipixuna; e
- > Pará: UHE São Luiz do Tapajós, envolvendo os municípios de Itaituba, Trairão e Rurópolis.⁶⁵

O projeto

O objetivo do projeto foi promover a produção agroecológica de alimentos, visando a segurança alimentar das famílias e reduzir a pressão sobre os recursos naturais. Para isso, utilizou-se o método Pais (produção agroecológica integrada e sustentável), que envolve a agricultura orgânica integrada com a criação de animais de pequeno porte e utiliza insumos produzidos na própria propriedade, de modo a preservar a qualidade do solo.

O Pais possibilita ainda o cultivo de alimentos diversificados e mais saudáveis para consumo e comercialização, e reduz a dependência de insumos de fora, promovendo, assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras. Ao longo do projeto, foram implementados 240 Pais com sistemas de irrigação movidos por fonte de energia solar.

Também foi realizado o plantio de espécies florestais nativas com os objetivos de diversificar a produção em bases sustentáveis e reflorestar áreas degradadas nos locais de implementação do projeto. Além da capacitação para o preparo de mudas e o emprego de técnicas de manejo dos plantios, as famílias receberam assistência técnica em agroecologia, o que beneficiou também a conscientização e a educação ambiental.

⁶⁵ Os procedimentos para iniciar a construção da UHE São Luiz do Tapajós foram cancelados pelo Ibama em 2016 após decisão de arquivamento durante a fase de licenciamento ambiental. No entanto, as famílias ribeirinhas que se encontram no polígono desse empreendimento experimentam uma situação de vulnerabilidade em função de outros fatores inerentes à realidade socioeconômica local. Por essa razão, e independentemente de eventual retomada futura do empreendimento, as famílias ribeirinhas foram consideradas como público elegível às atividades do projeto.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram assim definidos: (1.1) Produção familiar agroecológica desenvolvida para segurança alimentar e geração de renda de famílias atingidas por empreendimentos hidroelétricos; e (1.3) Capacidade técnica das famílias atingidas por empreendimentos hidroelétricos ampliada para a produção agroecológica e para sua comercialização.

As ações apoiadas concorreram para a conservação florestal ao promoverem a geração de renda para as populações locais com sustentabilidade ambiental, contribuindo, dessa forma, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Os *kits* de produção agroecológica integrada e sustentável constituem uma tecnologia social caracterizada pelo emprego de técnicas simples e de implantação gradual. A estrutura padrão, de baixo custo e elevada condição de replicação, é representada por um galinheiro central e hortas circulares no entorno, requerendo apenas ferramentas e materiais simples para sua instalação e manutenção.

Ao longo do projeto, foram implantados 240 Pais em propriedades de famílias selecionadas a partir de critérios como interesse manifestado, proximidade a centros consumidores, chefia da família por mulheres (43% das famílias selecionadas) e dispersão geográfica (de forma a gerar núcleos próximos e minimizar custos de implantação).⁶⁶ As atividades compreenderam a aquisição de materiais para construção das estruturas em regime de mutirão e de insumos para o plantio de hortaliças, legumes, frutas e grãos.

A instalação de sistemas de irrigação é um componente central para o adequado desempenho do Pais. Foram instalados 240 *kits* de irrigação que levaram em consideração, em cada propriedade, as necessidades de rega dos plantios, as características médias das propriedades (tais como declividade e distância da fonte de água) e a insolação incidente na região. O sistema principal é composto por uma caixa d’água de cinco mil litros, duas bombas (uma de captação na fonte de água e uma segunda para impulsionar os aspersores de irrigação nos cultivos) e dois painéis solares de geração de energia para o funcionamento das bombas.

A instalação dos Pais e dos *kits* de irrigação foi complementada pela produção e plantio de 56 mil mudas florestais. Com elas, as áreas dos imóveis atendidos foram replantadas com espécies nativas também direcionadas ao desenvolvimento da produção agroecológica. Foram selecionadas espécies que oferecem o necessário sombreamento às hortas instaladas e que produzem frutos, óleos e essências comercializáveis.

⁶⁶ Com o objetivo de concentrar geograficamente as ações programadas, otimizar a gestão do projeto e maximizar os resultados pretendidos, as atividades foram desenvolvidas em número de municípios ligeiramente inferior ao originalmente previsto.

Ao se basear na transmissão de conhecimentos e técnicas de produção sustentável em pequena escala, o projeto requereu ações intensivas de capacitação e monitoramento. Foram previstos e realizados três encontros de planejamento, monitoramento e avaliação que reuniram todas as equipes das unidades locais. O primeiro encontro foi realizado no início do projeto, com foco na elaboração do plano de trabalho, e os outros dois encontros ao longo de sua execução.

Visando à formação das equipes e lideranças locais à frente do projeto, foi também promovido um curso dividido em três módulos, de quarenta horas cada, nas temáticas associadas à implementação dos Pais, ao funcionamento e à manutenção básica de placas solares, e aos conhecimentos em agroecologia.

Para concentrar essa atividade e promover maior integração das equipes, a área de atuação do projeto foi dividida em três grandes regiões: (i) Mato Grosso e Rondônia; (ii) Xingu e Tapajós; e (iii) Bacia do Rio Tocantins. Em cada uma dessas regiões, foram realizados os três módulos de treinamento, totalizando nove sessões e a capacitação de 96 homens e 71 mulheres.

Ações adicionais de capacitação e troca de experiências foram realizadas por meio de dois encontros de agricultores multiplicadores em cada região, mobilizando 58 homens e 59 mulheres, e uma visita de intercâmbio entre agricultores familiares para multiplicação de experiências. Esse último evento reuniu 44 homens e 38 mulheres das três regiões de abrangência do projeto.

Como espaço de formação mais amplo, foram realizados também oitenta dias de campo. Nessa atividade, foram trabalhados temas ligados a produção, comercialização e aspectos ambientais, visando à formação contínua de 240 agricultores com atividades *in loco*, mas também com a possibilidade de participação das famílias vizinhas que se mostraram interessadas nas ações do projeto.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Valor estimado da produção dos Pais implantados pelo projeto destinado ao autoconsumo das famílias (indicador de efetividade)
Meta: R\$ 471,9 mil | Resultado final: R\$ 1,3 milhão (acumulado)
- > Receita obtida com a comercialização do excedente dos Pais implantados pelo projeto (indicador de efetividade)
Meta: R\$ 471,9 mil | Resultado final: R\$ 1,8 milhão (acumulado)
- > Número de mudas produzidas no projeto (indicador de eficácia)
Meta: 24.000 | Resultado final: 56.318

Os indicadores de produção e comercialização superaram amplamente as metas estabelecidas. Entre os anos de 2017 e 2020, a renda bruta acumulada atingiu

R\$ 3,1 milhões, dos quais 57% foram obtidos por meio de vendas locais. Merece destaque também o resultado da produção de mudas florestais, mais de duas vezes superior à meta prevista. A escolha de espécies produtoras de frutos e óleos tem o potencial de incrementar a renda futura das famílias.

- > Número de imóveis rurais com famílias beneficiadas por ações de assistência técnica (indicador de efetividade)
Meta: 240 | Resultado final: 240
- > Número de visitas de assistência técnica realizadas (indicador de eficácia)
Meta: 4.320 | Resultado final: 5.520
- > Número de indivíduos participantes do curso de formação técnica, discriminados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 72 | Resultado final: 167 (96 homens e 71 mulheres)
- > Número de indivíduos participantes dos encontros de multiplicadores locais, discriminados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 48 (24 homens e 24 mulheres) | Resultado final: 117 (59 homens e 58 mulheres)
- > Número de indivíduos capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos para a produção agroecológica, discriminados por gênero (indicador de efetividade)
Meta: 720 | Resultado final: 1.067 (511 homens e 556 mulheres)
- > Número de encontros de intercâmbio (indicador de eficácia)
Meta: 2 | Resultado final: 1

O conjunto de atividades de capacitação e multiplicação das experiências, frequentemente um desafio na execução de projetos com grande dispersão territorial, mostrou resultados bastante robustos em relação às metas, com exceção da realização do segundo encontro de intercâmbio, cancelado em função da pandemia da Covid-19.

Na Tabela 29, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos sete anos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, que respondem conjuntamente por mais de 70% do desmatamento total da Amazônia Legal na média do período considerado. Apesar das dinâmicas econômicas e vetores de desmatamento diversos em cada estado, a persistência de elevadas taxas de desmatamento na região reforça a necessidade de apoio, entre outras ações, a atividades voltadas para proteção e uso sustentável da floresta, semelhantes às deste projeto.



TABELA 29 | EVOLUÇÃO RECENTE DO DESMATAMENTO NOS ESTADOS DO PARÁ, MATO GROSSO, RONDÔNIA E TOCANTINS

Desmatamento (km²)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Pará	1.887	2.153	2.992	2.433	2.744	4.172	4.899	5.257
Mato Grosso	1.075	1.601	1.489	1.561	1.490	1.702	1.779	2.263
Rondônia	684	1.030	1.376	1.243	1.316	1.257	1.273	1.681
Tocantins	50	57	58	31	25	23	25	28
Amazônia Legal	5.012	6.207	7.893	6.947	7.536	10.129	10.851	13.235
PA, MT, RO e TO/total (%)	73,7%	78,0%	74,9%	75,8%	74,0%	70,6%	73,5%	69,7%

Fonte: Prodes/Inpe.

Aspectos institucionais e administrativos

A Adai estabeleceu parcerias com associações locais e prefeituras para a realização do projeto. Merece destaque a parceria com a Província Irmã Amabile Avosani (Pama), congregação das Irmãs Franciscanas localizada em Porto Velho (RO), que viabilizou apoio à comercialização de parte da produção.

Para a gestão do projeto, estruturou-se uma base local em cada uma das seis regiões de abrangência do projeto. Os investimentos em equipamentos de comunicação realizados para integrar as bases revelaram-se fundamentais ao permitir a continuidade da execução das atividades em meio à pandemia de Covid-19, uma vez que as rotinas foram impactadas pela adoção do trabalho remoto.

Por fim, ao longo do projeto foram produzidos materiais de divulgação e orientação. As cartilhas e *folders* contêm orientações técnicas de manejo e manutenção dos *kits* de produção, e foram disponibilizados no *site* da Adai ou parcialmente distribuídos em versão impressa às comunidades. Grande parte do material foi utilizada nos trabalhos de campo, tendo servido também como fonte de consulta durante a pandemia, quando se reduziram os encontros presenciais.

Riscos e lições aprendidas

Na execução de projetos dessa natureza, há riscos previamente identificados relativos à vulnerabilidade da condição socioeconômica das famílias, à ausência de capacitação em técnicas de produção sustentável ou mesmo à incerteza quanto à documentação das propriedades aptas a receberem apoio. Um exemplo das dificuldades enfrentadas neste projeto foi a remoção de algumas famílias de áreas nas quais a posse do imóvel foi questionada no estado do Tocantins, o que exigiu sua realocação e a reinstalação dos *kits* de produção, sem prejuízo ao final do processo.

Por outro lado, essa mesma contingência representa uma lição aprendida, uma vez que a atualização da situação fundiária e a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis, conforme exigência contratual nas operações do Fundo Amazônia, são benefícios adicionais do projeto.

Os executores do projeto reportaram a dificuldade dos órgãos ambientais locais na emissão das dispensas de licenciamento ambiental e de uso de recursos hídricos em empreendimentos de pequeno porte. Tal dificuldade exigiu a realização de reuniões com as secretarias ambientais para apresentar o projeto e dirimir as dúvidas sobre o empreendimento.

No tocante à mobilização das famílias, observou-se alguma resistência inicial na abordagem dos conceitos vinculados à produção agroecológica, em muitos casos em função da dificuldade de compreensão e implementação desses novos conceitos. Note-se, além disso, que o projeto foi executado em regiões nas quais subsistem tensões entre as atividades promotoras da floresta em pé e aquelas que ameaçam o bioma Amazônia.

Sustentabilidade dos resultados

As ações apoiadas foram voltadas para segurança alimentar, produção sustentável e geração de renda para as populações locais. Essa característica contribui para que os resultados alcançados possam se sustentar ao longo do tempo e, inclusive, se ampliar nos casos mais exitosos. A superação das metas pactuadas em um período relativamente curto após a execução do projeto sugere que os investimentos e as novas técnicas empregadas foram bem assimilados pelas famílias.



FUNDO DEMA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas

BENEFICIÁRIOS

Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores, quilombolas e indígenas

OBJETIVO

Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor por meio de chamadas públicas

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 7.499.641,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 6.601.699,07

PERÍODO DE EXECUÇÃO

3º trimestre de 2011
ao 4º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
15.3.2011	14.6.2011	R\$ 6.601.699,07	100%



Contextualização

Os municípios localizados no entorno das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas são áreas sob pressão de potenciais vetores do desmatamento, como pecuária, exploração madeireira e cultura de soja.

Nesse contexto, foi criado em 2004 o Fundo Dema, resultado de uma parceria entre Governo Federal e sociedade civil. Foram utilizados recursos provenientes da venda de toras apreendidas de mogno ilegalmente extraído, majoritariamente na região de Altamira e São Félix do Xingu (PA). O Ibama, ao apreender as toras de madeira, optou por doá-las com encargos para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), de forma que os recursos obtidos com sua venda pudessem ser utilizados para compensar a região pelo dano ambiental sofrido. Assim, os rendimentos do Fundo Dema⁶⁷ devem ser direcionados ao apoio a projetos de desenvolvimento sustentável no Pará.

A Fase é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social fundada em 1961, que atua em seis estados brasileiros (PA, PE, ES, MT, BA e RJ) e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro.

O projeto

O projeto “Fundo Dema” visou apoiar, por meio de chamadas públicas lançadas ao longo de três anos, a seleção de subprojetos socioambientais de pequeno valor, tendo como beneficiárias comunidades tradicionais da Amazônia (pequenos produtores, quilombolas e indígenas), localizadas no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.

Os subprojetos selecionados e apoiados a partir dessas chamadas públicas foram enquadrados em pelo menos uma das seguintes áreas temáticas: (i) manejo florestal comunitário sustentável; (ii) atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; (iii) conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (iv) recuperação de áreas degradadas.

O projeto tem como diferencial promover a capilaridade na alocação dos recursos e o benefício a uma população economicamente vulnerável, que se dedica a atividades sustentáveis relacionadas a cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram assim definidos: (i) atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, identificadas e desenvolvidas como afirmação do modo de vida dos povos da floresta; (ii) cadeias dos produtos agroflorestais com valor socioeconômico agregado ampliado e potencializando a

⁶⁷ O Fundo Dema é um fundo financeiro sem personalidade jurídica, representado por uma conta bancária em nome da Fase. Os recursos a ele vinculados estão depositados perpetuamente no Banco da Amazônia, indisponíveis para saques do principal, autorizando-se o uso dos rendimentos periódicos para aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável no oeste do Pará.

segurança alimentar e nutricional dos povos da floresta; (iii) capacidade técnica ampliada no âmbito das organizações dos povos da floresta para a implantação de sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal, produção agroextrativista, gestão do território, regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais; e (iv) áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas como instrumentos de permanência e garantia dos territórios dos povos da floresta na Amazônia paraense.

Atividades realizadas

No âmbito do projeto, foram realizadas sete chamadas públicas lançadas pela Fase, entre os anos de 2011 e 2014, para selecionar subprojetos socioambientais voltados ao apoio a pequenos produtores, comunidades quilombolas e comunidades indígenas do Xingu. Ao todo, foram apoiados 112 subprojetos no valor total de R\$ 3,1 milhões.⁶⁸

TABELA 30 | CHAMADAS PÚBLICAS LANÇADAS PELO PROJETO APOIADO

Chamadas públicas		Subprojetos apoiados	
Tipo	Nº de editais	Valor R\$	Quantidade
Pequenos produtores	3	2.602.211	91
Quilombolas	3	397.519	17
Indígenas	1	75.714	4
Total	7	3.075.444	112

Fonte: BNDES, com informações do projeto.

Devido à diversidade de atividades produtivas realizadas pelas famílias beneficiadas, o projeto apoiou um conjunto amplo de intervenções. Nos subprojetos voltados à produção sustentável e à segurança alimentar, destacam-se os investimentos em estruturas físicas de quatro usinas de beneficiamento de frutas, 21 galpões e espaços coletivos, nove casas de farinha, oito tanques de piscicultura, cinco casas de artesanato, 24 galinheiros e duas pousadas comunitárias.

Nos subprojetos destinados à recuperação de áreas degradadas, as principais ações foram a implantação de 101 SAFs e o enriquecimento de 177 quintais produtivos, com o plantio de 323 mil mudas.⁶⁹

O projeto também apoiou a inscrição de pequenas áreas no CAR, o que resultou na inscrição de 327 imóveis na região da BR-163 e na mesorregião do Baixo Amazonas.

Como parte das atividades de capacitação, foram ofertadas 24 oficinas de elaboração de subprojetos, além de 21 eventos de gestão e monitoramento e quatro seminários de avaliação externa.

⁶⁸ Para assegurar maior capilaridade ao projeto, foi estabelecido o valor máximo de R\$ 30 mil para cada subprojeto (no caso dos subprojetos direcionados às populações quilombola e indígenas do Xingu, os valores máximos eram R\$ 24 mil e R\$ 22 mil, respectivamente).

⁶⁹ Dados relativos à amostra representativa de apenas 54% dos subprojetos.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto Fundo Dema contribuíram para os resultados relacionados à componente “Produção Sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeitos diretos 1.1: Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, identificadas e desenvolvidas como afirmação do modo de vida dos povos da floresta; e 1.2: Cadeias dos produtos agroflorestais com valor socioeconômico agregado ampliado e potencializando a segurança alimentar e nutricional dos povos da floresta.

Os principais indicadores pactuados para monitorar esses objetivos foram:

- > Renda média das famílias beneficiadas pelos pequenos projetos com atividades econômicas de uso sustentável (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 2 mil por família
- > Receita obtida pelas famílias beneficiadas pelos pequenos projetos com atividades econômicas de uso sustentável (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 3,9 milhões

A produção das 1.031 famílias da amostragem com projetos produtivos (do total de 2.627 famílias beneficiadas) somou uma receita total estimada em R\$ 2,1 milhões (R\$ 3,9 milhões estimados para a totalidade dos subprojetos apoiados). O rendimento total por família beneficiada foi de cerca de R\$ 2 mil ao longo da implementação do projeto, sendo que a produção da maior parcela dos subprojetos concentrou-se no período 2015-2017.

- > Inserção no mercado local dos produtos agroflorestais decorrentes dos pequenos projetos (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 63% da produção

Em média, 63% da produção foi comercializada, destinando-se a parcela restante ao consumo de subsistência. Por valor comercial, destacaram-se a produção de polpa de frutas variadas, tais como acerola, abacaxi, buriti, cupuaçu, graviola, manga e maracujá, que alcançou, até o final do projeto, o volume de 120 toneladas. Foram produzidos também 27 mil litros de polpa de açaí, 1.600 litros de óleos diversos (andioba, babaçu, castanha-do-brasil e copaíba), 92 mil litros de farinha de mandioca, 15 toneladas de castanha-do-brasil, além de farinha de mesocarpo de babaçu, frutas *in natura*, hortaliças e galinha caipira.

Vale destacar que os resultados obtidos com a expansão da produção sustentável tiveram impacto direto na segurança alimentar e nutricional das famílias. Os executores dos subprojetos relataram ainda que a produção livre de agrotóxicos valorizou os produtos nativos e que os subprojetos apoiados ajudaram a recuperar variedades que estavam desaparecendo.

Efeito direto 1.3: Capacidade técnica ampliada no âmbito das organizações dos povos da floresta para a implantação de sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal, produção agroextrativista, gestão do território, regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais.

O indicador pactuado para o monitoramento desse objetivo foi:

- > Número de indivíduos capacitados em SAFs, manejo florestal, produção agroextrativista, gestão do território, regularização fundiária e beneficiamento de produtos agroflorestais (indicador de eficácia)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 2.842

Além das oficinas de capacitação para elaborar subprojetos e monitoramento, registraram-se 346 eventos realizados de forma descentralizada nos 112 subprojetos apoiados. No total, 2.842 pessoas participaram de pelo menos um curso ou reunião de trabalho coletivo, sendo 1.578 homens e 1.264 mulheres.

Cabe destacar a relevância do recorte de gênero na execução desse projeto. Do total de 5.448 pessoas diretamente beneficiadas em 33 municípios no estado do Pará, por meio dos 112 subprojetos implementados com a coordenação da Fase, 46% eram mulheres que desempenham papel relevante na gestão dos espaços de produção e convivência comunitária viabilizados pelo projeto.

Efeito direto 1.4: Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas como instrumentos de permanência e garantia dos territórios dos povos da floresta na Amazônia paraense.

O indicador pactuado para o monitoramento desse objetivo foi:

- > Áreas recuperadas a partir dos “pequenos projetos” apoiados pelo Fundo Dema

Meta: não definida | Resultado alcançado: 886 ha

A sistematização dos resultados do projeto revelou que, mesmo nas iniciativas cujo objetivo era a recuperação de áreas degradadas, foi observado aumento do uso de novas técnicas ou resgate de técnicas sustentáveis tradicionais, entre as quais o uso de cobertura vegetal e biomassa orgânica para proteção do solo, a produção de ração orgânica para peixes e aves, e as hortas orgânicas no sistema “mandala”, agregando avicultura e criação de abelhas.

O desmatamento no estado do Pará em 2011 foi de 3.008 km², enquanto em 2020 foram desmatados 5.257 km². Projetos que promovam a valorização da floresta em pé, por si, não têm capacidade de mudar a dinâmica do desmatamento, necessitando estar integrados com ações complementares de fiscalização ambiental e controle do desmatamento.

Aspectos institucionais e administrativos

A execução do projeto exigiu esforço de coordenação e de articulação de parcerias em torno da Fase, responsável pela execução das chamadas públicas. A estrutura organizacional e de governança da Fase/Fundo Dema foi fundamental para evitar que a capilaridade e a distribuição territorial dos subprojetos inviabilizassem sua adequada gestão. Isso foi possível pela presença de diversas organizações com foco temático ou territorial nos Comitês Gestores do Fundo Dema.

As principais organizações parceiras foram a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e a Prelazia de Xingu da Igreja Católica, na área da rodovia Transamazônica/Xingu;

a Comissão Pastoral da Terra (CPT – Prelazia de Itaituba) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Itaituba, no entorno da rodovia BR-163; o Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac) e o STTR de Santarém, na região do Baixo Amazonas; a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), na atuação com as populações quilombolas; e as representações da Pastoral Indígena da Prelazia de Itaituba e das organizações indígenas da Terra do Meio e da TI Baú, na relação com populações indígenas.

Esse conjunto de entidades parceiras ajudou as organizações proponentes dos subprojetos na promoção dos contatos e entendimentos necessários com as instituições governamentais das regiões, como prefeituras, universidades, Incra, ICMBio, Ibama, Embrapa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Fundação Nacional do Índio (Funai). Em conjunto com a Fase, toda essa articulação garantiu a execução do projeto em uma área geográfica de grande dimensão, com diferentes situações socioeconômicas e, em muitos casos, na ausência de infraestrutura de transporte e serviços adequada.

O projeto se beneficiou da cooperação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará no exame tempestivo e na dispensa de licença ambiental aos projetos sustentáveis sem riscos de impactos ambientais, o que foi facilitado por meio da implantação de um portal na internet.

Cabe registrar que a Fundação Ford cumpriu um papel estratégico no decorrer do preparo e da execução deste projeto, especialmente no apoio aos Comitês de Gestão específicos para populações quilombolas e indígenas.

Riscos e lições aprendidas

Os resultados do conjunto de subprojetos comunitários apoiados indicam que o projeto “Fundo Dema” executou de forma satisfatória as atividades previstas, tendo alcançado bons resultados. É um projeto que reforça o papel desempenhado pelas populações locais na proteção e no uso sustentável das florestas, bem como na oferta local de alimentos de boa qualidade. Povos indígenas, comunidades quilombolas, agroextrativistas e agricultores familiares residentes no entorno das florestas, quando incentivados a diversificar seus cultivos, implantar novas atividades ou resgatar práticas ancestrais nos sítios, respondem com produção diversificada, levando em conta seus interesses e suas necessidades específicas.

A realização das chamadas públicas de subprojetos em áreas indígenas foi um grande desafio, especialmente porque o período de execução do projeto coincidiu com o da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu. Os significativos recursos compensatórios exigidos dos empreendedores daquele projeto desestimularam a demanda por subprojetos com o Fundo Dema, o que levou o Comitê Gestor a desistir de realizar uma segunda chamada pública no tema.

Outra lição do projeto é a de que pequenas iniciativas coletivas geram importantes mudanças nas comunidades locais, em função da abordagem participativa que confere protagonismo às populações do campo e da floresta e às suas organizações locais.

A capacitação oferecida e o aprendizado de técnicas de gestão permitem a essas organizações comunitárias sair da informalidade, o que representa fator decisivo na sustentabilidade dos projetos.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto se beneficiou de uma avaliação externa independente contratada pela Fase e concluída em 2017. De modo geral, a sustentabilidade dos subprojetos foi avaliada como positiva, a partir de alguns fatores considerados decisivos na sua execução e gestão: (i) a forte ênfase no reforço de capacidades de atores locais e no estímulo ao trabalho conjunto entre famílias; (ii) o nível elevado de inserção dos projetos nas comunidades, cabendo destacar que um dos princípios foi o de não aprovar propostas que demonstrassem excessiva participação de assessores externos; e (iii) a participação significativa das mulheres e a valorização das iniciativas que têm por base saberes e valores comunitários e tradicionais.

Por outro lado, pesam contra a sustentabilidade das iniciativas as fragilidades existentes nas comunidades e as já destacadas pressões do entorno. Como desafios, apontaram-se ainda a necessidade de assistência técnica continuada, o difícil acesso à energia elétrica e as dificuldades com transporte e reparo de equipamentos.

Por fim, cabe informar que foi celebrada, em 2018, uma segunda operação de apoio do Fundo Amazônia à Fase para realização de novas chamadas públicas de subprojetos. A nova operação, que previu destinar 60% do valor contratado à consolidação das iniciativas que tenham alcançado resultado satisfatório neste projeto, encontra-se em execução e representa um suporte adicional à sustentabilidade das ações implementadas.



BEM VIVER SUSTENTÁVEL

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Terras indígenas (TI) Parque do Tumucumaque (PA e AP), Rio Paru d'Este (PA) e Zo'é (PA), nos municípios de Alenquer, Almeirim, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, no Pará, e Laranjal do Jari (AP)

BENEFICIÁRIOS

Populações e comunidades indígenas das TI Parque do Tumucumaque, Paru d'Este e Zo'é

OBJETIVO

Contribuir para (i) implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA); e para (ii) elaborar PGTA para a TI Zo'é (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 12.404.198,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 11.858.793,87

PERÍODO DE EXECUÇÃO

1º trimestre de 2016
ao 4º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
19.11.2015	7.1.2016	R\$ 11.858.793,87	100%



Contextualização

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), de caráter dinâmico, concebido de forma a expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas. O PGTA materializa o planejamento, pactuado por toda a comunidade indígena envolvida, do uso de seu território para fins culturais, ambientais e econômicos.

A instituição responsável pela execução do projeto apoiado, o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), é uma associação civil fundada em 2002, que atua no fortalecimento cultural e no desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas em território brasileiro, localizadas no Planalto das Guianas, fornecendo assessoria especializada e capacitação técnica diversificada a essas populações.

O projeto

O projeto “Bem Viver Sustentável” compreende dois componentes. O primeiro deles, que se refere à implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este, contempla as seguintes atividades: controle e proteção territorial; manejo e uso sustentável dos recursos naturais; capacitação e formação para gestão territorial e ambiental; e governança do PGTA, incluindo a formação de lideranças indígenas, o fortalecimento de organizações indígenas, a articulação regional e a gestão compartilhada.

Já o segundo componente, que compreende a elaboração do PGTA da TI Zo’é, congrega as seguintes ações: sensibilização e mobilização; levantamentos e pesquisas de campo; discussão, elaboração, pactuação e apresentação do PGTA, e definição de subsídios e diretrizes operacionais para povos indígenas de recente contato.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “Produção Sustentável” (1) e “Ordenamento Territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram assim definidos: 1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, identificadas e desenvolvidas nas TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d’Este (PA); 1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção sustentável nas TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d’Este (PA); 3.2 Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental com monitoramento territorial realizado.

O projeto “Bem Viver Sustentável” buscou avançar na implementação da PNGATI em TIs da Amazônia, com o arranjo de um novo PGTA, e na efetivação de dois PGTAs já existentes. As TIs e as UCs são as categorias territoriais menos desmatadas da Amazônia. O apoio à proteção territorial e a consolidação da gestão desses territórios contribuem diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia: “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto “Bem Viver Sustentável” foi estruturado em duas componentes: a primeira consistiu na implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este; e a segunda promoveu a elaboração do PGTA da TI Zo’é.

I – A primeira componente foi implementada nas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d’Este, destacando-se a seguir as principais atividades realizadas:

> Controle e proteção territorial

Foram adquiridos e entregues equipamentos para as redes comunitárias de vigilância e elaborou-se o Plano Integrado de Vigilância e Proteção das duas TIs. O projeto apoiou a realização de oito expedições de vigilância e monitoramento.

Oito bases para funcionamento das Redes Comunitárias de Monitoramento foram construídas. Estabelecidas em pontos considerados estratégicos, as bases são casas em construção tradicional, que servem para encontros e reuniões das equipes para atualizar o monitoramento territorial e ambiental, planejar as expedições e para os cursos de formação de jovens.

No âmbito das atividades de atualização de diagnósticos socioambientais sobre as TI e seu entorno, o projeto aprofundou o diagnóstico sobre mineração e garimpo no Complexo Tumucumaque e seu entorno, de forma a subsidiar a continuidade da implementação do Plano de Proteção Territorial das TIs do Tumucumaque e Rio Paru d’Este.

> Manejo e uso sustentável de recursos naturais

O projeto viabilizou oito expedições agroecológicas, indo às aldeias promover atividades de assistência técnica e de acompanhamento do extrativismo e manejo de roças, envolvendo homens, mulheres e jovens indígenas.

Ao longo de sua execução, também foram realizados estudos técnicos de viabilidade de cadeias produtivas e apoiados dois projetos comunitários concebidos a partir desses estudos: o “Projeto comunitário de apicultura na aldeia Santa Antônio” e o “Projeto de meliponicultura indígena na aldeia de Jaherai”, ambos na TI Parque do Tumucumaque. A comunidade avaliou que as práticas produtivas introduzidas têm ampliado a oferta de mel e contribuído com a segurança alimentar.

> Capacitação e formação para a gestão territorial e ambiental

Ao longo do projeto, foram realizadas 14 etapas de formação de agentes ambientais. Ao todo, 67 jovens agentes ambientais foram capacitados, no decorrer de quatro anos, nos temas de governança e participação indígena, vigilância e proteção territorial, nutrição e saúde, fortalecimento cultural, além da própria PNGATI.

Também foram ofertadas capacitações especificamente destinadas a mulheres. A oficina com a Articulação das Mulheres Indígenas Tiriyo, Katxuyana e Txikiyana (Amitikatxi) durou três dias, com debates pela manhã e oficinas de tecelagem e artesanato com miçangas no período da tarde, com a presença de cem mulheres. A oficina de Articulação das Mulheres Indígenas Wayana e Aparai (Amiwa) também

durou três dias, focando em conhecimentos tradicionais de uso de plantas medicinais, com a participação de 64 mulheres.

> Governança dos PGTA

O fortalecimento das lideranças e das organizações indígenas perpassou várias atividades do projeto, visando criar condições para a continuidade da implantação dos PGTA, que são planos de longo prazo dessas populações. Foram realizadas oficinas de capacitação em gestão para representantes das organizações indígenas, sendo que um dos temas de maior interesse nas capacitações foi concernente às questões associativas e procedimentais, para as organizações acessarem recursos via novos projetos.

> Articulação regional e gestão compartilhada

O projeto apoiou os indígenas em atividades relativas ao Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental e aos Conselhos de UCs vizinhas.

II – A segunda componente foi a elaboração do PGTA da TI Zo'é, destacando-se a seguir as principais atividades realizadas para essa finalidade:

> Etnomapeamento

Realização de etnomapeamento participativo por meio de dez expedições de levantamento e de nove oficinas na "Casa dos Mapas" Zo'é, nas quais foram trabalhadas as informações coletadas no campo, consolidando a formação dos Zo'é na preparação de seu PGTA.

> Documentação

Foi feita a documentação acerca do uso de matérias-primas, em especial o registro de saberes envolvidos na preparação de fibras e ouriços de castanheira, para adornos e redes, e na coleta de argila e fabricação de torradores, potes e panelas. Também foi documentada uma coleção de 136 objetos que fizeram parte da exposição cultural Zo'é, que aconteceu no Museu Paraense Emílio Goeldi. Esses objetos serão incorporados ao acervo do Museu do Índio.

> Pactuação

A reunião formal de pactuação do PGTA da TI Zo'é ocorreu em 2019. Estiveram presentes o coordenador da Funai, membros da equipe de saúde indígena, o procurador do Ministério Público Federal (MPF) de Santarém, além da equipe técnica do Iepé. Quanto aos indígenas, estiveram presentes cerca de cinquenta jovens e adultos, entre os quais os líderes de todos os grupos locais.

> Publicação

Depois da pactuação, procedeu-se com os trabalhos para publicação do PGTA, contemplando a revisão, edição e tradução de todos os materiais produzidos com os Zo'é ao longo de 2018 e 2019. Uma primeira tiragem de cem exemplares foi diagramada e impressa.⁷⁰

⁷⁰ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleryes/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/Iepe-PGTA-Zoe.pdf>.

A publicação é composta de quatro partes, com destaque para a segunda, que contém as diretrizes elaboradas pelos Zo'é para garantir a continuidade de seu modo de vida, além de explicitar o que esperam da atuação de seus parceiros Funai, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Iepé e outros com atuação menos direta, como o MPF.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “Produção Sustentável” (1) e “Ordenamento Territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: Atividades econômicas de uso sustentável da floresta, identificadas e desenvolvidas nas TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d’Este (PA).

- > Volume de produção *in natura* gerada pelo projeto apoiado discriminado por produto (indicador de efetividade)
Meta: sem meta predefinida | Resultado alcançado: 798 kg de mel
- > Número de oficinas de produção de artesanato realizadas (indicador de eficácia)
Meta: 4 | Resultado alcançado: 4
- > Número de projetos locais de manejo, beneficiamento e comercialização de produtos agrofloretais (indicador de eficácia)
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

O fortalecimento das atividades geradoras de renda é uma demanda indígena, sempre integrada a seus territórios e modos de vida. O projeto teve algumas ações nessa linha, com destaque para as atividades de meliponicultura e apicultura.

Efeito direto 1.3: Capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção sustentável nas TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d’Este (PA).

- > Número de mulheres capacitadas em produção de artesanato (indicador de eficácia)
Meta: 55 | Resultado alcançado: 60
- > Número de estudos técnicos para viabilizar cadeias produtivas de produtos nativos e manejo de recursos naturais (indicador de eficácia)
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

A capacitação técnica e o mapeamento das cadeias produtivas presentes nos territórios são importantes para sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. O projeto alcançou os resultados almejados nessa ação.

Efeito direto 3.2: Instituições e lideranças fortalecidas para a gestão territorial e ambiental, com monitoramento territorial realizado.

- > Número de associações indígenas fortalecidas para a gestão territorial e ambiental (indicador de efetividade)
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2
- > Publicação do PGTA da TI Zo'é (indicador de eficácia)
Meta: 1 | Resultado alcançado: 1
A publicação do PGTA é resultado de um amplo processo participativo de coleta de informações e diálogo com as comunidades indígenas.
- > Número de lideranças indígenas capacitadas para exercer o protagonismo das comunidades (indicador de eficácia)
Meta: 68 | Resultado alcançado: 70
- > Número de bases de controle e vigilância estruturadas (indicador de eficácia)
Meta: 4 | Resultado alcançado: 8
- > Número de expedições de vigilância realizadas (indicador de eficácia)
Meta: 4 | Resultado alcançado: 8
- > Número de jovens agentes ambientais capacitados (indicador de eficácia)
Meta: 40 | Resultado alcançado: 67

O controle e a gestão territorial compreendem diversas atividades e estão intrinsecamente relacionados aos modos de vida das populações tradicionais.

Aspectos institucionais e administrativos

A implementação do projeto "Bem Viver Sustentável" contou com o estabelecimento de parcerias e cooperações, em especial com as associações indígenas Apiwa e Apitikatxi e com a Funai. Outra parceria importante foi estabelecida com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), que atuou como membro do Núcleo Técnico de Implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este e apoiou a elaboração e implementação do Plano Integrado de Vigilância e Proteção Territorial das duas TIs.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, a Associação dos Povos Indígenas Wayana e Apalai (Apiwa) e a Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana, Txikuyana (Apitikatxi) se fortaleceram, assumindo responsabilidades importantes, como a distribuição de combustível para deslocamentos e execução das atividades.

Riscos e lições aprendidas

Garantir a ampla participação dos indígenas – não apenas dos caciques e das lideranças, mas também de jovens e mulheres – durante a implementação das ações do projeto foi considerado um acerto. O interesse desses grupos foi crescente ao

longo da concretização do projeto, tendo implicado, entretanto, em maiores esforços logísticos e gastos.

Outra lição aprendida foi quanto às línguas nativas. Mesmo com a experiência do Iepé na atuação com os povos indígenas falantes de línguas karib na região, houve questões linguísticas desafiadoras. Apesar de reconhecer a importância das línguas indígenas em processo de fortalecimento, as línguas que já tinham maior entendimento pelos não indígenas ou maior representatividade entre as lideranças locais prevaleceram. Em projetos com características semelhantes, deve-se valorizar o trabalho dos tradutores e tentar colocar mais pessoas nessa tarefa.

Com vistas a ofertar as oficinas sobre ocupação e uso do território que seriam integradas ao PGTA, realizaram-se algumas atividades de letramento, e ficou claro, tanto para os Zo'é quanto para as equipes do Iepé e da Funai, que não seria possível construir um PGTA sem oferecer aos Zo'é a oportunidade de se apropriar de meios de registro e comunicação, como a escrita alfabética na língua indígena, a elaboração de listas, croquis, mapas etc., detalhados segundo seus próprios critérios.

Uma dificuldade enfrentada na execução do projeto foi a inconstância na participação da Funai em suas atividades e eventos. No decorrer do projeto, a comunicação e o agendamento de atividades conjuntas com o órgão indigenista brasileiro se tornaram processos mais demorados.

Sustentabilidade dos resultados

As atividades de formação de jovens e lideranças promovem a valorização e a capacitação dos jovens indígenas de forma que eles possam contribuir com seus aprendizados para uma vida melhor no interior de suas aldeias e terras demarcadas. É comum o reconhecimento, por parte desses jovens, de que cabe a eles também compartilhar com mais pessoas os aprendizados que adquiriram, para além da dependência de reuniões e projetos. As mulheres indígenas também têm se manifestado nesse sentido, articulando-se de modo cada vez mais participativo nas assembleias.

O elevado engajamento observado nas atividades de produção sustentável indica que essas iniciativas poderão ser continuadas após o encerramento do projeto, com destaque para aquelas ligadas à apicultura e à meliponicultura. Os jovens dedicados a essas atividades têm multiplicado entre si e para outras aldeias seus aprendizados. As Articulações de Mulheres Amiwa e Amitikatxi surgiram no decorrer das atividades desse projeto, sendo que as mulheres que estão à frente dessas articulações estão motivadas com os avanços alcançados.

Em relação à proteção territorial, cabe destacar que já foram realizadas, após o término do apoio do projeto, expedições de fiscalização autônomas pelos próprios indígenas, devidamente registradas e compartilhadas com os órgãos competentes (Funai e o Ideflor-Bio), o que aponta a permanência de benefícios advindos do projeto.

CONHECER PARA CONSERVAR

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Museu da Amazônia (Musa)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Município de Manaus, estado do Amazonas

BENEFICIÁRIOS

População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes e professores da rede pública e privada do estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais

OBJETIVO

Apoiar a implantação do Museu da Amazônia (Musa) e de um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando disseminar conhecimentos que contribuam para valorizar e conservar recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 10.394.822,12

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 9.984.629,00

PERÍODO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2011
ao 4º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
30.11.2010	1.9.2011	R\$ 9.984.629,00	100%



Contextualização

A Reserva Florestal Adolpho Ducke, na periferia de Manaus, vem sendo estudada sistematicamente há mais de trinta anos, sobretudo pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e conta com uma ampla documentação sobre sua biodiversidade, seus ecossistemas florestais e aquáticos e suas interações bióticas e abióticas. Lá foi instalado o Museu da Amazônia (Musa).

Outra parte do projeto foi realizada em um assentamento rural contíguo à Reserva Florestal Adolpho Ducke, o Assentamento Água Branca. Essa área é um “corredor ecológico” de ligação entre a Reserva Florestal Adolpho Ducke e o lago do Puraquequara. Grande parte das propriedades que lá se encontram está coberta por floresta nativa. No entanto, se não forem tomadas medidas para assegurar a manutenção desse corredor ecológico, a reserva corre o risco de ter seu valor de conservação reduzido pela fragmentação florestal e o isolamento de sua biota.

O projeto

O Musa, implantado com o apoio do Fundo Amazônia, promove um modelo inovador de visitação à floresta e de disseminação do conhecimento sobre a Amazônia. Sua proposta é oferecer experiências que permitam ao visitante entrar em contato com a diversidade biológica e sociocultural da região. Para tanto, o Musa se baseia no conceito de “museu vivo” da sociobiodiversidade, embasado nos conhecimentos adquiridos pelos pesquisadores das instituições científicas brasileiras e internacionais que realizam pesquisas na região amazônica.

O projeto “Conhecer para Conservar” estruturou um complexo de pavilhões, tanques, trilhas, passarelas suspensas, estações e uma torre de observação da floresta na Reserva Florestal Adolpho Ducke. Também apoiou a estruturação de um centro de treinamento e de capacitação no assentamento Água Branca. O objetivo foi fortalecer a bioeconomia da área de intervenção, fomentando um modelo demonstrativo de atividades econômicas que valorizassem a “floresta em pé”, com possibilidade de gerar renda e melhorar as condições sociais. Foram beneficiadas diretamente 36 famílias residentes no assentamento Água Branca.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “Produção Sustentável” (1) e “Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram definidos como: 1.3 Capacidades gerencial e técnica dos assentados e de visitantes do centro de treinamento ampliadas para a utilização sustentável da biodiversidade do bioma Amazônia; e 4.1 Conhecimentos sobre o bioma Amazônia difundidos para conscientizar a população quanto à temática socioambiental e para promover o turismo regional.

O projeto “Conhecer para Conservar” buscou ampliar o conhecimento sobre o bioma Amazônia e sua história natural e social, de modo que a sociedade possa valorizar e

contribuir para conservar a floresta, sua biodiversidade e o patrimônio cultural de seus povos. Visou, ainda, promover a produção sustentável por meio do conhecimento, voltado ao desenvolvimento social, bem como a geração de renda local por meio do turismo de natureza, colaborando para atingir o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em dois componentes: o primeiro consistiu em implantar um “museu vivo” da sociobiodiversidade amazônica na Reserva Florestal Adolpho Ducke – o Museu da Amazônia (Musa); e o segundo promoveu a construção de um centro de treinamento agroflorestal (CTA) no assentamento Água Branca, em Manaus, área contígua à reserva.

No primeiro componente, foram desenvolvidas as seguintes atividades principais: construção de torre de observação, de três trilhas e estações de observação da floresta, de passarela suspensa, de laboratórios para captação, edição e transmissão de imagens, de tendas para exposição e da recepção do museu, além da compra de equipamentos de gravação, edição e transmissão de imagens, e veículo utilitário. Em novembro de 2014, foi iniciada a cobrança da visita às instalações do Musa, à torre de observação e às trilhas guiadas.

O Musa, com sua imponente torre de observação, se tornou uma das principais atrações turística de Manaus. A torre de aço, com seus 42 m de altura, 242 degraus e 81 m² de base, rivaliza com as grandes árvores da floresta. As três plataformas, localizadas a 14, 28 e 42 m de altura, permitem que cerca de trinta visitantes, distribuídos nos diferentes níveis, observem a maior floresta tropical do mundo.

No componente dois, os investimentos em infraestrutura contemplaram a construção de instalações do CTA, a aquisição de trator e equipamentos, bem como a preparação de áreas de cultivo agrícola e de manejo de produtos florestais. Também foram ministrados diversos cursos para os agricultores familiares do assentamento Água Branca, onde está localizado o CTA, que ampliaram a comercialização da produção inicialmente em feiras e, com a chegada da pandemia de Covid-19, com encomendas pela internet.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “Produção Sustentável” (1) e “Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para monitorar os efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.3: Capacidades gerencial e técnica dos assentados, e de visitantes do centro de treinamento, ampliadas para a utilização sustentável da biodiversidade do bioma Amazônia.

- > Número de cursos realizados (indicador de eficácia)

Meta: 5 | Resultado alcançado: 6

O projeto alcançou sua meta de realização de cursos no CTA, com capacitação em coleta de sementes, identificação botânica, manejo de SAFs e criação agroecológica de aves. É interessante ressaltar que a infraestrutura implantada permitiu realizar vários outros cursos e atividades financiados por outros projetos e parceiros do Musa.

- > Número de indivíduos capacitados (indicador de eficácia)

Meta: 80 | Resultado alcançado: 305

Com a criação de infraestrutura adequada, o CTA realizou diversos cursos e outras atividades de capacitação. O público participante dessas atividades compreendeu 17 assentados do próprio Assentamento Água Branca, 38 indivíduos oriundos de outros assentamentos próximos e 250 de origens variadas.

Esse número de capacitados decorreu da utilização do CTA por outros projetos e iniciativas do Musa, o que foi uma externalidade do projeto, já que inicialmente a criação do centro de treinamento tinha como público-alvo a população do Assentamento Água Branca. A ampliação do uso do CTA para outras capacitações na temática agroflorestal é bastante positiva.

Efeito direto 4.1: Conhecimentos sobre o bioma Amazônia difundidos para a conscientização da população quanto à temática socioambiental e para a promoção do turismo regional.

- > Número anual de visitantes recebidos pelo Musa (indicador de efetividade)

Meta: 31.200 | Resultado alcançado: 37.700

As medições das entradas de visitantes, que eram feitas por estimativa, começaram a ser aferidas em 2013, quando foram contabilizados 15.600 visitantes. A partir de então, o número foi evoluindo positivamente até chegar a 37.700 visitantes em 2017. Além de ampliar o número de visitantes, um importante marco da evolução da sustentabilidade do Musa foi o início da cobrança de ingressos a partir do final de 2014.

Aspectos institucionais e administrativos

As principais parcerias que possibilitaram a criação do Musa foram estabelecidas com os seguintes órgãos: (i) Governo Federal, com a cessão por 15 anos de área de 100 ha, nas margens da Reserva Ducke em Manaus; (ii) Incra, com a cessão de área de 30 ha para a criação do CTA; (iii) Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que custeou despesas de infraestrutura, pessoal administrativo e de preparação das primeiras exposições e dos locais de visitação.

Após a estruturação inicial provida pelo projeto, o Musa também obteve recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de empresas privadas, por meio de incentivos da Lei Rouanet, que permitiram a montagem das exposições

Peixe e Gente e Aturás – Mandiocas – Beijus. Outro parceiro em projetos no CTA foi o Programa Ecomudança do Itaú-Unibanco, em parceria com o Instituto Ekos Brasil.

Riscos e lições aprendidas

No início do projeto, os valores apresentados pelas construtoras para as obras excederam muito os originalmente previstos. Foi necessária uma pesquisa extensa para encontrar valores compatíveis com os orçados, especialmente para a torre de observação. Houve ajustes para reduzir o custo da torre e foi feita a compra direta de matéria-prima para viabilizar sua construção.

Ao longo do projeto, os períodos de chuvas causaram atrasos na execução das obras, uma vez que as condições de trabalho inviabilizaram a operação de máquinas e equipamentos. Esses períodos também impactaram o ritmo de atividades do CTA, cujo acesso dependia das condições precárias da estrada.

Também ocorreram atrasos na construção da torre e de outras estruturas do Musa, o que inviabilizou o início das atividades na data prevista, impactando negativamente o custeio das atividades do museu.

O custeio de museus é um desafio permanente do setor. No início de suas atividades, o Musa não dispunha de uma fonte estável de custeio. Por conta disso, aprovou-se uma suplementação de recursos do Fundo Amazônia ao projeto, que permitiu custear as atividades do museu até seu pleno funcionamento, quando a cobrança de ingressos fortaleceu seu fluxo de caixa.

Sustentabilidade dos resultados

A arrecadação com a cobrança de ingressos para visitas ao Musa passou a ter um peso significativo no balanço financeiro da instituição. O número de visitantes aumentou progressivamente de 37.700 visitantes em 2017 para 68.800 visitantes em 2019.

O aumento nas visitas foi acompanhado de acréscimo na arrecadação, com incremento de 165% das receitas nesse mesmo período (entre 2017 e 2019), considerando tanto a arrecadação com ingressos como outras entradas de recursos.

Após o término do projeto, continuaram sendo feitos investimentos na melhoria da infraestrutura do museu. Entre outros aspectos, incluíram abertura de nova trilha e aumento das trilhas já existentes, ampliação do Orquidário, construção do entorno do Lago das Vitória-Régias (*Victoria amazonica*), criação da Trilha Sensorial, reformas do serpentiário, do fungário e do borboletário.

A pandemia da Covid-19 impactou as atividades do Musa em 2020, uma vez que o museu não recebeu visitantes e, conseqüentemente, não obteve receita de ingressos por cerca de três meses. Em 2021, apesar de ter permanecido fechado no início do ano, o museu encontrou formas de reduzir custos e aumentar sua visitação e receita, com a inauguração da exposição “Passado Presente – Dinos e Sauros da Amazônia”.

O Musa ganhou o prêmio Travellers' Choice 2021, do *site* de viagens Tripadvisor,⁷¹ o que é uma informação qualitativa relevante, além de ter ocupado a terceira posição no *ranking* de atrações turísticas de Manaus, ficando atrás apenas do Teatro Amazonas e do "Encontro das Águas",⁷² segundo classificação dos próprios viajantes registrados nessa plataforma de viagens. Dessa forma, o Musa contribui para o aumento do tempo de permanência dos turistas na cidade e, conseqüentemente, para maior geração de renda e arrecadação de impostos no estado do Amazonas.



⁷¹ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303235-d2364476-Reviews-Museu_da_Amazonia_MUSA-Manaus_Amazon_River_State_of_Amazonas.html.

⁷² Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g303235-Activities-a_allAttractions.true-Manaus_Amazon_River_State_of_Amazonas.html.

CAPACITAR PARA CONSERVAR

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Unidades de Conservação no estado do Amapá

BENEFICIÁRIOS

Gestores e membros dos conselhos de gestão de UCs e moradores dessas unidades e seus entornos

OBJETIVO

Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 1.404.360,67

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 1.404.360,67

PERÍODO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2015
ao 4º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
23.9.2014	2.12.2014	R\$ 1.404.360,67	100%



Contextualização

As UCs têm um papel estratégico na redução do desmatamento. Porém, a gestão dessas unidades constitui um grande desafio em toda a Amazônia, dadas as dimensões de seus territórios e a limitação de recursos disponíveis para sua conservação. No Amapá, estado em que tais unidades ocupam 62% do território, essa questão tem particular relevância.

As UCs do estado do Amapá são federais, estaduais e municipais, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais; já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Ao longo da sua experiência em projetos de atuação junto a UCs, a Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) identificou, como uma das principais deficiências, o nível de conhecimento insuficiente dos agentes ambientais e dos gestores das unidades em temas como relações comunitárias, comunicação, uso de ferramentas para planejamento da gestão de UCs, produção de informação, bem como monitoramento e avaliação de ações nessa temática.

O projeto

O projeto teve como objetivo formar agentes ambientais e gestores visando consolidar a gestão das áreas protegidas no estado do Amapá. Para tanto, foram estruturados cursos de formação e capacitação de agentes ambientais e guarda-parques voltados a um público amplo e, especificamente, para gestores e membros dos conselhos de gestão das unidades, cursos avançados com foco no aprimoramento da implementação de políticas públicas em UCs.

A organização responsável pela execução do projeto foi a Ecam, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) criada em 2002 e que atua junto a povos indígenas e comunidades tradicionais, visando conservar o meio ambiente e o manejo sustentável de seus territórios. A Ecam realiza projetos nos estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Pará.

Para apoiá-la na definição dos temas a serem ministrados, na divulgação junto ao público interessado e na realização dos cursos, a Ecam contou com a parceria do ICMBio, da Universidade Federal do Amapá (Unifap), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá (Sema-AP) e do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF).

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “Ordenamento Territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto foi definido como: “Gestão aprimorada das UC federais e estaduais no estado do Amapá”.

A capacitação de agentes ambientais e gestores de UCs que atuam na proteção das unidades contribui para reduzir a perda de cobertura vegetal nessas áreas protegidas

e, portanto, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado com o objetivo de promover, por meio de ações formais de capacitação, a eficiência na gestão de UCs e reduzir a carência de recursos humanos capacitados para essa finalidade.

As ações foram divididas em duas categorias, sendo a primeira destinada ao treinamento do público em geral, conforme critérios de representatividade das UCs presentes nos editais, por meio de seis edições de cursos de formação de agentes ambientais e guarda-parques, enquanto a segunda consistiu em dois cursos avançados (denominados cursos *master*) para tomadores de decisão, gestores experientes de unidades e agentes ambientais que se destacaram na capacitação do módulo formação de agentes ambientais.

Os seis cursos de agentes ambientais tiveram como público-alvo pessoas que atuam na proteção e gestão de UC, podendo ser de instituições públicas ou privadas e, até mesmo, moradores das unidades e de suas proximidades. Os treinamentos cobriram um amplo escopo de temas, como cartografia básica, noções de GPS, resgate aquático, legislação ambiental, mudanças climáticas, prática de vigilância e prevenção e combate a incêndios, entre outros.

Com relação ao curso *master* destinado a gestores e membros dos conselhos de gestão das UC, foram realizadas duas edições, cada uma com duração de 12 dias. Os conteúdos abordados envolveram aspectos teóricos e práticos, inclusive o acompanhamento, por meio da divisão das turmas em grupos de trabalho, dos territórios selecionados da Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha, Araguari, Cunani, Florestas do Amapá, Mappinguari, Parna do Tumucumaque, Rebio do Lago Piratuba e Rebio Parazinho.

Cada grupo tinha em sua composição ao menos um servidor (funcionário público) de UC, sendo, em sua maioria, comunitários que apoiam as ações nos referidos territórios. Ao final, os alunos elaboraram sete planos estratégicos contendo estruturação de ações para resolver problemas percebidos em suas unidades, que englobam desde a prática de educação ambiental, como conscientização para coleta de lixo, até a preservação de espécies vulneráveis.

As demais atividades realizadas se relacionaram à divulgação do projeto e dos seus resultados. Como as inscrições para participar dos treinamentos eram públicas, foi necessário disponibilizar no *site* da Ecam os editais e demais informações relevantes para cada edição do projeto. Adicionalmente, foram produzidas reportagens pela equipe de jornalismo da TV Amapá, um vídeo sobre o projeto no YouTube e a divulgação por meio das redes sociais.⁷³

⁷³ As informações do projeto também podem ser encontradas em <http://ecam.org.br/projetos-sociais/>.

Com o apoio do Fundo Amazônia, também foi produzida publicação sobre o projeto intitulada: *Olhares e diálogos para a gestão territorial: formação de guarda-parques comunitários para a conservação em áreas protegidas*.⁷⁴

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “Ordenamento Territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 3.1: “Gestão aprimorada das unidades de conservação (UC) federais e estaduais no estado do Amapá”.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento deste objetivo foram:

- > Número de indivíduos formados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas – cursos de agentes ambientais – especificados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 150 | Resultado final: 123 (82,0 % da meta – 36 mulheres e 87 homens)
- > Número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas – cursos *master* – especificados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 50 | Resultado final: 38 (76% da meta – 15 mulheres e 23 homens)
- > Número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos – cursos de agentes ambientais e cursos *master* – especificados por gênero (indicador de efetividade)
Meta: 200 | Resultado final: 161 (80,5 % da meta – 51 mulheres e 110 homens)

As metas de capacitação foram traçadas como balizador para os resultados esperados e foram importantes no processo de planejamento do projeto. Embora a composição das turmas fosse proveniente de processos públicos de seleção, havia exigências impostas pelos editais aos candidatos à capacitação, podendo ser considerado como satisfatório o percentual de realização das metas entre 75% e 80%.

- > Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental fortalecida e/ou com o controle de seu território fortalecido
Meta: 18,7 milhões ha | Resultado final: 8,9 milhões ha (48% da meta)

Em relação à abrangência territorial das UCs às quais os alunos selecionados para as ações de capacitação deveriam estar vinculados, a meta ficou abaixo do esperado. Isso se explica pelas exigências da seleção pública, na qual não foi possível garantir que todas as UCs do estado tivessem representantes.

Na Tabela 31, apresenta-se a evolução do desmatamento nos últimos sete anos nas áreas afetadas pelo projeto. Observa-se que o Amapá, em comparação com outros

⁷⁴ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/Ecam-Olhares-Dialogos-Gestao-livro.pdf>.

estados da Amazônia Legal, apresenta os menores índices de desmatamento, o que se explica, em parte, pela área relevante de UCs em relação à área total do território.

O desmatamento médio verificado em UCs federais e estaduais no estado do Amapá foi aproximadamente 5,2 km²/ano, no período de 2015 a 2020, comparado com a linha de base do projeto de 6,6 km²/ano em 2014. A melhoria constante desse indicador depende da continuidade de projetos voltados à proteção e ao uso sustentável da floresta, conjugados com a atuação permanente das comunidades e entidades representativas locais.

TABELA 31 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NAS UCS NO ESTADO DO AMAPÁ (2014-2020, EM KM²)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Desmatamento em UCs federais e estaduais no Amapá	6,62	4,85	3,07	5,25	7,33	7,45	3,43

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>

Aspectos institucionais e administrativos

Ao longo da execução do projeto, a Ecam conseguiu atrair e mobilizar diversos parceiros além dos já anteriormente mencionados, com destaque para a Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), a Associação Brasileira de Guarda-parque (ABG), o Instituto de Pesquisas Científicas e Ecológicas do Amapá (Iepa), o World Wildlife Fund (WWF) e a Unifap, que emitiu certificados para os alunos que concluíram os cursos ministrados pelo projeto.

O amplo conteúdo programático dos cursos favoreceu a articulação dessas parcerias e representou uma oportunidade de construir redes de contato e conhecimento para os participantes.

No que se refere aos aspectos administrativos, merecem destaque os investimentos do projeto nos itens associados à comunicação, permitindo à Ecam realizar os módulos a distância previstos nos cursos *master* para gestores.

Riscos e lições aprendidas

A execução do projeto ocorreu de forma faseada em seis cursos, o que permitiu à Ecam fazer ajustes para potencializar os resultados esperados. Na formação das primeiras turmas, por exemplo, identificou-se que a participação das mulheres em resposta aos editais estava baixa. Esse fato acabou sendo objeto de um módulo específico de debate na terceira turma, à qual foi solicitada a tarefa de divulgar o edital para o público feminino de suas localidades após o retorno às comunidades. Essa ação resultou no aumento significativo da participação de mulheres nas turmas subsequentes.

Outra lição aprendida para futuros projetos diz respeito à abrangência territorial. É desejável que sejam pensadas regras de seleção que contemplem a participação e meta de agentes capacitados para todas as UCs do estado. Isso poderia ser feito por

meio de adaptação nos editais que considerassem as particularidades de cada região do entorno das áreas protegidas e, também, pelo mapeamento prévio de potenciais candidatos, ajustando as exigências e os conteúdos a serem abordados nos cursos.

Sustentabilidade dos resultados

Os cursos possibilitaram renovar e fortalecer a rede de guarda-parques no estado do Amapá, o que representa um importante ganho para a conservação das UCs. Cabe observar que o grupo apoiado pelo projeto integrou uma rede de, aproximadamente, 450 guarda-parques formados no estado do Amapá ao longo de edições anteriores do projeto Capacitar para Conservar.

Após os treinamentos, os participantes atuaram em diversas ações voluntárias em vários municípios do estado, que confirmaram o reconhecimento de seu papel de agentes ambientais na região, além de operarem na região como guarda-parques, por exemplo, no Bioparque da Amazônia Arinaldo Gomes Barreto, em Macapá.

Por fim, cabe destacar os efeitos indiretos do projeto e a incorporação de seus conteúdos em iniciativas de política pública regional, tais como: (i) adoção do currículo desenvolvido pelo projeto como um dos critérios de contratação para novos brigadistas de UCs pelo ICMBio; (ii) utilização dos conhecimentos adquiridos em ações para gerar renda aliada à conscientização sobre a conservação da biodiversidade, de que é exemplo a estruturação de um modelo de negócios de ecoturismo no município de Serra do Navio (AP) por aluno capacitado no projeto; e (iii) o fortalecimento institucional da Associação de Guarda-parques do Amapá (AGPA), que contou com participação relevante de alunos do projeto na elaboração de vídeo institucional a partir da capacitação nas oficinas audiovisuais que integravam o conteúdo dos cursos.⁷⁵



⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oWy1ZcJ18Mk>.

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Municípios do bioma Amazônia

BENEFICIÁRIOS

Funcionários dos órgãos de administração municipal voltados à gestão ambiental local dos 529 municípios dos nove estados do bioma Amazônia

OBJETIVO

Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e à articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 19.620.429,22

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 18.853.482,32

PERÍODO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2013
ao 1º trimestre de 2021

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
18.12.2012	5.2.2013	R\$ 18.853.482,32	100%



Contextualização

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que atua no Brasil e no exterior, principalmente em países latino-americanos e africanos de língua portuguesa. O Ibam opera com vistas a introduzir boas práticas de gestão em governos municipais e aprimorar as relações federativas e os processos de descentralização da gestão no país, principalmente por meio de cursos, pesquisas e assessoria a governos.

Um dos focos de atuação do Ibam se concentra em auxiliar a consolidação de atores locais – governo e sociedade – como agentes de melhoria da qualidade ambiental dos municípios e das condições de vida dos cidadãos.

O instituto busca promover o desenvolvimento institucional dos municípios por meio do fortalecimento de suas capacidades de formulação de políticas públicas, prestação de serviços de qualidade ao cidadão e de estímulo ao desenvolvimento local.

O projeto

O projeto “Programa de Qualificação da Gestão Ambiental” (PQGA) teve como principal objetivo fornecer, predominantemente por meio da tecnologia da educação a distância, capacitação em gestão ambiental a servidores públicos e a representantes da sociedade civil, além de propiciar a troca de experiências entre os participantes. Também promoveu eventos presenciais com vistas à sensibilização sobre a importância dos temas ambientais para os integrantes do poder legislativo municipal, público-alvo importante na formulação das políticas locais.

O PQGA disponibilizou conteúdo técnico-jurídico a municípios da Amazônia Legal por meio de um portal na internet, contando inclusive com possibilidade de consulta a especialistas contratados pelo projeto. Também propiciou acesso a estudos e conhecimentos relacionados à gestão ambiental.

Realizou ainda um concurso para premiar os municípios que se destacaram na sua atuação para preservar recursos naturais e para o desenvolvimento local sustentável, bem como promoveu atividades presenciais com municípios e estados visando fomentar a descentralização da gestão ambiental.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “Monitoramento e Controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. O efeito direto esperado pelas ações do projeto foi assim definido: 2.1 “Instituições municipais de monitoramento, controle e responsabilização ambiental mais bem qualificadas para exercer a gestão ambiental”.

As ações apoiadas pelo projeto visaram prevenir o desmatamento ao contribuir para que as ações governamentais nos municípios do bioma Amazônia assegurem a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental, ou seja, que as atividades produtivas estejam em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

Atividades realizadas

As atividades e entregas efetuadas pelo projeto podem ser agrupadas em seis componentes, a saber:

- i) Capacitação com foco na gestão ambiental para os municípios que integram o bioma Amazônia

As principais atividades realizadas nesse componente foram: (i) construção dos módulos de capacitação, com estruturação da proposta pedagógica, customização da plataforma tecnológica a ser utilizada, elaboração dos conteúdos, identificação dos temas de interesse dos técnicos dos órgãos municipais de meio ambiente (OMMA) e produção dos materiais didáticos; e (ii) gestão acadêmica, que envolveu o acompanhamento das turmas, a formação continuada de tutores e outras ações, como ligações telefônicas e envios de mensagens para incentivar a participação do público-alvo.

Ao todo, foram ofertados, ao fim do PQGA, 201 cursos em 17 temas, sendo que os cinco cursos realizados com maior frequência foram: Licenciamento Ambiental Municipal, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Gestão Ambiental Municipal, Introdução à Geotecnologia e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Nessa ação, participaram 420 municípios dos nove estados do bioma Amazônia, com a capacitação de 7.706 pessoas, sendo 4.627 servidores públicos.

- ii) Encontros com o Poder Legislativo municipal

Foram realizados 21 encontros em sete estados da Amazônia, com a participação de 1.683 pessoas, sendo 1.230 vereadores e 453 assessores. As articulações com as entidades representativas dos vereadores foram importantes para a divulgação dos encontros.

A partir da análise das informações levantadas, foram elaboradas palestras educativas, foi editado e publicado o livro *O vereador e a Câmara Municipal*, e redigidos um módulo no curso dedicado ao poder legislativo e uma proposta de emenda à Lei Orgânica dos Municípios. Ocorreram encontros em dois formatos: “Encontros regionais”, que promoveram a participação efetiva dos vereadores e assessores em discussões sobre as questões ambientais relevantes para os municípios, e “Encontros estaduais”, que contaram com a participação de integrantes de órgãos estaduais, como Tribunal de Contas, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Ministério Público.

- iii) Orientação técnico-jurídica aos governos municipais

Foram elaborados 1.813 pareceres jurídicos inéditos e cinquenta notas técnicas. O projeto cadastrou 449 municípios que acessaram o portal do PQGA. Foram realizados 10.266 *downloads* de documentos, considerando tanto os novos materiais elaborados pelo PQGA como a base de publicações do Ibam.

As notas técnicas que despertaram maior interesse do público foram sobre os temas: “Política Municipal de Meio Ambiente”, “Instrumentos Específicos, Controle Ambiental e Promoção de Práticas Sustentáveis e de Incentivos Econômicos”, representando cerca de 75% do total de *downloads*.

iv) Comunidades de aprendizagem

O projeto criou comunidades de aprendizagens com o intuito de promover a integração dos gestores e equipes técnicas dos diversos órgãos ambientais municipais do bioma Amazônia. Buscou estimular a aproximação desse público e incentivar a troca de materiais, conhecimentos e soluções na área ambiental, por meio de mecanismos de interação no meio digital.

As comunidades federativas (CF) reuniram membros de 306 municípios e um total de 520 participantes do Poder Executivo. Já as comunidades temáticas (CT) reuniram 231 participantes e foram concebidas para proporcionar meios de capacitação continuada para os egressos de cursos do PQGA, incentivando desdobramentos e aprofundamentos técnicos dos conteúdos.

v) Premiação de boas práticas municipais

O projeto organizou a premiação de boas práticas ambientais em cinco categorias: (i) ordenamento territorial e fundiário; (ii) monitoramento, controle e recuperação ambiental; (iii) produção sustentável e incentivos destinados à conservação; (iv) governança socioambiental; e (v) educação ambiental. Para cada categoria, foram premiados dois projetos – um de governos municipais e outro de organizações da sociedade civil. No total, foram apresentadas 140 iniciativas de 58 municípios distintos, sendo que, dessas propostas, 61 foram habilitadas pela comissão de seleção.

Além das dez práticas premiadas, foi conferido certificado de reconhecimento de mérito às 51 práticas habilitadas, como previsto no regulamento. Apresentam-se a seguir as práticas premiadas.

TABELA 32 | VENCEDORES DA PREMIAÇÃO EM BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

Categoria	Governo municipal	Organização da sociedade civil
Ordenamento territorial e fundiário	Regularização e adequação ambiental em imóveis rurais relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural Prefeitura Municipal de Cotriguaçu	Fórum Diálogo Amazonas: regularização fundiária urgente! Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
Monitoramento, controle e recuperação ambiental	Processo participativo de recuperação ambiental das nascentes contribuintes do sistema municipal de abastecimento Prefeitura Municipal de Paranaíta	Programa de monitoramento participativo nas unidades de conservação do programa Bolsa Floresta (PPDUC) Fundação Amazonas Sustentável (FAS)
Produção sustentável e incentivos destinados à conservação	Projeto conservador das águas de Brasil Novo/Pará Prefeitura Municipal de Brasil Novo	Implantação da cadeia produtiva da madeira na Resex Ituxi Instituto Floresta Tropical (IFT)
Governança socioambiental	Sinop sem fogo – Projeto Paranka de prevenção e combate às queimadas Prefeitura Municipal de Sinop	Governança socioambiental no Marajó Instituto Floresta Tropical (IFT)
Educação ambiental	Sala verde caeteuara Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Bragança	Formar florestal Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Fonte: Ibam.

vi) Descentralização da gestão ambiental

Foram realizados 13 encontros entre governos estaduais e municipais, com a participação de 280 pessoas. O PQGA identificou que o maior obstáculo para a descentralização da

gestão ambiental é a capacidade limitada da maioria dos municípios da região de exercer efetivamente suas funções no controle ambiental. Considerando essa restrição, buscou-se ampliar o diálogo entre estados e municípios no tema.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “Monitoramento e Controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento do efeito direto previsto.

Efeito direto 2.1: Instituições municipais de monitoramento, controle e responsabilização ambiental mais bem qualificadas para exercer a gestão ambiental.

- > Número de servidores capacitados (indicador de eficácia)
Meta: 604 | Resultado alcançado: 4.627
- > Número de municípios utilizando o treinamento a distância em gestão ambiental (indicador de eficácia)
Meta: 302 | Resultado alcançado: 420

A ação de ensino a distância, que era uma das principais ações do PQGA, conseguiu superar em 667% a meta de servidores capacitados, alcançando 4.627 pessoas.

- > Número de encontros presenciais com representantes das Câmaras Municipais realizados (indicador de eficácia)
Meta: 12 | Resultado alcançado: 21
- > Número de vereadores participantes dos eventos presenciais de sensibilização em temas ambientais (indicador de eficácia)
Meta: 468 | Resultado alcançado: 1.230 (indicador de eficácia)
- > Número de acessos à comunidade virtual de aprendizagem (indicador de eficácia)
Meta: 644 | Resultado alcançado: 682
- > Número de acessos ao portal na internet (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 8.419
- > Número de orientações técnico-jurídicas prestadas aos municípios abrangidos pelo projeto (indicador de efetividade)
Meta: 1.510 | Resultado alcançado: 1.813

A assessoria jurídica prestada pelo PQGA respondeu 20% a mais de consultas no portal na internet que a meta estabelecida no projeto.

- > Número de ações/projetos inscritos na premiação (indicador de eficácia)
Meta: 35 | Resultado alcançado: 140

A alta adesão à premiação de boas práticas municipais, com quatro vezes mais inscritos que a meta, foi um resultado expressivo que indica que o projeto alcançou boa presença nos municípios da região.

- > Número de encontros entre os governos municipais e estaduais realizados e ações de apoio à descentralização
Meta: 9 | Resultado alcançado: 11 (indicador de eficácia)
- > Número de indivíduos participantes dos encontros com representantes dos governos estaduais e municipais do bioma Amazônia e participantes das oficinas
Meta: 180 | Resultado alcançado: 925 (indicador de eficácia)

Aspectos institucionais e administrativos

Depois de um trabalho inicial de sensibilização, foi lançado oficialmente o programa de qualificação da gestão ambiental nos estados do bioma Amazônia, com as primeiras adesões dos municípios. A manutenção e o fortalecimento das relações com os municípios, estados e parceiros locais foram desafios contínuos ao longo do projeto.

O PQGA adotou, como estratégia de mobilização para executar o projeto nos estados, a articulação com organismos governamentais, entes municipalistas e instituições da sociedade civil organizada. Nesse sentido, foram firmados, ao longo dos cinco anos de sua execução, termos de cooperação técnica e institucional que contribuíram para atingir os resultados, bem como a construção de uma rede de parceiros na região, a saber:

- > secretarias estaduais de meio ambiente;
- > associações estaduais de municípios;
- > Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);
- > Programa Municípios Verdes (PMV/PA);
- > Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep);
- > Fórum Permanente de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Pará (Fopesmma);
- > Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis;
- > Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam);
- > Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- > Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas (Fopes);
- > Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam);
- > Centro de Cooperação Técnica do Interior (Ccoti);
- > União de Câmaras e Vereadores de Rondônia (Ucaver);
- > Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam);
- > Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma);
- > Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam);

- > Rede de Capacitação da Amazônia (Recam);
- > Fórum das Capitais Brasileiras; e
- > Rede Brasileira de Jardins Botânicos.

Riscos e lições aprendidas

O projeto trabalhou diretamente com diferentes agentes do poder público na esfera municipal. Relatou que foi constatada a importância de oferecer mais oportunidades para que os participantes do Poder Legislativo apresentem suas opiniões sobre as questões ambientais locais, apesar das dificuldades representadas pela heterogeneidade no acesso à informação desse público. Verificou-se que o sucesso dos encontros presenciais depende tanto da organização das atividades e dos conteúdos abordados quanto da mediação de conflitos.

Já nas atividades de menor porte, o engajamento de outros atores, como os participantes das comunidades de aprendizagem e conselheiros municipais de meio ambiente, foi importante para qualificar as discussões sobre a agenda ambiental.

Observou-se que integrar atividades de qualificação da gestão ambiental aos grandes encontros de gestores municipais, organizados por outras instituições, é uma oportunidade de minimizar custos, inclusive relacionados ao deslocamento do público para esses eventos.

Sustentabilidade dos resultados

A metodologia utilizada no PQGA poderá ser replicada em novos programas de promoção da gestão ambiental em outros biomas brasileiros. O conhecimento transmitido sobre gestão ambiental aos funcionários das administrações municipais e aos membros e funcionários dos legislativos municipais da Amazônia foi incorporado e poderá ser retransmitido a novos funcionários públicos na esfera municipal que necessitem desses conhecimentos.

O PQGA incorporou as novas tecnologias e mídias sociais para mobilização, comunicação e articulação de suas atividades. O programa se beneficiou dessa janela de oportunidade representada pelo surgimento dos aplicativos de comunicação em tempo real em *smartphones*. Com isso, entraves que historicamente levaram à situação de isolamento de muitos municípios na região Amazônica puderam ser vencidos, reduzindo parte dos efeitos negativos das distâncias e carências de infraestrutura. Desse modo, além de atender em escala, o PQGA gerou redes de intercâmbio nos estados, que deverão continuar rendendo frutos após a conclusão do projeto.

Toda a produção técnica do PQGA (publicações, pareceres, boas práticas, cadernos de estudo, além de outros documentos e arquivos sobre gestão ambiental) foi reunida pelo Ibam e está disponível no Armazém de Documentos⁷⁶ para acesso livre e gratuito a todos os interessados, permitindo que o projeto siga apoiando a gestão ambiental do país.

⁷⁶ Disponível em: <http://amazonia.ibam.org.br/armazem>.

SEMEANDO NOVOS RUMOS EM COTRIGUAÇU

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Município de Cotriguaçu

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Município de Cotriguaçu,
no noroeste do estado de
Mato Grosso

BENEFICIÁRIOS

População do município de Cotriguaçu (MT)

OBJETIVO

Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da:
(i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
(ii) recuperação de áreas de preservação permanente (APP) degradadas em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 1.638.897,19

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 1.567.845,25

PERÍODO DE EXECUÇÃO

3º trimestre de 2015
ao 3º trimestre de 2020

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
22.7.2014	2.12.2014	R\$ 1.567.845,25	100%



Contextualização

O município de Cotriguaçu foi criado em 1991. Localiza-se no noroeste do estado de Mato Grosso, em área limítrofe ao sul do estado do Amazonas. Trata-se de área de influência da BR-163 (Cuiabá – Santarém) e da bacia do rio Aripuanã. Seu território ocupa 9.124 km², com população estimada em 20.238 habitantes pelo IBGE em 2020.

Da área total do município, 78% é de vegetação nativa, fato que se deve principalmente à existência no seu território da TI Escondido (da etnia Rikbaktsa) e de parte dos Parques Estadual Igarapés do Juruena e Nacional do Juruena, que, juntos, ocupam 32% do território do município.

O projeto

O projeto “Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu” foi estruturado em três componentes. O primeiro visou fortalecer a gestão ambiental municipal por meio da construção e estruturação física da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), possibilitando seu desmembramento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários.

O segundo componente se voltou a recuperar áreas de preservação permanentes (APP) degradadas em propriedades rurais particulares de até quatro módulos fiscais e áreas públicas localizadas no entorno de corpos d’água.

Por sua vez, o terceiro componente buscou difundir, entre os proprietários rurais, técnicas de restauração e manejo sustentável de pastagens desenvolvidas pela Embrapa, por meio da implantação de unidades demonstrativas de boas práticas agropecuárias.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “Produção Sustentável” (1) e “Monitoramento e Controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Os efeitos diretos esperados pelas ações do projeto foram definidos como: 1.1 “pecuária desenvolvida de forma sustentável e com produtividade ampliada no município”; 1.4 “áreas desmatadas e degradadas recuperadas para fins de conservação ecológica”; e 2.1 “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do município estruturadas e modernizadas”.

Ao apoiar a recuperação da vegetação nativa e a difusão de técnicas de manejo sustentável de pastagens, o projeto contribuiu para expandir a área de florestas e para desenvolver uma atividade pecuária sustentável na região.

Por sua vez, a construção da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e sua estruturação operacional visaram dar boas condições de trabalho para a gestão ambiental do município, o que fortalece a governança ambiental em Cotriguaçu, fator essencial no controle e na prevenção do desmatamento.

Atividades realizadas

O prédio da nova sede da SMMA, com área construída de 180 m², entrou em funcionamento provido de mobiliário, ar-condicionado, central telefônica e outros equipamentos. O órgão ambiental foi equipado com dois computadores de mesa, dois *notebooks*, impressoras, uma caminhonete *pick-up* e duas motocicletas. Com isso, o projeto fortaleceu a estrutura dedicada aos temas ambientais no município, uma vez que, antes do projeto, a SMMA era um departamento vinculado à Secretaria de Agricultura.

Foram recuperados 134 ha de APPs em 42 pequenas propriedades rurais e em seis áreas de domínio público do município. A previsão original do projeto era recuperar 600 ha, porém a maioria dos produtores participantes do projeto solicitou redução da área a ser cercada, em decorrência da redução da largura mínima de APP exigida pela legislação para os corpos d'água.

Todavia, o valor necessário para cercar as áreas a serem recuperadas permaneceu praticamente o mesmo, uma vez que a metragem das cercas pouco se alterou, pois o que reduziu foi a distância das cercas para as margens dos rios. As mudas para o reflorestamento foram fornecidas aos pequenos produtores rurais pelo viveiro municipal.

Nas seis propriedades selecionadas como Unidades Demonstrativas de Manejo de Pastagem (UD), foi realizado o preparo do solo, com adição de calcário e adubação. Nas quatro UD's em que foi concluída a implantação do pacote completo de boas práticas agropecuárias, os produtores alcançaram taxa de ocupação média de 2,4 animais por hectare (UA/ha), diante da meta de 2,5 UA/ha. O pacote tecnológico desenvolvido pela Embrapa mostrou-se viável e vantajoso para o produtor.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes "Produção Sustentável" (1) e "Monitoramento e Controle" (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: Pecuária desenvolvida de forma sustentável e com produtividade ampliada no município.

- > Número de unidades demonstrativas para manejo de pastagens implementadas (indicador de eficácia)

Meta: 6 | Resultado alcançado: 4

Apesar do resultado parcial no número de unidades demonstrativas, o ganho de eficiência observado nas UD's implementadas é um sinal positivo da importância desse tipo de ação que leva para o território novos modelos de ocupação da propriedade, que privilegiam o adensamento da produção em vez do padrão de abertura de novas áreas.

Efeito direto 1.4: Áreas desmatadas e degradadas recuperadas para fins de conservação ecológica.

- > Área de APP com regeneração em andamento (indicador de efetividade)
Meta: 600 ha | Resultado alcançado: 134 ha

As expectativas originais que basearam a elaboração do projeto não se confirmaram, tendo em vista a alteração da legislação ambiental, que reduziu as APPs em propriedades rurais. Como a atividade de recuperação de APPs é dependente da adesão dos pequenos proprietários rurais e a principal motivação desses proprietários é atender à legislação ambiental, as alterações introduzidas pela nova legislação tiveram o impacto de reduzir a área de florestas recuperadas pelo projeto.

Efeito direto 2.1: Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do município estruturadas e modernizadas.

- > Sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente construída (indicador de eficácia)
Meta: 180 m² de área construída | Resultado alcançado: 180 m²

Com o apoio do projeto, foi construído o prédio da sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu e foram adquiridos o mobiliário, os equipamentos de informática e de transporte necessários ao seu pleno funcionamento.

- > Desmatamento anual no município de Cotriguaçu
Linha de base: 46,2 km² (2014) | Índice observado: 32,2 km² (2019)

A taxa de desmatamento anual por corte raso em 2014 (ano anterior ao início das ações do projeto)⁷⁷ foi 46,2 km², enquanto em 2019 essa taxa foi 32,2 km². Durante esse período, a taxa média de desmatamento anual foi 42,5 km², o que corresponde a 0,4% do território do município por ano.

TABELA 33 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU

Ano	Área desmatada no município de Cotriguaçu
2014	46,2
2015	57,8
2016	50,8
2017	45,2
2018	22,5
2019	32,2

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Sistema Prodes, do Inpe.⁷⁸

⁷⁷ As taxas anuais de desmatamento são calculadas pelo Inpe para os períodos de agosto a julho de cada ano, ininterruptamente, desde 1988.

⁷⁸ O sistema Prodes do Inpe realiza o inventário de perda de floresta primária utilizando imagens de satélite de observação da Terra para toda a extensão da Amazônia Legal.

Aspectos institucionais e administrativos

Anteriormente ao projeto, a SMMA era um departamento na Secretaria de Agricultura do Município de Cotriguaçu. Com a aprovação do projeto pelo Fundo Amazônia, tornou-se uma secretaria com objetivos, funções, estrutura física e pessoal dentro da Prefeitura de Cotriguaçu.

A partir da Portaria Estadual da Sema/MT 554,⁷⁹ de 8 de agosto de 2016, o município de Cotriguaçu, por meio da SMMA, atendeu aos requisitos necessários para exercer as ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local. Portanto, com a criação da SMMA e o apoio do Fundo Amazônia, criaram-se as condições para o município de Cotriguaçu ganhar autonomia e avançar no processo de descentralização da gestão ambiental no estado de Mato Grosso.

Riscos e lições aprendidas

A equipe da SMMA de Cotriguaçu relatou que foi desafiadora a gestão do projeto por conta das complexidades burocráticas das contratações efetuadas no âmbito do projeto, resultando em dificuldades no cumprimento dos prazos.

Outra lição aprendida é que a transparência e a participação social são fatores importantes para o sucesso do projeto, pois a sociedade pode acompanhar e ser parte do processo de aprendizado, além de proporcionar a troca de conhecimentos entre os envolvidos.

Sustentabilidade dos resultados

A manutenção ou incremento das ações ambientais no âmbito municipal é dependente das disponibilidades do orçamento municipal. A SMMA relatou que o orçamento da prefeitura de Cotriguaçu é fortemente demandado pelas áreas de saúde, educação e infraestrutura rodoviária, fazendo com que as iniciativas da SMMA sejam bastante dependentes dos projetos por meio de parcerias como a estabelecida com o Fundo Amazônia.



⁷⁹ Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/14585/#e:14585/#m:855843>.

PROJETOS CONCLUÍDOS EM ANOS ANTERIORES

Além dos projetos concluídos neste ano, há outros 37 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia encerrados em anos anteriores, que se encontram listados a seguir. Informações detalhadas sobre esses projetos, bem como seus resultados e impactos, podem ser conferidas nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia de 2013 a 2020 e no portal fundamazonia.gov.br.

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Amazônia Indígena Sustentável Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rios Guaporé (RO) e Negro Ocaia (RO)	Contribuir para implementar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró, e para elaborar os PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia	21.1.2016	2020	7.352.757,03
Alto Juruá Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa)	Região do Alto Juruá, no estado do Acre	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local	16.4.2015	2020	6.597.581,00
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas Estado do Pará – Corpo de Bombeiros do Estado do Pará (CBMPA)	Estado do Pará	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em 14 municípios do estado	26.6.2013	2020	16.830.280,00
APL Babaçu Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	Estado do Maranhão, nos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal	Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais (SAFs) em três municípios integrantes do bioma Amazônia no estado do Maranhão	29.10.2014	2020	4.897.085,37
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Seis TIs localizadas nos estados do Amapá e do Pará	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e do Pará, visando contribuir para a redução do desmatamento nessas áreas	18.11.2014	2020	15.487.682,61

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Arapaima: Redes Produtivas Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas	Apoiar: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e Unidades de Conservação (UCs); e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas	26.1.2015	2020	6.364.730,00
Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Amazônia Legal	Apoiar a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia	23.12.2014	2020	19.043.330,00
Nascentes do Buriti Município de Carlinda	Município de Carlinda	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, e a recuperação de 1.722 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) no entorno de nascentes	6.9.2011	2020	1.875.500,94
Pequenos Projetos Eco-sociais na Amazônia Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Áreas do bioma Amazônia nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	Realização de quatro chamadas públicas para selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	25.9.2012	2020	12.814.691,38
Quintais Amazônicos Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos municípios de Machadinho do Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste	Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste, para a inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o plantio e a realização de pesquisas de SAFs para recuperar áreas alteradas ou degradadas	4.12.2013	2019	8.837.852,29

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Proteção Florestal Tocantins Estado do Tocantins, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO)	Estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro- norte, a partir do Batalhão de Proteção Ambiental localizado no município de Araguaína	Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro-norte, por meio de capacitação, estruturação de mecanismos de gestão integrada e aquisição de materiais e equipamentos para instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína	9.8.2012	2019	4.958.910,00
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	A bacia do Rio Xingu com atividades em três sub-regiões: (i) Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) Cabeceiras do Xingu/BR-158; e (iii) Terra do Meio, compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois municípios no estado do Pará	Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas, com as populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando o aumento da qualidade de vida dessas populações e a produção sustentável, agroflorestal e extrativista	20.2.2014	2019	8.023.856,00
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena	29.12.2015	2019	3.091.111,21
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Toda a Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	3.11.2016	2019	56.295.964,63
Jacundá – Município de Economia Verde Município de Jacundá	Município de Jacundá	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	31.8.2012	2019	199.352,05

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Sentinelas da Floresta Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena)	Fortalecer a cadeia da castanha- do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais no noroeste do estado de Mato Grosso	17.4.2014	2019	5.175.522,50
Biodiversidade Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia	2.10.2012	2018	4.639.706,98
Compostos Bioativos da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	(i) Instalar uma planta-piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; e (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia oriental	21.8.2012	2018	1.352.368,48
Florestas de Mangue Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Município de Bragança, estado do Pará	(i) Construção e aparelhamento de um laboratório para pesquisas sobre ecologia de manguezais no campus da UFPA no município de Bragança (PA); (ii) pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na região Norte; e (iii) desenvolvimento de modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue	17.7.2012	2018	1.982.143,00
Pesca Sustentável WWF-Brasil	Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, no estado do Acre	Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca, para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre	17.4.2014	2018	3.205.943,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas Estado do Amazonas	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestais, silviculturais e agrossilvopastoris	17.12.2010	2018	17.575.286,19
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II Município de Alta Floresta	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta	5.9.2013	2018	7.146.563,54
Bombeiros Florestais de Mato Grosso Estado de Mato Grosso/Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT)	Estado de Mato Grosso	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, localizada na cidade de Sorriso	17.1.2012	2017	12.518.230,09
Recupera Marcelândia Município de Marcelândia	Município de Marcelândia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município	24.5.2011	2017	551.556,98
Semas Pará Estado do Pará	Estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental	6.10.2010	2017	15.923.230,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Acre: Incêndios Florestais Zero Estado do Acre/ Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	Estado do Acre	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os batalhões de educação, proteção e combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	5.7.2012	2016	13.280.709,56
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Todos os estados do bioma Amazônia	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	9.12.2011	2016	2.660.567,23
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Todos os estados do bioma Amazônia	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no bioma Amazônia de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	22.4.2010	2015	19.949.058,91
Bolsa Floresta Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de dez milhões de hectares	Promover a contenção do desmatamento e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas	31.3.2010	2015	19.107.547,89
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável Instituto Floresta Tropical	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada	15.4.2011	2015	7.449.000,00
Ilhas de Belém Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA	17.7.2012	2015	1.138.083,93
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Fundação de Apoio Institucional Muraki	Todos os estados do bioma Amazônia	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	6.5.2011	2015	4.614.587,03

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	11 municípios do estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações, objetivando acelerar a adesão ao CAR; monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e na restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uraim, em Paragominas	29.7.2010	2014	9.736.473,00
Virada Verde The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Sete municípios do estado de Mato Grosso: Cotriguaçu, Juruena, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Mutum, Tapurah e Nova Ubiratã; e cinco municípios do estado do Pará: Bannach, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR, e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite	13.4.2010	2014	16.000.000,00
Olhos d'Água da Amazônia Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades	25.1.2011	2013	2.781.340,40
Preservar Porto dos Gaúchos Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	12.8.2011	2013	120.655,00
Sementes do Portal Instituto Ouro Verde	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do território Portal da Amazônia, por meio da difusão de SAFs, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos SAFs	25.3.2010	2013	5.397.778,87



**PROJETOS EM
EXECUÇÃO**



Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
<p>Amazônia – Regularização Ambiental</p> <p>Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)</p>	Bioma Amazônia	Apoiar o processo de regularização ambiental no bioma Amazônia, por meio de: (i) mapeamento do uso e cobertura do solo; (ii) cálculo do passivo ambiental em áreas de preservação permanente (APP) de corpos hídricos e das áreas potenciais para restauração em unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI); e (iii) integração de base de dados geoespaciais ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar)	3.12.2018	9.267.000,00	84%
<p>Amazônia Agroecológica</p> <p>Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)</p>	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém; Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão; Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará; Abaetetuba, Igarapé-Miri, Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu (PA), Cáceres, Poconé, Nossa Senhora Livramento, Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Jangada (MT)	Fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis por meio de chamada pública para a seleção de pequenos projetos e ações a serem diretamente desenvolvidas pela beneficiária	13.6.2018	17.547.560,00	49%
<p>Amazônia SAR</p> <p>União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)</p>	Serão monitorados cerca de 950 mil km ² por ano (23% do bioma Amazônia), compostos da seguinte forma: 764 mil km ² compreendidos em áreas de maior pressão de desmatamento; 144 mil km ² do estado do Amapá; e cerca de 5% adicional, por demanda específica, de pontos isolados no bioma Amazônia	Implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital	23.6.2015	47.958.727,94	100%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojuí dos Campos e Aveiros	Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento	29.11.2011	23.425.282,04	100%
Bolsa Floresta+ Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de ha	Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de lideranças e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs	5.4.2016	31.518.490,00	100%
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Regiões Portal da Amazônia, médio norte e sudoeste do estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do estado de Mato Grosso por meio da implantação e consolidação de SAFs, do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs	2.9.2014	3.238.032,00	100%
Calha Norte Sustentável Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará	Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos, de viveiro de mudas para SAFs e de marcenaria comunitária, em comunidades quilombolas e assentamentos	26.8.2014	3.312.877,00	100%
CAR Acre Estado do Acre	22 municípios do estado do Acre	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre	29.10.2013	16.838.000,00	100%
CAR Amazonas Estado do Amazonas	36 municípios do estado do Amazonas	Apoiar a implementação do CAR em imóveis com até quatro módulos fiscais	1.10.2018	29.867.722,00	10%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
CAR Bahia Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)	161 municípios do estado da Bahia, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado da Bahia	25.3.2014	31.671.000,00	100%
CAR Ceará Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	109 municípios do estado do Ceará, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado do Ceará	23.2.2016	24.583.420,70	77%
CAR Espírito Santo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf)	Todos os municípios do estado do Espírito Santo	Apoiar a implementação do CAR no estado do Espírito Santo	19.6.2018	13.889.440,00	17%
CAR Mato Grosso do Sul Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul)	69 municípios do estado envolvendo os biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica	Promover a implementação do CAR no estado de Mato Grosso do Sul	23.9.2014	8.789.800,00	52%
CAR Paraná Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Todos os municípios do estado do Paraná	Apoiar a implementação do CAR no estado do Paraná	26.10.2016	2.079.322,50	55%
CAR Roraima Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh)	Todos os 15 municípios do estado de Roraima	Apoiar a implementação do CAR no estado de Roraima	4.11.2014	3.075.205,25	100%
CAR: Tocantins Legal Estado do Tocantins	Estado do Tocantins	Apoiar: (i) a implementação do CAR em 96 municípios do estado; (ii) o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento; (iii) a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia; e (iv) o desenvolvimento do polo sustentável de silvicultura no bioma Amazônia do estado	21.5.2013	26.800.000,00	92%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Cidades Florestais Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	14 municípios do Amazonas: Manaus, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Apuí, Novo Aripuanã, Borba, Manicoré, Tefé, Carauari, Juruá, Jutaí, Lábrea e Urucará	Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e (ii) apoio à produção sustentável e comercialização de madeira e óleos vegetais	27.12.2017	12.055.534,99	100%
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Cinco TIs nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, contemplando 9.375.076 de ha: TI Vale do Javari (AM), TI Krikati (MA), TI Governador (MA), TI Andirá-Marau (PA e AM) e TI Nova Jacundá (PA)	Apoiar a implementação do PGTA da TI Vale do Javari (AM), e do PGTA das TIs Krikati e Governador (MA); e a elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau (PA e AM) e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	28.9.2016	11.934.540,00	100%
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	Oito TIs no estado do Acre	Apoiar a implementação dos PGTA de oito TIs no Acre, por meio da promoção de ações de proteção territorial, formação de agentes agroflorestais indígenas e manejo de quintais e SAFs	26.2.2018	5.823.061,00	78%
Floresta Ativa Tapajós Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – Ceaps (Projeto Saúde e Alegria)	Zonas rurais dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti no estado do Pará, contemplando ações em: (i) duas UCs: Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns; (ii) cinco projetos de assentamento agroextrativistas (PAE): Lago Grande, Santa Rita, Salé, Valha-me Deus e Balaio; (iii) quatro projetos de assentamentos agroextrativistas (Peaex): Aruã, Vista Alegre, Mariazinha e Curumuci; e (iv) um projeto de assentamento federal (PA): Moju I e II	Fortalecer as cadeias produtivas florestais não madeireiras, o turismo e o empreendedorismo de base comunitária na região do Tapajós, no oeste paraense	2.5.2018	12.493.011,00	59%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Floresta de Babaçu em Pé Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)	Estados do Maranhão (37 municípios), Tocantins (16 municípios) e Pará (6 municípios)	Apoiar a operação do Fundo Babaçu para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo, mediante editais de seleção aprovados pelo BNDES	27.12.2017	9.222.739,00	16%
Floresta para Sempre Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Leste do Pará – municípios de Capitão Poço, Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implementação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal	11.12.2017	14.293.105,00	56%
Florestas Comunitárias Instituto Floresta Tropical (IFT)	Estado do Pará	Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em UCs de uso sustentável no arquipélago do Marajó no estado do Pará	6.4.2017	8.100.000,00	97%
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Estados do Pará e Mato Grosso	Apoiar: (i) a consolidação e a expansão do sistema de garantia de origem denominado “Origens Brasil”, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a valorização de produtos da sociobiodiversidade em áreas protegidas da Amazônia; e (ii) a produção sustentável de cacau no entorno do território do Xingu	18.1.2017	17.369.442,36	98%
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio: (i) da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) da otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) da melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) da agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) da melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) da capacitação da rede de filiados	23.9.2014	4.981.614,66	100%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia; (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e ampliar a divulgação do andamento das atividades de regularização fundiária em curso no Pará; e (iii) o aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará	6.11.2015	12.104.865,00	100%
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	7.10.2014	12.000.000,00	41%
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	15.5.2012	14.515.520,43	100%
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	TIs Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e TI Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó	21.6.2011	16.900.000,00	45%
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	Nove TIs no bioma Amazônia, em uma área superior a 24 milhões de ha, atendendo a mais de 60 mil indígenas	Apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTAs para as TIs Yanomámi e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas	27.6.2016	11.712.000,00	100%
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 de ha: TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR- 317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto	Apoiar: (i) a implementação dos PGTAs das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira	1.11.2016	11.448.505,00	90%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Inventário Florestal Nacional – Amazônia União Federal (Serviço Florestal Brasileiro)	Bioma Amazônia	Implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região	31.7.2012	65.000.555,12	43%
IREHI – Cuidando dos Territórios Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs Menkû, Manoki, Pirineus de Souza e Marãiwatsédé, todas no estado de Mato Grosso	Concluir e implementar o PGTA da TI Marãiwatsédé e implementar os PGTAs das TIs Manoki, Menkû e Pirineus de Souza	18.12.2015	8.160.140,00	100%
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÉ)	Amazônia Legal	Contribuir para o aumento do nível de consolidação e a efetividade de gestão em áreas protegidas da Amazônia Legal, por meio de chamada pública de projetos e ações complementares que visem à conservação dos recursos naturais	30.10.2018	45.000.000,00	43%
Mais Sustentabilidade no Campo Estado do Maranhão	Estado do Maranhão	Apoiar a implementação do CAR no estado do Maranhão	27.12.2017	40.476.077,00	33%
Mamirauá Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM)	Município de Tefé (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã – AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (municípios de Maraã, Barcelos e Coari – AM)	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento	18.12.2012	8.504.678,54	100%
Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso, com foco em UCs estaduais e em quarenta municípios do bioma Amazônia	Apoiar: (i) a consolidação de UCs no bioma Amazônia; (ii) o fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual; e (iii) a desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual	3.12.2013	35.015.970,00	73%
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Biomos Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, nas ações de monitoramento do desmatamento e proposição de referência de emissões florestais (FREL); e todo o território nacional nas ações de desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	(i) Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; (ii) Cálculo das emissões de CO ₂ relativas às áreas desmatadas e construção de proposta do nível de FREL para cada um desses biomas; e (iii) Desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	25.9.2017	49.778.000,00	99%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Bioma Amazônia	Apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe	7.10.2014	66.952.436,00	100%
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Amazônia Regional	Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da OTCA	30.4.2013	23.693.641,00	100%
Néctar da Amazônia Instituto Peabiru	Comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá	Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	13.5.2014	2.030.000,00	100%
Pacto da Floresta Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé, no estado de Rondônia	Apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil e o fortalecimento das atividades produtivas relacionadas ao açaí, farinha de mandioca e borracha natural em duas TIs e três reservas extrativistas em Rondônia	13.6.2018	8.700.000,00	99%
Plantar Rondônia Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos municípios de: Ariquemes, Castanheiras, Cujubim, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Novo Horizonte, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo e Rolim de Moura	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais em Rondônia, por meio de atividades de: (i) elaboração e implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em imóveis de até quatro módulos fiscais, de produtores rurais familiares; (ii) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e (iii) monitoramento e avaliação da paisagem	18.12.2017	25.305.337,00	100%
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2 Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)	Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, dentro dos limites da Amazônia Legal	Apoiar projetos de estruturação de cadeias produtivas sustentáveis por meio de chamadas públicas no âmbito do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)	18.9.2018	22.766.000,00	43%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Prevfogo/Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Majoritariamente bioma Amazônia, mas com fortalecimento da central de logística do Prevfogo em Brasília	Apoiar a estruturação física e operacional do Prevfogo e educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia	30.12.2013	14.717.270,00	100%
Profisc I - B Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	19.3.2018	140.264.000,00	92%
Programa Municípios Verdes Estado do Pará	Cem municípios no estado do Pará	Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado do Pará	10.12.2013	75.296.569,12	55%
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI) Estado de Rondônia/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	Estado de Rondônia	Apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das UCs estaduais, para a consolidação do CAR e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia	21.1.2014	31.227.392,40	51%
Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA)	Bioma Amazônia	Promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa, selecionados por meio de chamada interna	29.12.2015	33.691.380,00	50%
Sementes do Portal - Fase II Instituto Ouro Verde (IOV)	Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de SAFs, com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas	1.10.2013	16.086.000,00	100%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Tapajós Sustentável Conservation International Brasil (CI-Brasil)	Estado do Pará, municípios de Santarém, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Placas, Rurópolis e Trairão. Cinco UCs: Floresta Nacional do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Crepori, Floresta Nacional de Trairão e Resex Tapajós-Arapiuns	Apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e conservação dos recursos naturais da região do Tapajós	23.10.2017	18.835.139,00	67%
Terra a Limpo Estado de Mato Grosso – Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT)	Estado de Mato Grosso	Modernizar a gestão fundiária no estado e contribuir para a regularização fundiária de glebas públicas e assentamentos, estaduais e federais	2.4.2018	72.900.000,00	9%
Território, Cultura e Autonomia Kayapó Associação Floresta Protegida (AFP)	Dois TIs no sul do Pará (TI Kayapó e TI Las Casas), totalizando 3,3 milhões de ha	Apoiar a implementação e a atualização do PGTA da TI Kayapó e a implementação do PGTA da TI Las Casas, ambas localizadas no estado do Pará, contribuindo para a proteção e gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais, a promoção de sua autonomia econômica e a valorização de sua cultura	4.12.2017	9.089.870,67	80%
Valorização do Ativo Ambiental Florestal Estado do Acre	Estado do Acre	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no zoneamento ecológico-econômico	26.10.2010	52.934.549,42	100%
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas Instituto Centro de Vida (ICV)	Comunidades em quatro municípios do norte e noroeste de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento de arranjos produtivos sustentáveis na Amazônia	11.12.2017	16.405.000,00	98%



ANEXOS



ANEXO 1

Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
Fundo Amazônia
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho das suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda. é uma sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 06.323.417/0001-05, localizada em Brasília, DF, inscrita no Estado do DF e no Brasil. O escritório de auditoria em Brasília, DF, é a KPMG Auditores Independentes Ltda. inscrita no CNPJ nº 06.323.417/0001-05, inscrita no Estado do DF e no Brasil.

KPMG Auditores Independentes Ltda. é filiada ao escritório de auditoria mundial KPMG Auditores Independentes Ltda. inscrita no CNPJ nº 06.323.417/0001-05, inscrita no Estado do DF e no Brasil. O escritório de auditoria em Brasília, DF, é a KPMG Auditores Independentes Ltda. inscrita no CNPJ nº 06.323.417/0001-05, inscrita no Estado do DF e no Brasil.

3



Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na NBC TG 26, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contusão, fabricação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

KPMG Auditores Independentes LLP, uma sociedade por ações organizada sob as leis dos Estados Unidos e inscrita no estado de New York, é o responsável por assegurar a qualidade e a integridade das informações contábeis e financeiras apresentadas nos relatórios de auditoria. Este trabalho inclui partes de informações de natureza confidencial.

KPMG Auditores Independentes LLP, o responsável por assegurar a qualidade e a integridade das informações contábeis e financeiras apresentadas nos relatórios de auditoria, é uma entidade separada e independente de qualquer entidade que faça parte do grupo de trabalho de auditoria. Este trabalho inclui partes de informações de natureza confidencial.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administradora declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


José Claudio Costa
Contador CRC 1SP-167720/O-1

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.583.826	3.540.553
Despesas antecipadas	5	88.885	80.139
Total do Ativo		3.672.711	3.638.692
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos a destinar a projetos	6	3.583.826	3.540.553
Recursos de custeio	7	88.885	80.139
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit/(déficit) acumulado		-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.672.711	3.638.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	6	117.491	130.999
Receitas de doações para custeio	7	254	350
Receitas financeiras	4	151.764	98.776
DESPESAS			
Despesas com doações para investimentos	6	(117.491)	(130.999)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	8	(151.764)	(98.776)
Despesas administrativas	8	(254)	(350)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Superávit/ (Déficit) acumulado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-
Exercício de 2020	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Exercício de 2021	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos Recebidos			
Destinação de recursos para projetos	6	(117.491)	(130.999)
Rendimentos financeiros	4	151.764	99.776
(=) Caixa Líquido (Consumido) / Gerado pelas Atividades Operacionais		34.273	(32.223)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.549.553	3.561.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.583.826	3.549.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, dando início às suas atividades operacionais no segundo semestre de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008, 8.773/2016 e 10.223/2020.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão e administração do Fundo Amazônia são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além da atuação como representante judicial.

A governança do Fundo Amazônia estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008 previa a existência de um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos. Em decorrência do Decreto nº 9.759, de 11.04.2019, esse comitê foi extinto a partir de 28.06.2019, sendo que o Decreto nº 10.223 de 5 de fevereiro de 2020, revogou os artigos relacionados à participação no Comitê Orientador do Fundo Amazônia e seus objetivos. Essa situação não representou impacto na execução dos projetos que já haviam sido contratados. Nesse sentido o Fundo Amazônia continua operando normalmente, realizando liberações e acompanhando a execução dos projetos em andamento. Os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação. Apenas as análises e aprovações de novos projetos foram suspensas durante o período de negociações que não foram concluídas até o final de 2021. Os governos brasileiro, da Noruega e da Alemanha, doadores do Fundo Amazônia, entabularam negociações sobre a redefinição de sua governança, não tendo sido concluídas até 31.12.2021.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "Caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

c) Aprovação para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 14 de abril de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em dois fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3.2 Recursos a destinar a projetos

Referem-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Esses valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio líquido, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio referente aos 3% das doações é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% para o BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação financeira junto ao Administrador (*)	3.583.626	3.549.553
TOTAL	3.583.626	3.549.553

(*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao fundo de investimento BB Gaisa Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaisa FIRF"), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, e, ao BB Gaisa II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaisa II FIC FIRF"), que concentra, no mínimo, 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaisa FIRF. Ambos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segregou estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gais II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

Até dezembro de 2021, o total de receitas financeiras das aplicações do Fundo Amazônia desde o seu início somaram R\$ 1.710.773 (R\$1.559.006 até dezembro de 2020).

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

31/12/2021				
	Total	Recursos para projetos (Gais FI)	Recursos para projetos (Gais II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.549.553	3.528.169	21.384	-
Rendimentos	151.764	150.650	905	-
Recursos liberados	(117.491)	(117.491)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.583.826	3.561.328	22.289	-

31/12/2020				
	Total	Recursos para projetos (Gais FI)	Recursos para projetos (Gais II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.581.776	3.560.935	20.841	-
Rendimentos	98.776	98.233	543	-
Recursos liberados	(130.999)	(130.999)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.549.553	3.528.169	21.384	-

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retido pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foi recebido dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) KfW e (iii) Petrobras, e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	3.549.553	3.581.776
Rendimentos	151.764	98.778
Recursos liberados	(117.491)	(130.999)
Doações recebidas (*)	-	-
Saldo no final do exercício	3.583.826	3.549.553

(*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos.

O montante de R\$ 117.491 (R\$ 130.999 em 31/12/2020) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato do Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

O Fundo Amazônia não recebeu doações nos exercícios de 2021 e 2020. Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2021, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

Até 31/12/2021			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.118	3.186.720
KfW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Até 31/12/2020			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KfW	5.761	186.909	192.670
Petrobras	618	16.767	17.385
Total	101.980	3.294.795	3.396.695

7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram destinados valores para custeio devido à ausência de recursos recebidos de doações no período.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 254 (R\$ 350 em 31/12/2020), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos e serviços de auditoria.

9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

PIS e COFINS

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.826, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSLL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta nº 59 SRRF07/Disf, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "Caixa e equivalentes de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

Adicionalmente, o BNDES retém a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "Despesas antecipadas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/déficit dos exercícios.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo conforme Nota Explicativa nº 1, os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Rodrigo Donato de Aquino

Francisco Lourenço Faulhaber Bastos Tigre

Bruno Laskowsky

Claudemir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Bruno Caldas Aranha

Solange Paiva Vieira

Ricardo Wering de Barros

Marcelo Sampaio Vianna Rangel

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patricia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva

Contador - CRC-RJ 097.092/O-9

ANEXO 2

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018 (válidos até 28 de junho de 2019)

Projetos na Amazônia Legal		Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal		Projetos em outros países tropicais	
A	Critérios orientadores	G1-G4	Critérios orientadores	H1-H3	Critérios orientadores
B	Condicionantes mínimos para projetos	G5-G14	Condicionantes mínimos para projetos	H4-H11	Condicionantes mínimos para projetos
C	Modalidades de aplicação dos recursos	G15-G16	Modalidades de aplicação dos recursos	H12-H13	Modalidades de aplicação dos recursos
D	Restrição de uso dos recursos	G17-G19	Restrição de uso dos recursos	H14-H16	Restrição de uso dos recursos
E	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	G20	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	H17	Critérios de equidade na aplicação dos recursos
F	Limitações na aplicação dos recursos				

Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018	
I1-I3	Orientações gerais
I4-I6	Modalidades operacionais
I7-I10	Amazônia Legal – Eixo Monitoramento e Controle
I11-I13	Amazônia Legal – Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis
I14-I18	Amazônia Legal – Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial
I19-I24	Amazônia Legal – Foco Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos
I25-I26	O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal
I27	O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais

Consolidado em: 9.11.2018

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos na Amazônia Legal	Sem limite	A-F

A. CRITÉRIOS ORIENTADORES

Código	Crítérios
A1	Temático
A2	Geográfico
A3	Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada
A4	Público-alvo
A5	Relevância

B. CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

Código	Condicionantes
B1	Indicadores de resultados
B2	Proponentes/executores
B3	Participação social
B4	Coerência com áreas temáticas do Fundo Amazônia
B5	Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais e a Proveg
B6	Coerência com a ENREDD+
B7	Adicionalidade de recursos
B8	Contrapartida
B9	Base territorial
B10	Publicidade e transparência
B11	Sustentabilidade do projeto
B12	Desconcentração dos recursos
B13	Benefícios de uso coletivo
B14	Não substituição de outras fontes de financiamento

C. MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Código	Modalidades
C1	Aplicação direta – Investimento
C2	Aplicação direta – Custeio
C3	Pagamento por serviços ambientais
C4	Aplicação indireta

D. RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

Código	Restrições
D1	Diárias
D2	Pagamento de pessoas físicas
D3	Impostos e tributos

E. CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Código	Crítérios
E1	Equidade na aplicação de recursos por Estado
E2	Equidade por tipo de proponente

F. LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Código	Limitações
F1	Projetos com fins econômicos
F2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados
F3	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

CRITÉRIOS ORIENTADORES

A1 – Temático

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

Os projetos deverão seguir os focos estabelecidos nessas diretrizes na Tabela I.

A2 – Geográfico

- Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (a definição desses municípios é realizada em conformidade com o art. 2 do Decreto 6.321/2007);
- Projetos realizados nos municípios sob área de influência de grandes obras de infraestrutura;
- Projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal; e
- Projetos realizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade ou a melhoria do *status* de conservação das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

A3 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

A4 – Público-alvo

Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.

A5 – Relevância

Projetos com maior potencial de replicabilidade; e

Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$/hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente).

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

B1 – Indicadores de resultados

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

B2 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

B3 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

B4 – Coerência com áreas temáticas do Fundo Amazônia

Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.

B5 – Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais ou a Proveg

Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), nos planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD) e, quando cabível, com a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

B6 – Coerência com a ENREDD+

Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+).

B7 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e
- previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPA).

(Continua)

(Continuação)

B8 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

B9 – Base territorial

Projetos devem explicitar a sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município).

B10 – Publicidade e transparência

Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet.

B11 – Sustentabilidade do projeto

Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto depois da implantação.

B12 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

B13 – Resultados dos projetos com fins econômicos

Os resultados dos projetos com fins econômicos devem priorizar benefícios coletivos ou públicos, relacionados a:

- infraestrutura produtiva, serviços e insumos de uso coletivo, sem prejuízo da apropriação individual de benefícios pelo público-alvo do Fundo Amazônia (item A4);
- estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
- treinamento e capacitação abertos à coletividade;
- desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
- inovações replicáveis e de aplicação prática; e
- outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

B14 – Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

C1 – Aplicação direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C2 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C3 – Pagamento por serviços ambientais

Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C4 – Aplicação indireta

Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

D1 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

D2 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

(Continua)

(Continuação)

D3 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

E1 – Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

E2 – Equidade por tipo de proponente

Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

F1 – Projetos com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

Observação: Na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

F2 – Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados

Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%. Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independentemente de quem seja o proponente.

F3 – Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

- Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as instituições tecnológicas (IT) e/ou instituições de apoio (IA).
- Instituição tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.
- Instituições de apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que tenham essa mesma finalidade.
- As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos. Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.
- São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da instituição tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.
- A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.
- Durante a etapa de análise, o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no Brasil fora da Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

G1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

G2 – Relevância

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD+.

G3 – Escala

No âmbito do apoio no Brasil fora da Amazônia Legal, terão prioridade os projetos de sistema de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

G4 – Escopo

Projetos de cadastramento ambiental rural (CAR) e de integração dos dados de gestão florestal estaduais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) são considerados parte dos sistemas de controle ambiental.

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

G5 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

G6 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

G7 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

G8 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

G9 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem representar adicionalidade aos orçamentos públicos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição/órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais (PPA) de governo vigentes.

G10 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

(Continua)

(Continuação)

G11 – Base territorial

Projetos devem abordar prioritariamente o monitoramento da vegetação de um bioma por completo.

G12 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

G13 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto depois de sua implantação.

G14 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

G15 – Aplicação direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

G16 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

G17 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

G18 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

G19 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

G20 – Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros países tropicais

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

H1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada. Projetos que envolvam articulação regional.

H2 – Relevância

Países com maior cobertura florestal.

H3 – Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (exemplo: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento da cobertura e do uso do solo, do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal (regeneração e reflorestamentos), com o uso da informação produzida (exemplo: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal. Entende-se por sistemas de controle do desmatamento a elaboração de planos de ação para a redução do desmatamento, o desenvolvimento de plataformas de mensuração, reporte e verificação dos dados sobre a cobertura florestal, organização, gestão e disponibilização de informações sobre o processo de supressão da floresta, como planos de manejo, autorizações, licenças, guias de comercialização e transporte e outros documentos de controle florestal. Inclui-se ainda o apoio à criação e ao aprimoramento de sistemas de rastreabilidade de produtos florestais (definição de metodologias e procedimentos, desenvolvimento de base de dados e sistemas de gestão da informação).

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

H4 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

H5 – Proponentes/executores

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais ou, ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

H6 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

H7 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidade aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. Poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com o orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

H8 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

(Continua)

(Continuação)

H9 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após a implantação.

H10 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

H11 – Etapa prévia

Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente ao seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

H12 – Aplicação direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

H13 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

H14 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

H15 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

H16 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

H17 – Equidade na aplicação de recursos por país

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.



Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018

ORIENTAÇÕES GERAIS

I1 – Focos para o biênio 2017-2018

Nos itens a seguir, são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio 2017-2018 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até 31 de dezembro de 2018, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação das novas diretrizes.

I2 – Condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a que o estado interessado esteja em processo de implantação do CAR em seu território, com recursos do Fundo Amazônia, próprios ou de outras fontes, devendo ser priorizados os novos projetos apresentados por estados que estejam integrados ou em processo de integração ao Sinaflor, em cumprimento ao art. 35 da Lei 12.651/2012.

Deverá ser incluída nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal obrigação contratual prevendo a revisão, pelos estados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD), caso estejam desatualizados, bem como obrigação de produzir e divulgar anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

I3 – Excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos na Amazônia Legal

Projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), e projetos relacionados ao item I12 poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos, citada no item B7. Para tanto, serão necessárias a realização de uma consulta formal ao Ministério do Meio Ambiente e a apresentação de declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistente fonte de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração acima mencionadas são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES, o qual verificará, para fins de enquadramento, aderência à condicionante no âmbito dos contratos de doação ao Fundo Amazônia.

MODALIDADES OPERACIONAIS

I4 – Modalidades operacionais

Os focos aqui definidos serão apoiados por meio da apresentação direta de projetos estruturantes ou de projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras.

O apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico se dará exclusivamente pela modalidade chamada pública (promovida diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituição parceira) ou por meio de projetos estruturantes que tenham por objetivo o subsídio à formulação ou à implementação de políticas públicas, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

Poderão ser definidos pelo COFA critérios orientadores para induzir a apresentação de projetos aderentes aos focos do biênio, que estabeleçam aspectos como público-alvo, escopo mínimo, itens apoiáveis, prazos e outras condicionantes.

I5 – Projeto estruturante

Projeto estruturante é aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- contribua para a implementação de uma política pública;
- seja resolutivo em relação à situação problema; e
- tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

Os projetos estruturantes poderão ser propostos por: (i) entidades do Governo Federal; (ii) entidades dos governos estaduais; (iii) organizações privadas sem fins lucrativos; ou (iv) empresas ou (e) instituições multilaterais.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando, por exemplo, as ações do projeto abrangerem em sua totalidade um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

I6 – Chamada pública

Além das chamadas de projetos promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES), será admitido o apoio a instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos. As instituições parceiras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas, entendendo-se por instituições parceiras as entidades do terceiro setor e dos governos federal e estadual.

O Fundo Amazônia estará aberto permanentemente à apresentação, por instituições parceiras, de pedidos de colaboração financeira que busquem o seu apoio para a realização de chamadas públicas de projetos, com foco nas ações priorizadas para o biênio 2017-2018 na Amazônia Legal.

As chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia ou apoiadas indiretamente por meio das instituições parceiras deverão ser objeto de publicidade, com a sua divulgação na página na internet do Fundo Amazônia ou das instituições parceiras responsáveis, conforme o caso.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO MONITORAMENTO E CONTROLE

I7 – Fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais

Promoção da fiscalização, investigação e combate a crimes e infrações ambientais, incluindo o apoio: (i) ao aumento da capacidade de fiscalização ambiental, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais; (ii) à integração dos sistemas estaduais de inteligência e fiscalização aos sistemas federais; (iii) a ações integradas de fiscalização, envolvendo órgãos estaduais de meio ambiente, Ibama, Funai e ICMBio; (iv) à informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo; e (v) destinação de bens apreendidos.

I8 – Implementação e efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais), terras indígenas e quilombolas; (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento, de gestão dos programas de regularização ambiental (PRA) dos estados e de cotas de reserva ambiental (CRA); (iii) apoio ao desenvolvimento e à implementação dos PRAs; (iv) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR; (v) apoio à elaboração e à validação dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (Prada) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares; e (vi) apoio à estruturação e à operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de operações com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável. Todavia, será possível apoiar por meio de outros parceiros projetos de CAR e de regularização ambiental em áreas que não foram contempladas nos projetos contratados com os estados.

I9 – Prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais

Apoio a ações de prevenção e combate à degradação florestal causada por incêndios em vegetação nativa apresentadas por órgãos governamentais com atuação na Amazônia Legal, corpos de bombeiros militares ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

Promoção da integração das informações sobre autorizações de queimadas emitidas pelos estados com o Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo (Sisfogo), por meio de suporte à integração de sistemas.

I10 – Aprimoramento e fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal

Apoio ao monitoramento do desmatamento, da dinâmica da mudança do uso da terra, da degradação florestal e das queimadas na Amazônia Legal.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

I11 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo valorização da economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais, turismo de base comunitária, pecuária sustentável e assistência técnica para essas atividades.

I12 – Programa Bolsa Verde e pagamentos por serviços ambientais

Fortalecimento do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde e de incentivos aos serviços ambientais e ecossistêmicos de base comunitária.

I13 – Recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), especialmente a recomposição de áreas degradadas e alteradas de: (i) pequenas propriedades ou posses rurais de até quatro módulos fiscais, com priorização de implementação de Pradas; e (ii) unidades de conservação da natureza, terras indígenas e comunidades tradicionais.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

I14 – Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, com prioridade nas áreas críticas com maior desmatamento e conflitos agrários, incluindo o apoio à destinação de terras públicas e a realização de mutirões de regularização fundiária e ambiental. Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação.

I15 – Planejamento territorial

Apoio à elaboração, à revisão e ao detalhamento do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), contemplando ações de capacitação de gestores e técnicos governamentais e da sociedade civil, e à formulação de planos de ação que prevejam a aplicação do ZEE em outros instrumentos de políticas públicas, como o Plano Plurianual, os programas de regularização ambiental, o licenciamento ambiental, a concessão de crédito rural e a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

(Continua)

(Continuação)

I16 – Terras indígenas

Apoio à elaboração e à implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), inclusive no que se refere à proteção e à vigilância de terras indígenas.

I17 – Áreas protegidas

Apoio à criação, ao reconhecimento e à consolidação de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas).

Apoio à formação de corredores ecológicos, conectando terras públicas e privadas, por meio, entre outros: (i) da criação de unidades de conservação; (ii) do aprimoramento da gestão ambiental e territorial de áreas protegidas, inclusive áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e uso restrito; (iii) da recuperação de áreas degradadas, observado o disposto no item I13; e (iv) da formalização dos acordos para manutenção dos corredores.

Apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais).

I18 – Assentamentos

Apoio à regularização ambiental e fundiária dos assentamentos, inclusive à implementação do Programa Assentamentos Verdes (Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia).

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

I19 – Novos produtos da sociobiodiversidade

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, inclusive para o desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade amazônica – fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros de interesse das indústrias química e de alimentos.

I20 – Atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro, à recuperação de áreas degradadas (incluindo escolha de espécies, manejo de sementes e métodos para otimizar a recuperação), à integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), à pesca e aqüicultura sustentáveis, à conservação de recursos hídricos e à conservação do solo.

I21 – Sistemas de monitoramento e controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas

Apoio ao desenvolvimento, à implementação e ao aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e da cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas para fins de quantificação do desflorestamento, como subsídio às políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

I22 – Estudos, projeções e simulações

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e à cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e visando a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

I23 – Financiamento comunitário

Apoio à estruturação e aporte de recursos financeiros em fundos rotativos comunitários ou instrumentos semelhantes para viabilizar a expansão das cadeias de valor do manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia.

I24 – Promoção da política de compras públicas

Apoio à ampliação da política de compras públicas dos produtos originários de manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia, visando dar-lhes sustentação e maior escala.

I25 – Instrumentos econômicos e negócios de impacto

Apoio ao desenvolvimento de um ecossistema de negócios de impacto e a outras ações de impacto na Amazônia Legal, bem como a instrumentos econômicos que permitam combinar os recursos do Fundo Amazônia com recursos privados ou de outras fontes.

O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA NO BRASIL FORA DA AMAZÔNIA LEGAL

I26 – Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental dos imóveis rurais

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sicar e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento; e (iii) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR será feito prioritariamente por meio de operações com estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável.

I27 – Sistemas de monitoramento do desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens G1 a G20).

Apoio à proteção e vigilância em terras indígenas.

Promoção da informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo.

O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS

I28 – Sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens H1 a H17).



ANEXO 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações

Projetos cancelados

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Ano de cancelamento
S.O.S Cumarú do Norte	Município de Cumarú do Norte (PA)	755.299,70	2012
Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	337.206,46	2014
Anapu Rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	431.940,00	2014
Maranhão Sustentável	Estado do Maranhão	20.036.000,00	2016
Bombeiros RR	Estado de Roraima	12.800.000,00	2016
Renda Florestal	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale)	35.000.000,00	2017
Negócios Agroflorestais	Fundação Jari	2.838.549,00	2017
Sepror Agroecológica	Estado do Amazonas	14.900.000,00	2018
Seind – Gestão Ambiental Sustentável de Terras Indígenas	Estado do Amazonas	16.465.000,00	2018
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas	Estado do Amapá	40.304.200,00	2018
Frutos da Floresta	União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee)	4.053.734,00	2018
Companhia de Operações Ambientais	União Federal – Ministério da Justiça	30.631.480,00	2020
Total		178.553.409,16	



Projetos cujos valores foram alterados

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.107.547,89	19.169.087,00	(61.539,11)
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase II	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	19.949.058,91	20.000.000,00	(50.941,09)
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	5.397.778,87	5.433.450,00	(35.671,13)
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	120.655,00	133.890,00	(13.235,00)
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	551.556,98	669.126,00	(117.569,02)
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	6.601.699,07	9.347.384,00	(2.745.684,93)
CAR: Tocantins Legal	Estado do Tocantins	26.800.000,00	40.504.400,00	(13.704.400,00)
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	52.934.549,42	60.000.000,00	(7.065.450,58)
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2.660.567,23	2.704.084,90	(43.517,67)
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	17.575.286,19	20.000.000,00	(2.424.713,81)
Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá	199.352,05	792.200,00	(592.847,95)
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	12.518.230,09	12.625.000,00	(106.769,91)
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil	14.515.520,43	15.000.000,00	(484.479,57)
Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	Estado de Rondônia	31.227.392,40	32.659.602,00	(1.432.209,60)
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	Município de Alta Floresta	7.146.563,54	7.182.970,00	(36.406,46)
Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	75.296.569,12	82.378.560,00	(7.081.990,88)
CAR Roraima	Estado de Roraima	3.075.205,25	10.820.500,00	(7.745.294,75)
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	9.938.777,00	9.993.000,00	(54.223,00)
Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	4.958.910,00	5.000.000,00	(41.090,00)
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	8.837.852,29	9.117.000,00	(279.147,71)
Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	5.175.522,50	5.288.817,00	(113.294,50)
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	4.981.614,66	5.081.763,00	(100.148,34)
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	3.091.111,21	3.106.064,00	(14.952,79)
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	7.352.757,03	8.188.872,44	(836.115,41)

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu	1.567.845,25	1.981.511,00	(413.665,75)
APL Babaçu	Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	4.897.085,37	5.286.300,00	(389.214,63)
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	12.814.691,38	12.843.876,04	(29.184,66)
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy Brasil (TNC Brasil)	15.487.682,61	15.750.406,00	(262.723,39)
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	23.425.282,04	24.939.200,37	(1.513.918,33)
Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1.352.368,48	1.352.336,00	32,48
Nascentes do Buriti	Município de Carlinda	1.875.500,94	1.870.581,50	4.919,44
Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre	13.280.709,56	13.280.700,00	9,56
CAR Paraná	Estado do Paraná	2.079.332,50	14.110.253,86	(12.030.921,36)
Amazônia SAR	União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	47.958.727,94	63.923.626,00	(15.964.898,06)
Uso de tecnologias sociais para redução do desmatamento	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	9.059.718,63	9.075.000,00	(15.281,37)
Tapajós Sustentável	Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	18.835.139,00	23.679.628,00	(4.844.489,00)
Cidades Florestais	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	12.055.534,99	12.092.485,00	(36.950,01)
Capacitar para Conservar	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	1.404.360,67	1.452.000,00	(47.639,33)
TOTAL		506.108.056,49	586.833.674,11	(80.725.617,62)

* Os projetos Compostos Bioativos da Amazônia, Nascentes do Buriti e Acre: Incêndios Florestais Zero tiveram um aumento de valor, pois previam atualização monetária da quantia da colaboração financeira do Fundo Amazônia.



PROJETOS COM SUPLEMENTAÇÃO

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da suplementação (R\$)	Ano de aprovação da suplementação
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	9.984.629,00	8.454.421,00	1.530.208,00	2015
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça	6.422.748,00	4.751.520,00	1.671.228,00	2015
TOTAL		16.407.377,00	13.205.941,00	3.201.436,00	



ANEXO 4

Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente "produção sustentável"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (nº de imóveis)	Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas (nº de unidades de beneficiamento)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica (nº de imóveis)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – mulheres (nº de mulheres)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Unidades demonstrativas implantadas – sistemas agroflorestais (SAF)/pecuária sustentável/integração lavoura-pecuária-floresta (nº de unidades demonstrativas)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – indígenas (nº de indígenas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/ galpões implantados (nº de unidades)
	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)
	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficina realizados (nº de eventos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente “produção sustentável”				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)			Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)
	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)			
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – indígenas (nº de indígenas)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)
			Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – total (nº de indivíduos)	Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (nº de imóveis)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – mulheres (nº de mulheres)	Área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (hectares)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos (nº de servidores)	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	Imóveis rurais com cadastro analisado (nº de imóveis)
	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Área de imóveis rurais com cadastro analisado (hectares)
	Equipamentos adquiridos para combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas – aeronave/caminhonete/embarcação/tanque-reboque/caminhão autotanque florestal (nº de equipamentos)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (nº projetos)
	Veículos alugados para ações de fiscalização ambiental (nº de veículos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (hectares)
	Horas de voo executadas em ações de fiscalização ambiental (nº de horas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Missões de fiscalização ambiental executadas (nº de missões)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – mulheres (nº de mulheres)	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)
	Sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)
	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)	Infraestrutura para recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)	
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	
	Órgãos ambientais fortalecidos (nº de órgãos)	
Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente “monitoramento e controle”		
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – total (nº de indivíduos)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – mulheres (nº de mulheres)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com órgãos federais (nº de operações conjuntas)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com outros corpos de bombeiros militares (nº de operações conjuntas)	
	Ações de apoio pelo corpo de bombeiros militar à fiscalização ambiental realizadas por outros órgãos estaduais e federais competentes (nº de ações de apoio)	
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área monitorada na Amazônia Legal (hectares)	Imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (nº de imóveis)
	Área monitorada no Brasil fora da Amazônia Legal (hectares)	Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (hectares)
	Área monitorada em outros países tropicais (hectares)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (nº de projetos)
	Autos de infração lavrados por infrações contra a flora (nº de autos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (hectares)
	Multas aplicadas por infrações contra a flora (R\$ mil)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Mulheres capacitadas em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Focos de calor – primeira medição é a média do número de focos de calor nos cinco anos anteriores à implementação das ações do projeto (nº de focos de calor)	
	Focos de calor verificados pelo corpo de bombeiros mediante ida a campo (nº de focos de calor)	
	Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelo corpo de bombeiros (nº de incêndios)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de mulheres)	
	Acessos a sistemas eletrônicos implantados ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de acessos)	
	Organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de organizações)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Estudos para a identificação de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC) ou reconhecimento de terras indígenas (TI) realizados (nº de estudos)	Planos de gestão territorial elaborados ou revisados (nº de planos)	Imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (nº de imóveis)	Estudos de planejamento e/ou diagnóstico e/ou prognóstico para a realização do ZEE (nº de estudos)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)
	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Banco de Dados Geográficos (BDG) estruturado e alimentado com as geoinformações utilizadas para elaboração do ZEE (nº de banco de dados)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Missões de vigilância territorial executadas (nº de missões)	Documentos digitalizados para gestão fundiária (nº de documentos)	Eventos públicos de discussão e validação do ZEE realizados (nº de eventos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – total (nº de indivíduos)	Área de imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – mulheres (nº de mulheres)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – indígenas (nº de indígenas)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos (nº de servidores)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	
		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)		
		Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)		
		Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)		
		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)		
		Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/ chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área de UCs da natureza criadas (hectares)	UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de UCs)	Imóveis rurais com situação fundiária regularizada (nº de imóveis)	Área de terras com organização do território definida por meio do ZEE (hectares)
	Área de TIs reconhecidas (hectares)	Área de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)	Área de imóveis rurais com situação fundiária regularizada (hectares)	
		TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de TIs)		
		Área de TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)		
		Indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)		
		Mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de mulheres)		
		Indígenas capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de indígenas)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de servidores)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)		
		Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)		
		Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)		

(Continua)

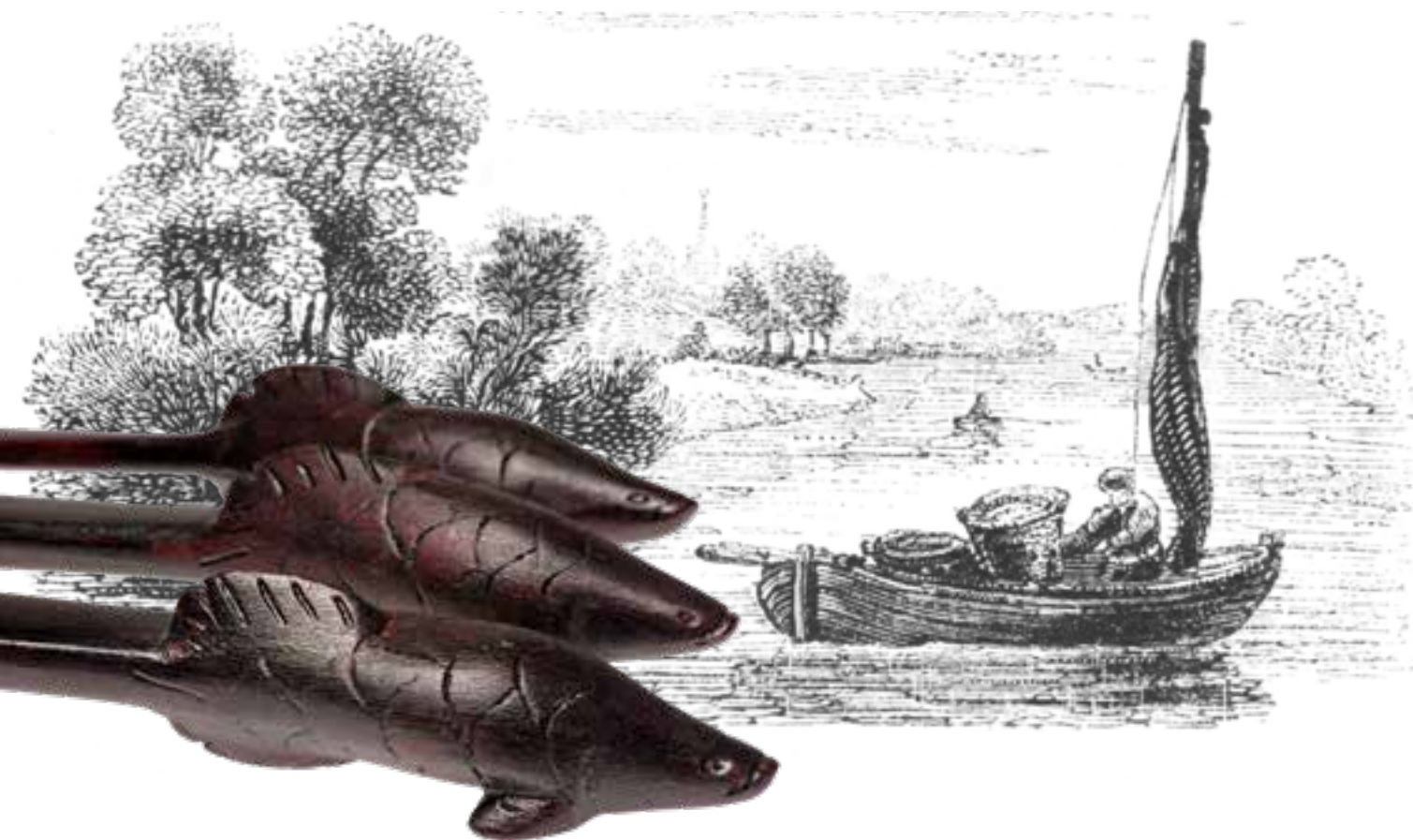
(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Pesquisas realizadas (nº de pesquisas)	Plataformas de finanças solidárias estruturadas para apoiar projetos das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (nº de plataformas)
	Laboratórios construídos ou reformados (nº de laboratórios)	Valor pago por serviços ambientais (R\$ mil)
	Área de laboratórios construídos ou reformados (m²)	Subvenção concedida a extrativistas e pequenos produtores rurais para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (R\$ mil)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ciência e inovação – embarcações/carros/ caminhões/ motocicletas (nº de equipamentos)	Valor pago por programas de compras públicas (R\$ mil)
	Sistemas eletrônicos desenvolvidos e/ou aprimorados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Imóveis rurais beneficiados com pagamento por serviços ambientais (nº de imóveis)
	Eventos integradores para ciência e inovação – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Equipamentos de transporte adquiridos para implementação de instrumentos econômicos – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	Eventos integradores para implementação de instrumentos econômicos – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para implementação de instrumentos econômicos (nº de publicações)
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto – total (nº de indivíduos)	Mapeamento de oportunidades de negócios de impactos socioambientais realizado (nº de mapeamentos)
	Mulheres pesquisadoras e técnicas envolvidas nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto (nº de mulheres)	
	Publicações científicas produzidas (nº de publicações)	Operações de finanças solidárias realizadas (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (nº de operações)
	Novos produtos ou tecnologias desenvolvidos (nº de produtos)	Valor do apoio realizado (capital de giro, prestação de aval etc.) por meio de instrumentos de plataforma de finanças solidárias (R\$ mil)
	Patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (nº de patentes)	Inadimplemento financeiro resultante de operações de finanças solidárias (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (R\$ mil)
	Informações geoespacializadas de uso e cobertura da terra geradas por tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas – alertas/mapas/laudos (nº de informações)	Área de cobertura florestal beneficiada com pagamento por serviços ambientais (hectares)
	Organizações produtivas que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de organizações)	
	Indivíduos que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de indivíduos)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?		Organizações produtivas beneficiadas por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de organizações)
		Indivíduos beneficiados por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de indivíduos)
		Valor aportado por fundo de investimento em negócios de impacto socioambiental com coinvestimento do Fundo Amazônia
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)



ÍNDICE DE PROJETOS

Rondônia Mais Verde	72
Concretizar	78
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	85
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento	93
Fundo Dema	100
Bem Viver Sustentável	107
Conhecer para Conservar	114
Capacitar para Conservar	120
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	126
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	133
Amazônia Indígena Sustentável	138
Alto Juruá	138
Pará combatendo os incêndios florestais e queimadas não autorizadas	138
APL Babaçu	138
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	138
Arapaima: Redes Produtivas	139
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia	139
Nascentes do Buriti	139
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	139
Quintais Amazônicos	139
Proteção Florestal Tocantins	140
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	140
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	140
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia	140
Jacundá – Município de Economia Verde	140
Sentinelas da Floresta	141
Biodiversidade	141
Compostos Bioativos da Amazônia	141

Florestas de Mangue	141
Pesca Sustentável	141
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	142
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	142
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	142
Recupera Marcelândia	142
Semas Pará	142
Acre: Incêndios Florestais Zero	143
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	143
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2	143
Bolsa Floresta	143
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	143
Ilhas de Belém.....	143
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	143
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	144
Virada Verde	144
Olhos d'Água da Amazônia	144
Preservar Porto dos Gaúchos	144
Sementes do Portal	144
Amazônia – Regularização Ambiental	146
Amazônia Agroecológica	146
Amazônia SAR	146
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	147
Bolsa Floresta+	147
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso	147
Calha Norte Sustentável	147
CAR Acre	147
CAR Amazonas	147
CAR Bahia	148
CAR Ceará	148
CAR Espírito Santo	148

CAR Mato Grosso do Sul	148
CAR Paraná	148
CAR Roraima	148
CAR: Tocantins Legal	148
Cidades Florestais	149
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	149
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	149
Floresta Ativa Tapajós	149
Floresta de Babaçu em Pé	150
Floresta para Sempre	150
Florestas Comunitárias	150
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia	150
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	150
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	151
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia	151
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia	151
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	151
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu	151
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	151
Inventário Florestal Nacional – Amazônia	152
IREHI – Cuidando dos Territórios	152
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira)	152
Mais Sustentabilidade no Campo	152
Mamirauá	152
Mato Grosso Sustentável	152
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	152
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia	153
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	153
Néctar da Amazônia	153
Pacto da Floresta	153
Plantar Rondônia	153
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2	153

Prevfogo/Ibama	154
Profisc I - B	154
Programa Municípios Verdes	154
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI)	154
Projeto Integrado da Amazônia	154
Sementes do Portal – Fase II	154
Tapajós Sustentável	155
Terra a Limpo	155
Território, Cultura e Autonomia Kayapó	155
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	155
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas	155

Ficha técnica

(composição dos cargos em 31 de dezembro de 2021)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Joaquim Leite

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Guedes

BNDES

PRESIDENTE

Gustavo Montezano

DIRETOR DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Bruno Caldas Aranha

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Julio Costa Leite

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
E GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Nabil Moura Kadri

EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rodrigo Negreiros

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais
do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO

Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL

Tikinet

FOTOS

Getty Images

Fundo Amazônia.
O Brasil cuida.
O mundo apoia.
Todos ganham.

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
JUNHO DE 2022

www.bndes.gov.br

